

Anais do II Fórum CONTAG de Cooperação Técnica



A Formação de Capital Social para o
Desenvolvimento Local Sustentável

São Luís (MA), dezembro de 1999

ANAIS
II FÓRUM CONTAG DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Promoção
Comitê Nacional de Trabalho em Agricultura (CONTAG)
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)
Banco Mundial

Apoio
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia (MEC)
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)
Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado do Maranhão (FETABEM)
Governo do Estado do Maranhão
Instituto do Homem

ANAIS II FÓRUM CONTAG DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

A FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

CONTAG
SDB Ed. Venâncio VI, 1º andar
CEP: 70333-800 - Brasília-DF
Tel: (61) 321.2588 Fax: (61) 321.3529

São Luís (MA), 6 a 8 de dezembro de 1999

CONTAG
Comitê Nacional de Trabalho em Agricultura (CONTAG)
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)
Banco Mundial

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia (MEC)
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)
Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado do Maranhão (FETABEM)
Governo do Estado do Maranhão
Instituto do Homem

São Luís (MA), 6 a 8 de dezembro de 1999

A Formação de Capital Social para o Desenvolvimento Local Sustentável
O Fórum de Cooperação Técnica - Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG e IICA

Promoção

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)
Banco Mundial

Apoio

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD)
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA)
Governo do Estado do Maranhão
Instituto do Homem

Relatores

Lucila Bezerra e Sérgio Buarque

Edição Final

Andréa Aymar, Netto Costa e Tânia Melo

Projeto Gráfico

Fabio Fausltich e George Abreu

CONTAG

SDS Ed.Venâncio VI, 1º andar
CEP: 70393-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 321.2288 Fax: (61) 321.3229

Esta publicação reúne todos os documentos apresentados pelos respectivos autores para o debate realizado no II Fórum CONTAG de Cooperação Técnica - Desenvolvimento Rural Sustentável. A divulgação e a reprodução dos artigos são livres mediante a autorização dos autores.

FICHA CATALOGRÁFICA

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG

II Fórum CONTAG de Cooperação Técnica - A Formação de Capital Social para o Desenvolvimento Local Sustentável. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG, Brasília/DF, 2000.

190 p.

1. A Formação de Capital Social. 2. A Formação de Capital Social e Processos de Organização de Base. 3. A Formação de Capital Social e Mecanismos de Gestão Participativa. 4. A Formação de Capital Social e Políticas Públicas I. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG. II. Título

Diretoria-Executiva da CONTAG

Presidente

Manoel José dos Santos

Vice-Presidente e Secretário de Relações Internacionais

Gerônimo Brumatti

Secretário-Geral

Agnaldo dos Santos Meira

Secretário de Administração e Finanças

Hilário Gottselig

Secretária de Formação e Organização

Maria de Fátima Rodrigues

Secretário de Política Agrícola

Alberto Ercílio Broch

Secretário de Assalariados

Guilherme Pedro Neto

Secretária de Políticas Sociais

Maria da Graça Amorim

Coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Raimunda Celestina de Mascena

Secretário de Política Agrária e Meio Ambiente **Sebastião Neves Rocha**

Comitê Técnico do Fórum CONTAG

Carlos Miranda – IICA
Elia Ferreira – FAO
Eugênio Peixoto – CONTAG
Ivanilson Guimarães – PNUD
John Garrison – Banco Mundial

Apresentação

O **II Fórum CONTAG de Cooperação Técnica** foi um momento de consolidação e ampliação das nossas parcerias com a cooperação internacional. Demos um salto qualitativo com a inclusão de novos atores e esperamos continuar avançando nessa articulação entre a cooperação técnica internacional e os movimentos sociais na perspectiva de construir uma nova realidade.

Acreditamos que só com o diálogo franco e responsável poderemos encontrar as soluções para os grandes problemas nacionais. O tema do evento *A Formação de Capital Social para o Desenvolvimento Sustentável* estimulou um interessante processo de consulta/confronto entre os participantes. Avançamos no entendimento das nossas divergências e no enorme potencial de uma ação articulada entre esses diversos atores.

Nesta publicação são apresentadas as principais sugestões dos participantes, bem como os textos e as falas dos companheiros convidados para animarem o debate. Esperamos que esse material enriqueça o debate e subsidie a formulação de políticas para o desenvolvimento rural sustentável.

O evento foi realizado em dezembro de 1999, em São Luís do Maranhão, em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Banco Mundial. O **II Fórum CONTAG** contou também com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), e do Governo do Estado do Maranhão.

Manoel Santos

Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

Sumário

1. Objetivos	11
2. Entidades Patrocinadoras e de Apoio	11
3. Local e Data	11
4. Participantes	12
5. Metodologia	12
6. Solenidade de Abertura	15
7. Painel: A Formação do Capital Social	29
8. Oficinas Temáticas	92
8.1 – Formação de Capital Social e Processos de Organização de Base	92
8.2 – Formação de Capital Social e Educação	105
8.3 – Formação de Capital e Mecanismos de Gestão Participativa	147
8.4 – Formação de Capital Social e Políticas Públicas	156
9. Síntese das Oficinas Temáticas	171
10. Agenda Comum	179
11. Lista de Participantes	185

1. Objetivos

- Ampliar a rede institucional em torno do Fórum CONTAG de Cooperação Técnica;
- Realizar o nivelamento conceitual sobre o tema *Formação de Capital Social*;
- Articular processos de cooperação entre as instituições envolvidas; e
- Construir uma agenda comum para ampliação e aprofundamento desse debate.

2. Entidades Patrocinadoras

- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – **CONTAG**
- Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – **IICA**
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – **PNUD**
- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – **FAO**
- Banco Mundial

Apoio

- Ministério do Desenvolvimento Agrário – **MDA**
- Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – **NEAD**
- Governo do Estado do Maranhão
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão – **FETAEMA**
- Instituto do Homem

3. Local e Data

Em São Luís – MA, de 6 a 8 de dezembro de 1999.

4. Participantes

Dirigentes e assessores do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, representantes de ongs, movimentos sociais, órgãos públicos e agências multilaterais de cooperação técnica e financeira.

5. Metodologia

O evento foi estruturado em um formato que deu destaque a um **Painel** de abertura sobre a **Formação Social para o Desenvolvimento Local Sustentável**, visando o nivelamento conceitual necessário ao aprofundamento do tema, e ficando sob a responsabilidade dos seguintes **expositores**:

- Antônio Rocha Magalhães – Banco Mundial
- Carlos Jara – IICA
- Ricardo Abramovay – USP

Coordenador: Domingos Albuquerque Paz – FETAEMA

Moderador: Carlos Miranda – IICA

Em um segundo momento, foram organizadas quatro oficinas sobre temas específicos e estratégicos relacionados à formação de capital social em âmbito local:

Formação de Capital Social e Processos de Organização de Base

Expositores:

- Zander Navarro – UFRS
- Aécio Gomes de Matos – UFPE
- Espedito Rufino – CONTAG

Coordenador: Alberto Broch – CONTAG

Formação de Capital Social e Educação

Expositores:

- Elenaldo Celso Teixeira – UFBA/MOC
- Eliane Furtado – UFCE
- Pierre Gilly – PRONAF/MDA/PNUD

Coordenadora: Maria da Graça Amorim – CONTAG

Formação de Capital Social e Mecanismos de Gestão Participativa

Expositores:

- Fausto Jordan – IICA
- Horácio Martins Carvalho – IICA
- Osvaldo Russo – IICA

Coordenador: Maria de Fátima Amorim – CONTAG

Formação de Capital Social e Políticas Públicas

Expositores:

- John Garrison – Banco Mundial
- Francisco Urbano – PRONAF/MEPF
- Eugênio Peixoto – CONTAG

Coordenador: Hilário Gottselig – CONTAG

Cada oficina apresentou um painel onde foram expostas três visões sobre o tema tratado, subsidiando o desenho de estratégias e propostas de articulação entre os participantes. Os resultados dessas oficinas serviram de base para a montagem de uma **Agenda Comum** que foi elaborada pela comissão de sistematização do evento.

A metodologia de trabalho adotou um roteiro básico para as oficinas, obedecendo os seguintes passos:

- Painel de nivelamento conceitual;

II FÓRUM CONTAG DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

- Identificação dos principais eixos para uma ação articulada; e
- Estratégias para implementação das ações articuladas.

Cada oficina contou com o apoio de um moderador e de um relator, conforme o quadro abaixo:

Oficina	Moderador	Relator
Formação de Capital Social e Processos de Organização de Base	Tânia Melo	José Humberto Oliveira
Formação de Capital Social e Educação	Amarildo Carvalho de Souza e Jorge Tavares	Josemar Souza Lima
Formação de Capital Social e Mecanismos de Gestão Participativa	Armando Santos Neto	Paulo de Oliveira Poleze
Formação de Capital Social e as Políticas Públicas	José Ribamar Furtado	Andréa Aymar

Relatório Final

Lucila Bezerra e Ester Aguiar Souza

O evento foi coordenado pela CONTAG, IICA, PNUD, FAO e Banco Mundial, e esteve sob a responsabilidade de um Comitê Técnico, composto pelos respectivos representantes: Eugênio Peixoto, Carlos Miranda, Ivanilson Guimarães, Eliana Ferreira e John Garrison.

6. Solenidade de Abertura

A abertura do II Fórum CONTAG de Cooperação Técnica, sob o tema “**A Formação de Capital Social para o Desenvolvimento Local Sustentável**”, foi realizada no salão nobre do Hotel La Ravardière, no dia 6 de dezembro de 1999. A mesa de trabalhos foi composta pela governadora do Estado do Maranhão, Roseana Sarney; pelo ministro de Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann; pelo presidente da CONTAG, Manoel José dos Santos; e pelos representantes do Banco Mundial, Antônio da Rocha Magalhães; do PNUD, Ivanilson Guimarães; do IICA, Carlos Luís Miranda; e da FAO, Eliane Ferreira.

6.1 Roseana Sarney – Governadora do Estado do Maranhão

Esta reunião com representantes de tantas instituições e organismos governamentais e não-governamentais para discussão de questão absolutamente vital para os destinos do homem, nesta virada de milênio, como a formação de capital social para o desenvolvimento local sustentável é uma inequívoca demonstração do elevado nível e da responsabilidade com que, a despeito de radicalismos e sectarismos de uns poucos, vem-se conseguindo conduzir os problemas do desenvolvimento rural, com destaque para a ocupação e o uso da terra no Brasil, e, em particular, no Maranhão.

Fomos um dos primeiros estados a assumir o compromisso de elaboração de sua Agenda 21 e, tal como a concebemos, é um programa de ação que trata justamente das dimensões sociais e econômicas do desenvolvimento sustentável, da conservação e gerenciamento dos recursos naturais, o fortalecimento dos grupos principais, como, por exemplo, as mulheres, a infância e a adolescência; de mecanismos de financiamento, de transferência e de tecnologia ambientalmente saudável; mecanismos nacionais e cooperação internacional nos países em desenvolvimento, como o Brasil.

A Agenda 21 é também um sistema de planejamento estratégico, para o qual estamos mobilizando representantes dos Três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, das nossas universidades, das organizações de trabalhadores e empresários, e das organizações não-governamentais.

Países, como o Brasil, e estados, como o Maranhão, precisam gerar empregos e despertar atividades produtivas e quantidade e qualidades adequadas, de tal modo que as nossas populações possam desfrutar plenamente dos benefícios do desenvolvimento. Daí a atenção especialíssima do meu governo a programas como o *Viva a Produção*, um conjunto de projetos com o apoio do Ministério do Trabalho e com recursos do Tesouro Estadual e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que atuam em quatro vertentes programáticas: a formação profissional, a geração de renda, a intermediação de mão-de-obra e a criação de oportunidades de trabalho para jovens que nunca tiveram um emprego.

Este ano, o nosso Plano de Qualificação Profissional atendeu a 23.000 trabalhadores em 136 municípios. E, para o ano de 2000, vamos assegurar treinamento para 85.500 pessoas, o que ainda é um número modesto, se considerarmos o universo da população economicamente ativa no Maranhão.

Temos a vantagem de haver adotado, nos projetos de qualificação de trabalhadores para o próximo ano, o planejamento ascendente participativo, ou seja, partindo das bases e com o envolvimento de todos os atores, para a identificação das clientelas prioritárias a serem atendidas, as reais demandas dos trabalhadores em função do mercado de trabalho, e a disponibilidade da classe empresarial.

As diretrizes e objetivos globais, regionais e setoriais, para a elaboração do plano plurianual do governo relativo ao período 2000/2003, concentraram-se em quatro objetivos macros: a dinamização e modernização do aparelho produtivo; a conservação

e proteção do meio ambiente, promovendo o desenvolvimento sustentável e visando a redução das desigualdades e sociais de renda e riqueza; e a modernização do Estado e o fortalecimento da cidadania.

Não temos dúvida de que avançamos no processo de construção de uma política pública na área de trabalho, na medida em que os diversos segmentos sociais começam a se integrar e somar esforços, na busca de solução para os mais graves problemas deste fim de século: o desemprego.

O *Programa do Primeiro Emprego*, por meio do qual demos a primeira oportunidade de trabalho a quase 5.000 jovens, tem, assim, uma função social e pedagógica, na medida em que mobiliza a sociedade para o enfrentamento dessa questão. O nosso *Programa de Reforma Agrária*, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a participação das organizações populares envolvidas com a problemática da terra, é outro exemplo de intervenção positiva do setor do trabalho. Porque mais do que assentar trabalhadores rurais e já assentamos mais de 40.000 famílias este ano estamos, na verdade, empenhados em viabilizar econômica e socialmente as áreas de assentamento, com investimentos em infraestrutura e tecnologia. É por isso que direcionamos para essa área grande parte dos recursos do *Programa Comunidade Viva*, que já financiou 3.000 projetos no estado, com o apoio do Banco Mundial.

Estamos, porém, conscientes de que precisamos avançar mais nas nossas políticas voltadas para o desenvolvimento rural. O *Projeto Safra*, por meio do qual estamos apoiando com assistência técnica, com crédito e oferta de tecnologia, os pequenos produtores, para alcançarmos no próximo ano uma produção recorde de grãos no estado (2 milhões de toneladas), já é uma demonstração da nossa disposição em acelerarmos o processo de melhoria da qualidade de vida do nosso homem no campo. E, também, mais uma iniciativa na definição de uma política que vise a formação de capital social para o desenvolvimento sustentável, como se propõe este Fórum de Cooperação Técnica da CONTAG.

6.2 Raul Jungmann – Ministro de Desenvolvimento Agrário

O debate sobre o desenvolvimento sustentável e a formação do capital social no meio rural brasileiro tem uma atualidade e importância que não podem ser minimizadas. Principalmente ao observarmos que todo debate contemporâneo, toda discussão, todo caminho estratégico, a visão de desenvolvimento brasileiro no Brasil — praticamente desde os Anos 50 — está centrada nas questões urbanas. Mas se quisermos ir um pouco mais atrás, a Revolução de 30 já aponta exatamente nessa direção, do predomínio do setor urbano sobre o setor rural brasileiro.

Esse predomínio vai tanto se dimensionar e crescer, sobretudo nas décadas de 70 e 80, quando vamos assistir àquele que talvez tenha sido o maior movimento de migração do mundo, em termos de mudança e de saldo negativo, entre campo e cidade.

Estamos falando da contra-face da nossa modernização dolorosa. É neste período que dezenas de milhões de brasileiros são arrancados do meio rural onde viviam por um processo de modernização excludente, conservador, e altissimamente poupador de mão-de-obra, por um processo que vai atualizar e reciclar o latifúndio no Brasil, e que tem o nome da chamada revolução, a *green revolution*, ou seja, a revolução verde, ligada aos insumos, à mecanização e à química no campo.

De tal sorte que as nossas cidades, como contrapeso disso, incham e começam a ter problemas habitacionais e de segurança seriíssimos, começam a se discutir como é possível compatibilizar e fazer com que esse desenvolvimento e esse processo — que é o início de um longo processo de formação de massas marginalizadas — de inchamento e construção das grandes favelas, dos grandes aglomerados, que temos nas nossas grandes capitais, e não apenas hoje nas capitais, mas nas cidades também de porte médio. A isso vai ocorrer a expulsão de dezenas de milhões de brasileiros do campo.

É evidente que todos pensadores e os homens públicos brasileiros vão se preocupar com o tema da reforma urbana. Isso também é fruto de toda uma tradição cepalina. A perspectiva do desenvolvimento estava articulada à industrialização do seu país, à formação do seu mercado interno, e tudo aquilo mais que tem o corolário, que tem a ver com o chamado nacional desenvolvimentismo.

Durante todo esse período, o campo não esteve relegado. Não se relegou o campo deles. O nosso, sim, ficou muito relegado. É durante esse período, aproximadamente uma década e meia, que se tem a formação do chamado complexo agroindustrial brasileiro, a formação e a verticalização dos grandes grupos, a expansão de toda uma fronteira agrícola, o adensamento das cadeias produtivas, uma extraordinária mecanização, e também, evidentemente, a expansão e a financeirização de todo esse processo, que passa agora a ser subordinado não apenas à indústria e a sua produção, mas também ao capital financeiro.

E, lógico, por outro lado, o povo brasileiro, o agricultor familiar, o sem-terra, o posseiro o que têm a dizer a respeito desse período? Em primeiro lugar, se olharmos para o Sul e Sudeste vamos ver o desmantelamento do colonato brasileiro. E isso vai corresponder a uma busca de novas fronteiras. São gaúchos, paranaenses, catarinenses, e outros mais, numa marcha em direção ao oeste, que vão chegar até Rondônia, se espalhar e formar o arco da fronteira agrícola.

Vamos ver, também, no caso do meu velho Nordeste, a substituição do trabalho em parceria, do meeiro, e assim por diante, em que pese as suas condições extremamente desiguais de vida. Mas vamos ver a sua substituição pelo bóia-fria, por uma forma de trabalho marcada pela precariedade e ausência absoluta de garantias trabalhistas, de condições de vida e, sobretudo, do exercício da cidadania.

Esse processo vai se repetir, de uma forma ou de outra, pelo Brasil afora. E vai alcançar os posseiros da região amazônica, que passam a ser, rigorosamente, enxotados das suas posses, que passam a ser perseguidos e arrancados a ferro e fogo das pequenas propriedades que tinham podido alcançar. Isso vai acontecer, por exemplo, no Maranhão, que vai se transformar em campeão de conflitos, ao longo da metade da década de 70, até mais ou menos no início dos anos 90.

Esse processo que vamos ver em toda Amazônia tem a ver com a aliança perversa que é feita pelo regime militar e os grandes capitais, centralizados no Sul do país. É época dos incentivos fáceis aqui na Amazônia, é a época do *slogan*: “É preciso integrar para não entregar”.

Essa é a contra-face da modernização dolorosa. Cria-se, então, a partir de uma legislação que privilegia a propriedade e a grande propriedade, uma massa de excedentes, que vai vaguear pelo Brasil afora, procurando um lugar, onde se possa produzir economicamente e, também, porque não dizer, fisicamente, por meio de seus filhos.

E, cada vez mais, a possibilidade de inserção dessas amplas massas vão sendo fechadas e negadas. Com o fenômeno da globalização, de certa forma, o círculo vicioso se fecha. Se produzimos populações excedentárias no nosso campo, se essa população não encontra terra e as fronteiras estão fechadas, o grande latifúndio permanece ainda com um conjunto de defesas muito grande, fica evidente que as cidades, agora, sob o impacto da globalização, inchadas, adensadas, com os requerimentos em termos de abertura de novos empregos, com a mudança do perfil produtivo – tanto industrial, e já agora alcançando o setor de serviços –, e que o campo também deve ser objeto de preocupação, como é o setor urbano no Brasil.

O que não faltam são bons motivos para isso. O primeiro deles é a dificuldade em gerar e ampliar os empregos no setor urbano. Temos 23% da nossa população no campo – o que são 34 milhões de pessoas –, se a esses 34 milhões adicionarmos as micro e pequenas cidades, vamos ver que o rural brasileiro envolve algo em torno de 60 milhões de brasileiros.

E, no instante em que é tão difícil e caro gerar empregos no setor urbano, aquela percepção – que era não apenas uma percepção literal, mas também uma percepção da esquerda – de que sair do campo era avançar, era tirar o homem das garras do latifúndio, da oligarquia e do conservadorismo, isso já não tem mais sentido. Temos uma capacidade de gerar emprego a baixo custo e temos, portanto, uma dinâmica de emprego, hoje, ainda adormecida, no campo brasileiro, que não pode e nem deve ser desconsiderada.

Tenho a certeza de que nenhum planejador, tecnocrata, economista brasileiro, hoje, deve estar dizendo que temos que caminhar, por exemplo, para os 2% da população ocupada, como se tem no espaço rural nos Estados Unidos, ou 6% em média, como se tem na Europa.

O campo brasileiro passa a ser um grande espaço dinâmico de geração de empregos. O campo brasileiro, exatamente por essas características, por conta da abundância do capital terra, passa a ser uma grande possibilidade, uma complementaridade, e, sobretudo, uma resposta brasileira aos desafios da globalização.

Mas para que isso aconteça, para que o campo brasileiro possa exercer as suas funções, para que possa gerar a sua complementaridade harmônica no novo modelo de inserção soberana no Brasil e no processo de globalização, precisamos atentar sobre onde está a possibilidade do emprego; onde está, portanto, a possibilidade de considerar e melhorar a vida das pessoas. Essa possibilidade, inequivocamente, é detida pela agricultura familiar. Responsável aproximadamente por 75% de toda a população ocupada no campo; responsável por aproximadamente 37,9% de toda a renda bruta da produção que temos no campo. Responsável, sobretudo, pela manutenção de milhões de brasileiros de vida com dignidade e com esperança. A agricultura familiar passa a ser revista, e considerada, juntamente com a reforma agrária, sem sombra de dúvida, como um espaço de esperança para o povo brasileiro.

Entretanto, para que isso aconteça, é preciso inverter a mão das políticas públicas, econômicas e sociais no Brasil. É preciso que se pense no espaço do rural não apenas como o espaço da agricultura, mas como o espaço da cidadania, do social, do político e do econômico. É preciso que se pare de segmentar esse espaço numa perspectiva que toma apenas pelo investimento e pelo retorno econômico aquilo que se pode ou deve fazer na agricultura. É preciso que, sobretudo nos anos 90, ao lado da questão tão urgente da reforma urbana, se comece a falar em nosso país da reforma rural.

Só é possível se pensar na reforma do rural se, em primeiro lugar, articularmos as questões do crédito, do investimento, do custeio, com as questões da saúde, sobretudo da educação, do meio ambiente, do trabalho e da previdência rural.

Portanto, a noção e a concepção da mudança e da reforma do rural brasileiro têm que ter um suporte na agricultura familiar e na reforma agrária e ter uma perspectiva pluridisciplinar, interinstitucional. Chega dessa história de se pensar o rural brasileiro como agricultura e exclusivamente agricultura. É um espaço de vida e de possibilidade de cidadania para milhões de brasileiros. É nesse espaço, ou nesse esboço, que se enquadra a questão do desenvolvimento rural sustentado e da formação do capital social básico.

De certa forma, esse novo olhar para o campo, se não tiver a prerrogativa, o pressuposto, de que estamos buscando um desenvolvimento rural – seja ele alternativo –, será exatamente esse modelo que visa, portanto, a aprofundar, a agudizar, uma série de desigualdades que temos neste país.

Já a formação do seu capital social é simplesmente decisiva, na medida em que esse capital social se encontra, bem ou mal, em grande medida, localizado e coagulado no meio urbano brasileiro. Faz-se necessário, portanto, que nas áreas não densamente povoadas, os próprios agricultores familiares, de uma perspectiva ampla, possam ter reforçado, precisamente, o seu capital social.

Com isso é preciso dizer que métodos de gerência local, formação de quadros, treinamento, capacitação, revisão de regras, tudo aquilo que constitui o universo do capital social precisa ser enfatizado e revisto. Como, por exemplo – e é importante que se diga – se tem feito no Maranhão, com um novo modelo de desenvolvimento, onde se visa, sobretudo, a descentralizar e trazer as informações e levar as decisões exatamente para onde elas são mais necessárias e para onde é fundamental o desenvolvimento desse capital.

Quero dizer que temos, de nossa parte, procurado fazer um acompanhamento desse processo. O próprio fato de que hoje temos um ministério efetivo e não apenas um gabinete voltado para a agricultura familiar. O fato que o Pronaf se constitui mais e mais em uma estratégia de desenvolvimento rural, à medida que ele, hoje, começa a se preocupar com a pluriatividade, à medida que começa a atender as questões ambientais, o artesanato. No Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural — que presidimos e que é integrado pelos ministérios da Saúde, da Educação, do Meio Ambiente, da Previdência e do Trabalho — estaremos buscando políticas que levem ao desenvolvimento sustentável e à formação do capital social.

Mas é fundamental e, sobretudo, decisivo, diria até que é absolutamente essencial, que nós continuemos tendo a força, a organização e o discernimento dos trabalhadores. É preciso que se diga que o Estado brasileiro mudou, que o governo também mudou, mas mudou sob a pressão organizada dos trabalhadores. É preciso que se reconheça que o Pronaf é uma conquista dos agricultores rurais e como tal assim deve permanecer. Não no sentido de esquecer os limites entre aquilo que é sociedade ou aquilo que seja governo; não no sentido de se resgatar fórmulas de relacionamentos anteriores e que foram extremamente nocivos aos movimentos social e sindical do nosso país. E mais, sobretudo no aspecto da autonomia, buscar a cooperação.

Por tudo isso, sou extremamente otimista. Vejo a possibilidade, o futuro e a esperança, sobre a qual há de repousar o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira dentro de um escopo de desenvolvimento rural sustentável. Entendendo que esse é um modelo alternativo que podemos ter juntamente com as reformas urbanas que se fazem necessárias para responder aos desafios da globalização, da exclusão, e à necessidade em nosso país de gerar empregos e, portanto, gerar felicidades.

6.3 Manoel José dos Santos – Presidente da CONTAG

Este II Fórum de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento Rural Sustentável, que tem como objetivo a formação do capital social para a implementação destas políticas de transformação, é sem dúvida, um momento extraordinário para os trabalhadores do campo, para nossa organização sindical, e para todas as entidades envolvidas nesta batalha de procurar promover uma política de desenvolvimento que tenha como objetivo principal a transformação do homem e da mulher, a integração das políticas do campo e da cidade como a possibilidade de mudar o quadro dessa atual sociedade em que vivemos.

Sabemos que vivemos em um país no qual o latifúndio ainda prevalece. As políticas voltadas aos interesses dos grupos que mantêm o capital e detêm a influência do poder político, ao longo do tempo, comprovadamente, têm criado uma desagregação social muito grande no campo brasileiro e na sociedade como um todo.

Sabemos que ao longo do tempo a política de desenvolvimento agrícola do Brasil pautou-se no fortalecimento das grandes empresas, dos grandes grupos produtores para a exportação, e isso trouxe um grave quadro de realidade para o campo. Tivemos, primeiro, a expulsão do homem e da mulher, que trabalhava como parceira, como arrendatária, que produzia sua agricultura de subsistência, criava o seu pequeno animal. A ganância cada vez maior do latifúndio e o apoio das políticas públicas, que sempre priorizaram

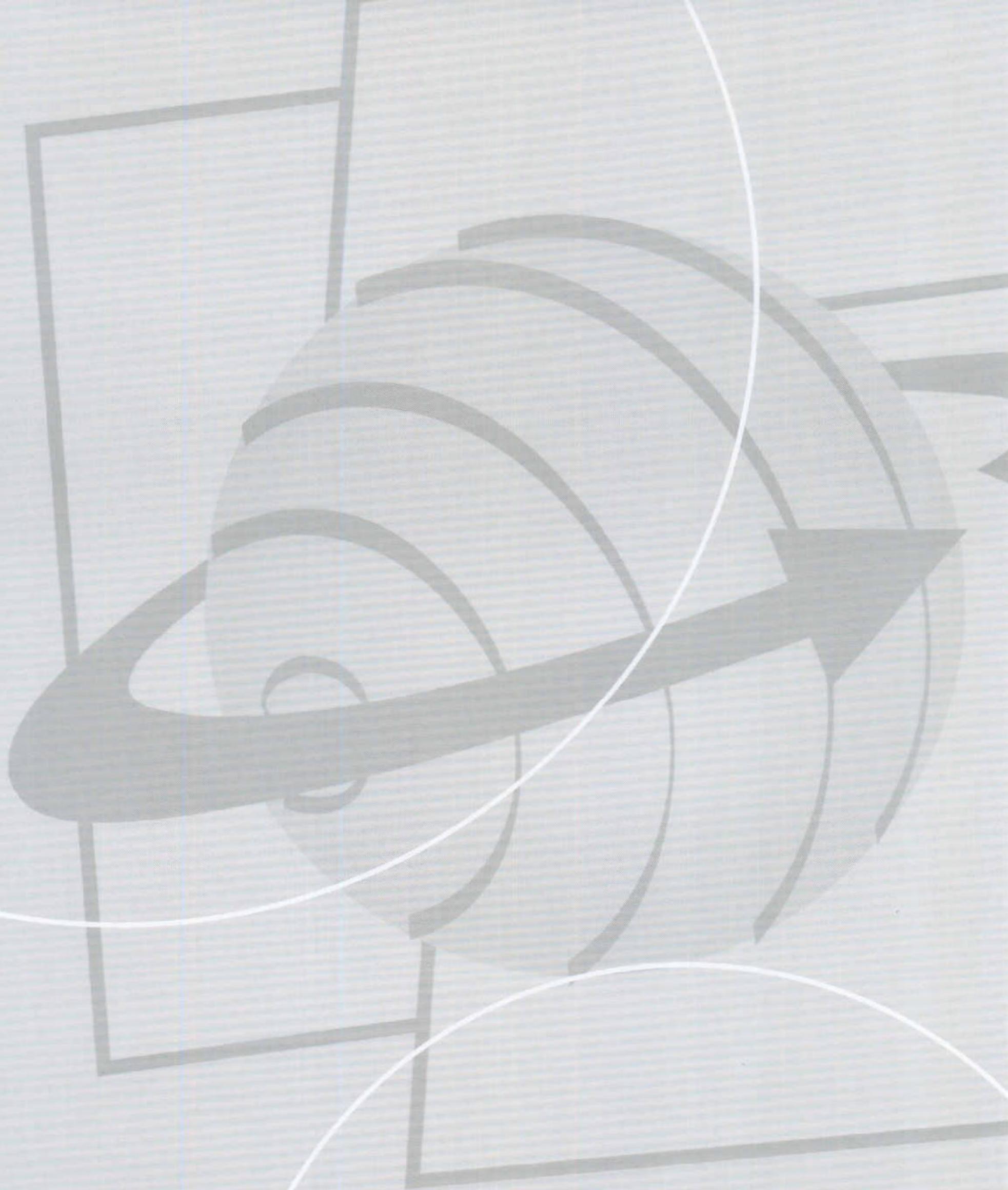
esse modelo, fizeram quase que a varredura total dessa população do campo para a cidade, onde não encontrou uma condição de vida digna.

Hoje, com a chamada reestruturação produtiva, o desemprego avança violentamente em todos os setores, e no campo com muito mais gravidade. E qual alternativa que teremos para essas pessoas que não encontram mais condições de sobreviver no campo e não têm mais alternativa de viver na cidade? Daí a proposta da CONTAG, de implementação do chamado *Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável*, que tem na sua essência a realização da reforma agrária, a inversão das políticas públicas para o campo, o fortalecimento da agricultura familiar e uma lógica e concepção diferentes da que temos trabalhado até aqui.

Assim sendo, a CONTAG tem discutido, tem proposto, tem reivindicado, tem pressionado, e tem procurado levar essa nova proposta para outros segmentos fora da nossa corporação. Este evento representa exatamente a oportunidade de aqui podermos não transformá-lo em mais uma reunião sindical, mas em um debate entre parceiros. Estamos aqui abertos para apresentarmos, discutirmos e aprofundarmos nossas propostas, e recebermos também as sugestões dos outros segmentos que também atuam nessa área. E assim podermos, sem dúvida, trabalhar um processo de parceria, porque estamos convictos de que não seremos capazes, sozinhos, de transformar essa realidade. Mas, ao mesmo tempo, temos a certeza de que a CONTAG, como a representação dos trabalhadores rurais no Brasil, tem a responsabilidade de puxar essa discussão, de coordenar esse debate, e de trabalhar de forma aberta, ampla, em parceria, com todos aqueles que queiram se envolver nessa proposta.

Daí a grande importância de estarmos aqui, além do movimento sindical, o segmento do Estado, seja do governo federal ou estadual, seja das entidades não-governamentais, que aqui estão, também, apostando na possibilidade da transformação do nosso modelo de desenvolvimento no campo. Temos a certeza de que, mudando as políticas para a

agricultura, vamos dar, de fato, uma grande contribuição na transformação social deste país. Então, este fórum se reveste da maior importância, pois acreditamos que sairemos deste debate com propostas concretas a serem implementadas e garantir, assim, uma nova realidade para os trabalhadores brasileiros, no campo, principalmente, e com reflexos significativos para nossos companheiros que habitam e labutam na área urbana.



- **PAINEL**
- **OFICINAS TEMÁTICAS**
- **AGENDA COMUM**

7. Painel: A Formação de Capital Social

7.1 Antônio Rocha Magalhães – Banco Mundial

Durante muito tempo o tema desenvolvimento foi monopólio dos economistas, e o Banco Mundial teve um papel importante, mas não se conseguiu resolver a questão. De início imaginou-se que se houvesse recursos financeiros para formar capital físico. E isto seria suficiente para gerar desenvolvimento. Hoje, todos sabem que não é assim.

Para promover um processo de desenvolvimento que aumente o processo de inclusão social são necessárias quatro formas de capital: *o capital físico* — investimentos; *o capital natural* — a utilização dos recursos naturais de forma que o processo seja durável e sustentável; *o capital humano* — que se obtém pela educação, quando hoje se sabe que as desigualdades se devem, em grande parte, ao acesso diferenciado à educação, esta forma de capital passa a ter especial importância; e, por fim, *o capital social* — esta forma de capital é, provavelmente, o elo que estava faltando para se compreender o processo de desenvolvimento, para fazer com que as pessoas aprendam a cooperar umas com as outras. Assim, o capital social pode ser definido como a ligação entre os grupos sociais que faz com que esses grupos cooperem entre si para conseguir alguma coisa.

A noção de capital social já é comentada há algum tempo, mas, só recentemente, a partir da obra do professor Robert Putnam “Fazendo a Democracia Funcionar”, que expõe sobre uma pesquisa realizada pelo autor na Itália. A referida investigação partiu da observação de que o Norte italiano se saía mais bem-sucedido do que o Sul, embora as duas regiões tenham o mesmo processo descentralizado. No Norte havia a tradição de as pessoas interagirem, buscarem soluções coletivamente, enquanto no Sul, as pessoas se acostumaram a resolver os seus problemas individualmente. De acordo com as observações desse pesquisador, esta era uma tendência antiga, que teve origem

na Idade Média, e constituía-se em uma trajetória para estas sociedades. Ou seja, o capital social tem uma origem na história da sociedade e não pode ser provocado, afirmação com a qual não concordo.

Desenvolvendo este raciocínio, quando se fala em capital físico, não se estabelece um juízo de valor: o capital físico não é bom ou mau. Da mesma forma, deve ser pensado o capital social, por princípio, ele não é bom ou mau, e é possível que se tenha o exemplo de uma comunidade que colabore para um objetivo espúrio, como o crime organizado. Na verdade, o problema de má formação de capital social pode ocorrer quando em uma sociedade alguns grupos dominam os grupos mais fracos. Para se ter a formação de um bom capital social é necessário que se estabeleça um processo democrático amplo, capaz de dar voz à maioria da população, e que haja comunicação entre os diferentes grupos que compõem a sociedade.

Quando se fala da importância da formação do capital social como engajamento cívico para o processo de desenvolvimento se tem em mente que a sociedade civil atuando neste contexto tem um parceiro importante, que é o Estado. Nos regimes autoritários, só o Estado domina a esfera política. No entanto, o Estado e a sociedade podem se complementarem e assim é que se desenvolve a melhor forma de parceria.

Com base nas possibilidades de interação entre a sociedade civil e o Estado, Robert Putnam construiu um modelo de análise segundo o qual quatro alternativas se apresentam a partir da maior ou menor governabilidade do Estado e maior ou menor capacidade de organização da sociedade:

<p>I Estado com boa governabilidade + sociedade com boa organização</p>	<p>II Estado com boa governabilidade + sociedade com baixa organização</p>
<p>III Estado com baixa governabilidade + sociedade com baixa organização</p>	<p>IV Estado com fraca capacidade de governabilidade + sociedade com alto poder de organização</p>

Na primeira alternativa, o Estado tem boa governabilidade e a sociedade tem boa organização. Esse tipo se caracterizaria por se constituir uma sociedade satisfatoriamente desenvolvida; no segundo quarto, o Estado apresenta boa governabilidade e a sociedade baixa capacidade de organização. Essa é a situação típica do Estado autoritário; no terceiro quarto, o Estado oferece baixo padrão de governabilidade e a sociedade, também, baixas formas de organização. Esse tipo vai caracterizar sociedades com todas as formas de conflito, com tendências a rupturas. No quarto quarto, o Estado é fraco em sua capacidade de governar, em contrapartida, a sociedade apresenta alto poder de organização. Nesse tipo, a sociedade desenvolve sua própria estratégia de sobrevivência, mas não conta com a participação do Estado. Existem várias possibilidades de se estabelecer a relação entre o Estado e a sociedade civil. A parceria se configura no modelo ideal de participação, onde o Estado pode melhorar o desempenho do seu papel, a sua capacidade de governança, e a sociedade pode melhorar a sua possibilidade de participação e organização. Isso deve ser o objetivo do desenvolvimento.

7.2 Questões levantadas ao painalista

- De acordo com o exposto, parece que o conceito de capital social não contempla a noção de conflito, só pressupondo “concertação”.
- O modelo de desenvolvimento capitalista, ao qual a sociedade brasileira está submetido, não contempla o social como capital, assim, se estabelece uma grande distância entre a teoria e a prática.
- A grande preocupação dos envolvidos com o movimento dos trabalhadores é no sentido de como fazer avançar tanto em capital social, como em políticas públicas. Quando, no entanto, as prioridades do governo não acompanham esse interesse, constitui-se em um conflito.
- A base de onde se originam os conflitos é a relação de hierarquia que se estabelece

entre os interesses dos diversos grupos, que se manifesta como relação de poder. Nesse sentido, qual a contribuição que vem sendo dada pelo Banco Mundial para a mudança das relações de gênero.

- Quando se fala em capital, pensa-se em expropriação. Quando se fala em capital social, se pensa, pelo contrário, em combate à má distribuição de riqueza. Nem sempre a produção de capital social tem esse significado.
- É necessário se pensar no combate à degradação dos recursos naturais. Mesmo com o aumento do capital social, o aumento do capital físico é suficiente para manter a concentração de riqueza.

7.3 Resposta do painalista às intervenções do público

Concordo com a observação feita de que existem conflitos e que são precisamente estes conflitos que dificultam que se encontre uma saída mais ampla de concertação. No entanto, relembro que se os conflitos existem, e é em soluções para eles que se deve pensar, já que uma saída que garanta a inclusão de todos e a cooperação entre o governo e a sociedade é sempre a melhor saída. Um exemplo do avanço nessas conquistas é a capacidade adquirida de reconhecimento dos direitos das minorias. Pensar o inverso é imaginar uma situação onde o Estado é forte, mas a sociedade é fraca, aí, há uma tendência de os grupos mais fortes dominarem.

A política social deveria estar voltada para a inclusão de todos, dando atenção especial às áreas que precisam ser desenvolvidas, criando situações em que todos tenham voz, para que sejam ouvidos, e, assim, encontrem os caminhos para solucionar os seus problemas. Para tanto, algumas condições são necessárias, a saber:

- A democratização do acesso à informação para todos.
- A promoção de mecanismos de participação inclusiva.
- A capacidade de manejo de conflitos. Há que se admitir que existem interesses

diferentes, mas deve existir uma preocupação maior em solucionar um problema que é comum a todos;

- A educação como base do exercício de cidadania e de construção de valores;
- A reestruturação econômica;
- A governabilidade, em todos os níveis. Aí, o papel da sociedade civil no monitoramento e acompanhamento do poder local é fundamental;
- A preparação para atender às demandas que vêm da sociedade, por parte do governo. O governo tem que estar pronto para atender às demandas que nascem da própria sociedade.

É preciso se ter a noção de que esses processos têm impactos, e que, portanto, devem ser pensados. Sabe-se que há muitas questões que não oferecem solução fácil e que precisam ser negociadas. Também tem-se que levar em consideração que existem muitas diferenças entre o Brasil e os outros países. É impossível, nessa área, se copiar soluções. Cada realidade é diferente, são culturas diferentes. A dinâmica social é muito complexa. É por isso que existem conflitos. Não se pode imaginar que todos os grupos tenham o mesmo interesse. É preciso que esses grupos discutam, troquem informações, negociem, façam pressão etc. E, se existem contradições internas entre a política macroeconômica e as políticas sociais, sabe-se, também, que elas existem não só no Brasil, como em toda a realidade.

Quanto à questão de gênero, pode-se afirmar que há uma preocupação por parte do Banco Mundial e que precisa ser colocada explicitamente pelos movimentos. O Banco Mundial é uma instituição heterogênea e há uma preocupação para que os responsáveis pelos projetos pensem nessas questões.

O aumento do capital social, necessariamente, não leva à distribuição de riqueza e pode ter impactos distintos em diferentes espaços. Acredito, contudo, que é muito mais difícil distribuir sem capital social. O processo de desenvolvimento é, por natureza, um

processo a longo prazo e capital social, apenas, não é suficiente para o promover. A longo prazo, a educação é o elemento mais importante para promover o desenvolvimento. Acredito que, hoje, a grande desigualdade é o acesso diferenciado à educação. A questão de formação de capital social é por si importante, pois se as pessoas se tornam atuantes, elas sabem como agir e buscar soluções. É não esperar que as coisas caiam do céu. É forma de reagir e buscar influenciar.

A grande preocupação mundial é com a possibilidade de inclusão e essa é a razão de ser do Banco Mundial. No caso do Brasil, acredito que se a sociedade e o governo realmente trabalharem juntos, por um período prolongado, se conseguirá um bom resultado. E, para isso, a educação é fundamental.

7.4 Carlos Jara – IICA

Capital: Construindo redes de confiança e solidariedade

“Quando confiamos no nosso potencial interior, jamais desperdiçamos energia. Sentimos confiança quando somos motivados pela verdade mais profunda em nós e não por aquilo que é a expectativa dos outros a nosso respeito”. (Sônia Café)

Capital Social e Desenvolvimento Local Sustentável¹

• A pobreza não pára de crescer

As nossas sociedades latino-americanas se apresentam cercadas por numerosos velhos e novos desafios. Juntos, estes desafios conformam uma crise complexa e

¹ Alegro-me pensar que os conselhos e a energia espiritual de meu terapeuta e mestre, Edmundo Tomaselly, estão presentes em cada página deste documento. Peço desculpas a Margarita e a Martim, pelo tempo roubado.

multidimensional: econômica, institucional, ambiental, social, política, intelectual, cultural, moral e espiritual. Na teoria prevalecente do desenvolvimento ainda domina a racionalidade do ganho material privado, os modelos mecânicos, o crescimento econômico indiscriminado como panacéia para todos os males sociais. Fomos e somos capazes de acumular e concentrar enormes riquezas materiais. Temos acesso relativo a tecnologias com capacidade para resolver as necessidades humanas de subsistência de toda a região. Mas praticamos um desenvolvimento perverso, autodestrutivo e excludente, continuamos modelando sociedades fraturadas. A pobreza não pára de crescer, aumenta todos os dias o número dos excluídos das oportunidades. Há hoje mais pessoas desempregadas e famintas do que nunca, chegando a cifras sem precedentes. Crescimento econômico para quem?

Os grandes interesses econômicos – essa complacente adesão ao modelo de produção, consumo e organização social dos países ricos – estão em contradição crescente com as necessidades básicas da nossa sociedade civil (Michel Chossudovski, 1995). A estabilidade do sistema se sustenta no poder de dominação dos grandes atores econômicos, das multinacionais, dos onipotentes grupos financeiros internacionais e, também, na subalternidade dos governos dependentes, dos poderosos grupos econômicos nacionais. O destino de nossas sociedades continua sendo modelado pelas interpretações dos economistas associados com esses atores dominantes, armados com seu *kit* de dogmas e receitas monetaristas, valores quantificáveis, fundamentalismos comerciais, alucinados por um emocional de lucros e negócios. A política econômica desaparece cada vez mais sob o domínio do monetarismo e, por conseguinte, a economia se divorcia da sociedade, pelo menos daquela parcela que não fornece rentabilidade e não consome. Neste sentido, o modelo de crescimento baseado na competição requer que uma parte da sociedade seja excluída, um processo perverso de modernização que ameaça todas as classes subalternas.

A dominação externa só é possível pela existência de atores nacionais que facilitam a dominação interna. Governos subalternizados, forçados à aplicação de ajustamentos estruturais socialmente patológicos. Mesquinhez institucionalizada – coação sobre os governos para que reduzam os benefícios sociais – expressada em programas “antipobreza” de tipo compensatório, traduzidos em cinismo político e clientelismo. Programas compensatórios apoiados pelos Banco Mundial e BID, desenhados como transferências focalizadas, aspirinas coletivas “*safety nets*” que substituem as políticas universais de bem-estar social. Fundos de emergência ou de investimento social criados em toda a região para amortecerem as conseqüências desfavoráveis do ajuste e darem viabilidade política às reformas econômicas (Philip Glaessner et al, Banco Mundial, 1995).

Aumentam as distâncias entre os segmentos mais ricos e mais pobres da população. O Brasil se apresenta neste fim do século como o campeão mundial da desigualdade. Os 20% mais ricos da população concentram 64% da renda nacional, entretanto, os 20% mais pobres ficam apenas com 2,5% dessa renda. Quarenta milhões de brasileiros, que vivem atualmente sob a linha de vulnerabilidade, traduzem um patológico estado de sofrimento coletivo. Estamos falando de depressão grave, fome, suicídios, criminalidade, desesperança, melancolia, consumo de drogas, desequilíbrios e distúrbios de comportamento que enfraquecem a força vital da sociedade.

Entretanto, quando estas realidades passam a ser transmitidas por meio dos meios de comunicação – geralmente dominados pelo mundo dos negócios – observamos a sutil construção negativa de um efeito perverso: indiferença social. O acelerado progresso tecnológico da informação estão modelando novas maneiras de sujeição. Somos bombardeados diariamente com notícias sensacionalistas de acontecimentos patológicos, tristes e aberrantes, decorrentes da miséria humana, dos processos de empobrecimento. Os meios de comunicação de massa terminam isolando a pobreza, desconectando as pessoas, fechando-as dentro de um círculo imaginário totalmente alheio (Miguel Gil Santesteban, 1997).

Assim, a parte favorecida da sociedade fica negativamente satisfeita de não ser pobre, permanece imersa em preocupações individualistas, sensorialmente atingida pela indiferença, culpa, repugnância, apego material, compaixão e rechaço. Essa indiferença é acrescentada à injúria, quando os favorecidos afirmam que os pobres são pobres por sua própria ignorância e incompetência (Anna F. Lemkow, 1990). Essa hipocrisia social, imagem de medo à pobreza, aos pobres, reforça o traço conservador da natureza humana. Os pobres são criminalizados, negados, desconsiderados, instrumentalizados, visualizados como incapazes e carentes, politicamente focalizados para serem clientelizados pelos programas compensatórios. Nossa percepção da pobreza é construída de forma negativa, enfraquecendo todos os laços de solidariedade. O sofrimento humano é banalizado, o amor social vira sentimento culposos e o cinismo domina os relacionamentos. Eis o capital social dos favorecidos. Se somos tão favorecidos, porque somos tão pouco solidários?

E isso acontece ao mesmo tempo que a sociedade é subjetivamente movida pelo consumo material. O nosso cotidiano se manifesta contaminado pelo comercialismo que promove um consumismo desenfreado, transformado em tampa mortal para a vida espiritual, criando ondas intensas de ansiedade e frustração coletiva. O comercialismo contamina as dimensões não-materiais da vida, subordina à cultura, aos valores, fazendo da vida humana uma patética plasticidade. Temos identificado o conceito da boa vida com o consumo material. Até o descanso das pessoas vira consumo de prazer. Há ansiedade social pelo acesso ao hedonismo, ao erotismo e à sensualidade. O puritanismo acabou. A procura do ganho material se revela acompanhada de um estilo de vida hedonista e imoderado. Cada vez mais, os seres vazios, degradados pelo mercado e subalternizados, preenchem suas angústias no consumo do álcool, valor supremo das relações sociais, procurando bens culturais medíocres e violentos, se tornando viciados em qualquer coisa (Robert Kurz, 1998). O desespero dos pobres e carentes geralmente aumenta quando procuram saídas consumistas para o mesmo. No emocional das pessoas vibra uma permanente energia de insatisfação, apego ao material e transitório. Eis o capital social que anima o capitalismo.

Observa-se em todo canto a tentativa de retomar o desenvolvimento econômico apoiado nos paradigmas dos modelos externos, sob o mesmo discurso: crescer mais, competir, automatizar, exportar mais, aumentar a produtividade, produzir com o menor “custo social”. Na prática, o uso de um mesmo pensamento da cultura materialista ocidental. A preocupação está com as coisas e a realidade quantificável, não com as pessoas e suas dimensões intangíveis, com o progresso material, não com a natureza. O que será o futuro das nossas sociedades? A continuação do passado? Como construir uma sociedade sustentável? Será que ainda temos tempo para reconstruir o presente insustentável?

• Reconciliando as polaridades

Os modelos convencionais de desenvolvimento revelam fundamentos quase exclusivamente economicistas. Estamos falando de uma racionalidade que afirma que os elementos econômicos são as principais forças que orientam o curso da evolução social. Nesta visão, o crescimento econômico é interpretado como um fim em si mesmo. Visão ridícula, pois só a vida humana representa um fim em si mesmo. Tudo o que pode ser medido ou estimado em termos monetários, que se expressa em quantidade e produz riqueza material, é priorizado. Glorificamos a mercadoria. Esta racionalidade traz consigo um certo emocional.

Os valores, as crenças geralmente tendem a fundir a racionalidade com a emoção. A vida comum se apóia no prazer da acumulação de coisas e, por conseguinte, na vontade de poder, na competência que alimenta o hábito de buscar vantagens pessoais às custas dos outros. A nossa sociabilidade fica dominada por impulsos morais utilitaristas que expressam sentimentos egoístas, competitivos, desconsiderados e, com frequência, insensíveis. Dominada pelo medo de não ter dinheiro e acesso ao mercado de consumo, de não ser bonito.

Mas, somos seres éticos e estamos dotados do poder de escolha. Podemos semear outro futuro, mudando a nossa consciência, ou seja, a nossa forma de olhar a realidade, de estar alerta, acordados, de dar-se conta. Não podemos modelar a vida humana deixando que os interesses econômicos dominem os assuntos societais, praticando um desenvolvimento que fabrica “insustentabilidade”. A transformação dessa realidade começa quando, como seres éticos, decidimos enfrentá-la.

O processo de desenvolvimento não é exclusivamente objetivo. A transição para uma sociedade sustentável será um processo possível quando sejam valorizados certos elementos estratégicos invisíveis, como o capital humano e o capital social, a participação social e o “empoderamento” das pessoas e das organizações. Quando, sem receio, seja possível introduzir nas considerações do desenvolvimento valores, tais como confiança, compaixão, solidariedade, amor e beleza, todos eles invisíveis e não-rationais.

Precisamos de um novo prisma para olhar o processo de desenvolvimento, ou seja, um novo tipo de pensamento, novas idéias e valores. A “insustentabilidade” é uma consequência de nossos próprios atos, de nossa própria visão do mundo. Colhemos o que semeamos. As respostas tradicionais não prestam, não resolveram quase nada. Ainda não conseguimos imaginar as transformações sociais baseadas em energias culturais e espirituais capazes de potencializar a solidariedade e a responsabilidade por nós mesmos e por todos. Certo, temos medo às novas dimensões, ao desconhecido. Precisamos novas fontes de poder, uma consciência radical fundamentada em sentimentos de confiança e necessidades compartilhadas.

É muito difícil introduzir uma perspectiva nova num sistema jurássico e dogmático, contaminado de interesses que buscam manter o *status quo*. O estado da sociedade está ligado ao estado de nossa mente e de nossas emoções. Esse economicismo, essas ideais materialistas, esse utilitarismo definem estratégias de “desenvolvimento” que levam a realidades insustentáveis e injustas, onde a riqueza e o progresso material convivem com a pobreza e o desemprego.

Certo, precisamos dinamizar o desenvolvimento econômico, qualificando o processo, mas é um simplismo supor que a economia pode sozinha levar ao desenvolvimento humano. É preciso articular as questões objetivas e subjetivas, tentar harmonizar as diversas dimensões do desenvolvimento. E isso significa pensar na justiça social, no acesso ao conhecimento e à informação, no “empoderamento” individual e coletivo, na participação social, partindo da ética. Esse renascimento demanda tempo, precisa crescer e se desenvolver com as novas gerações, fugindo das cadeias da presente socialização.

Tudo isso promove novos relacionamentos de cooperação e solidariedade entre atores sociais e institucionais. Por conseguinte, o momento sistêmico da transformação deve-se pautar em novos conceitos invisíveis, essencialmente, em sentimentos de amor.

O amor, a solidariedade, a justiça, a bondade, a compaixão são qualidades transraciais. Quando falamos de amor estamos falando de uma emoção, de uma energia mais profunda que a razão e, também, de um modo de convivência, uma maneira de relacionarmos com os outros. O amor é simples, acontece no fluir das condutas relacionais que nos permitem aceitar o outro ser humano como legítimo (Humberto Maturana e Sima Nisis, 1997). Não estamos alimentando o processo de desenvolvimento com sentimentalismo. Não existe outra palavra que expresse de forma mais clara o senso de solidariedade, respeito, cooperação e confiança pelos outros. Eis o fundamento do chamado capital social indispensável para construir uma sociedade sustentável.

A transição para uma sociedade sustentável é um problema de tomada de consciência que começa na mudança interna das pessoas, nos sentimentos de solidariedade, no amor político pela sociedade, um novo pacto do ser humano com todos os demais seres, com a natureza. O caminho para a construção do capital social passa por uma mudança radical interna, uma observação íntima da experiência das pessoas. Essa transformação pessoal traduz uma energia política completamente nova, outro tipo de poder, uma nova pessoa. Porque para mudar as normas e as instituições, para construir

capital social, temos primeiro que mudarmos nós mesmos. Certo que o capital social está enraizado na estrutura e na cultura.

Mas, se continuarmos trazendo à vida social e política os nossos medos, negações, ódios, ânsia de poder, os nossos relacionamentos não vão mudar quase nada. Para mudar a sociedade humana temos primeiro que mudar os seres humanos. O ser humano é dotado do poder de escolha e, portanto, de responsabilidade e criatividade. Individual e coletivamente, agimos conforme nosso entendimento das coisas, nosso emocional, podemos criar nossas condições sociais, nossa própria realidade (Anna Lemkow, 1990). Essa nova consciência está sendo elaborada principalmente pela sociedade civil. Uma silenciosa mudança de valores é também observada em comunidades criativas e humanistas ocupadas mais com qualidades do que com quantidades, buscando significados espirituais. Esses movimentos se apresentam fragmentados, desarticulados, mas estão caminhando no mesmo sentido.

Eis a importância da construção de redes sociais, uma dinâmica de trocas e interações entre atores. As redes promovem a interação entre as pessoas e as instituições, “empoderando-se”. Porque, como as partículas subatômicas, os atores sociais que constituem um contrapoder social carecem de significado como elementos isolados e devem ser entendidos como interconexões. É o investimento em capital social que possibilita ativar esse movimento de troca, a construção de redes sociais. As instituições estão mudando ainda quando o tempo de mudança institucional é muito lento. Surge a rede que oferece a possibilidade de troca e apoio, uma nova energia capaz de reorientar o curso do desenvolvimento. Porque o cerne da política atual é a capacidade de auto-organização da sociedade civil. A rede é sempre flexível, representa um sistema aberto, em contínuo estado de fluxo, tem capacidade de auto-organização.

As redes apresentam objetivos extremamente diferenciados, mas sempre cooperam, existem como processo, operam de forma descentralizada, possibilitam o

“empoderamento” dos indivíduos, o desenvolvimento pessoal e, também, estimulam a ação coletiva, oferecem apoio e enriquecimento mútuo (Marilyn Ferguson, 1994). As redes representam uma estratégia de luta e cooperação dos grupos sociais que conformam a sociedade fragmentada para transformá-la. Constituem-se em uma nuvem de energias políticas e centros de contrapoder. Daí a importância de fomentar as trocas.

Temos que mudar a nossa maneira de ver as coisas, pensar o mundo fora do paradigma mecanicista do crescimento econômico sem qualificação. Ir além do crescimento em reservas monetárias. O desenvolvimento não é apenas um complexo processo unilateral e racional. É também, e mais ainda, um processo multidimensional e emocional. Explicar as mudanças sociais, ainda quando baseadas em planos instrumentais ou marcos lógicos – intervenções inteligentemente programadas de acordo com a racionalidade – é cometer um reducionismo existencial. É presumir que os processos de desenvolvimento – as transformações – obedecem apenas aos ditados do *logos* (razão), sem a contribuição do *pathos* (afetividade e sensibilidade). É a razão instrumental, sinônimo de liberdade e eficiência, a energia que fomenta e defende o atual modelo insustentável, o fundamentalismo da lógica do mercado. Como argumenta Leonardo Boff (1995), “a razão não é nem o primeiro nem o último momento da existência. Nós somos também afetividade, desejo, paixão, comoção, comunicação e atenção para a voz da natureza que fala em nós (*daimon*)”. Essa dimensão espiritual e afetiva precisa se articular com uma nova razão comunicativa, baseada na linguagem, encarnada no cotidiano, no “mundo da vida” e da cultura, procurando construir novos relacionamentos, dialogando, trocando idéias e valores (J. Habermans, 1984).

Esse *daimon*, esse chamado da natureza e da vida, essa amorosidade e respeito com o futuro daquelas gerações que ainda não nasceram, essa solidariedade com os pobres se encarna no paradigma do desenvolvimento sustentável. Neste paradigma, o entendimento dos conceitos de capital humano e capital social é fundamental, como um novo conjunto de valores e referências indispensáveis para orientar a economia,

articular o tecido social, construir novos comportamentos, redes sociais, e traduzir em realidade os sonhos coletivos de justiça e bem-estar.

Para facilitar a construção de uma sociedade sustentável, será necessário repensar e reestruturar o sistema de educação e informação. É preciso vincular o conhecimento com o desenvolvimento sustentável e, também, com o acesso ao poder, alimentando um senso de compromisso social e relacionamentos que construam uma sociedade justa, sustentável e democrática.

• **Globalização e desenvolvimento local**

Hoje, o processo de globalização vai rompendo quase todas as fronteiras nacionais, apagando o conceito de soberania nacional. Os Estados latino-americanos se encontram mais e mais impotentes, embarcam no neoliberalismo, esperando que o mercado assuma a iniciativa, a orientação dos rumos do desenvolvimento (Tânia Bacelar, 1995). Aceitam como desgraça histórica a lógica perversa da nova ordem econômica internacional, se ajustando aos requerimentos da hegemonia norte-americana. Essa inserção aprofunda o *status* de nações subordinadas. Em todo canto, a crescente ligação entre os Estados e o mercado mundial tende a reduzir a capacidade dos governos atender às demandas e às necessidades humanas básicas das populações locais, dos pobres rurais e urbanos. A racionalidade instrumental do mercado condiciona cada vez mais as relações entre o Estado e a sociedade. As economias nacionais operam sob uma constante ameaça, marcada pela lógica geral de valorização financeira, reduzindo os espaços de decisão econômica nacional. Por conseguinte, as políticas sociais que se formulam neste contexto – também marcado por uma aguda crise fiscal e crescentes serviços das dívidas externa e interna – não apontam a construir sustentabilidade, equidade social ou cidadania, simplesmente alimentam o assistencialismo, os mecanismos sociais de emergência. Políticas sociais compensatórias destinadas a moderar as desigualdades ou os alívios focalizados procurando minimizar a ameaça dos excluídos do sistema de quebrar o chamado “consenso social”.

A globalização designa uma crescente transnacionalização das relações econômicas, sociais, políticas e culturais que acontecem no mundo. Se expressa não somente em termos de maiores interações entre países, como também na difusão de padrões e arranjos globais de organização econômica e social, consumo, vida e pensamento (Liszt Vieira, 1997). A terra toda se encontra interrelacionada, interdependente demais, mas extremamente desunida. Vivemos num planeta em que a informática e os sistemas de comunicação intensificam a interconexão “societal”, tentam construir uma “aldeia global”. Essa globalização, essa construção política dos atores transnacionais destinada a universalizar a lógica do mercado define um crescente processo de interdependência econômica, transforma os modelos organizacionais, o cenário institucional, sistemas jurídicos, os mecanismos de controle social e regulação.

A dinâmica competitiva da globalização econômica, a dependência do crédito externo para o financiamento do desenvolvimento e, em particular, a financeirização da riqueza, definem o eixo causal da presente crise social brasileira. Os gigantescos atores financeiros detêm um poder de liquidez que ultrapassa as disponibilidades do próprio Banco Central. Diante dos *déficits* em conta-corrente do balanço de pagamento e de uma moeda sobrevalorizada, a economia fica sempre exposta aos movimentos especulativos, mesmo quando se elevam brutalmente as taxas de juros. O país fica submetido a sucessivas rodadas de ajuste de contas fiscais, cambiais, restrições ao crédito, desaquecimento da economia etc. E isso alimenta os mesmos remédios econômicos envenenados de perversidade. Explicam a flexibilização trabalhista, reforma fiscal, desregulamentação bancária, abertura comercial, liberalização financeira, sistemas tributários que oneram as exportações, o desmonte da institucionalidade pública, a eliminação dos subsídios e, por conseguinte, a crescente concentração da renda e a seqüela de alarmante desemprego.

Esse modelo evidenciou os sintomas do esgotamento do estilo centralista e setorial de desenvolvimento e, também, de um modelo de Estado e gestão social, mas também de uma maneira de olhar o mundo, causando impacto negativamente na sociedade civil e na institucionalidade. Observamos como a ordem social se fragmenta e se torna conflitiva, o afastamento de milhares de cidadãos integrados ao espaço público, o enfraquecimento de instituições que deram vida aos tradicionais vínculos de solidariedade, a crescente aberta e oculta violência no interior da sociedade. Como veremos, muitas instituições governamentais foram enxugadas sem uma redefinição clara de funções e sem enxergar os novos desafios do desenvolvimento humano. Como as cobras que perdem a pele, muitas instituições desenvolveram uma nova pele neoliberal. As instituições perderam capacidade de ação e reação, seu papel se expressa diminuído pelas medidas de contenção do gasto e, também, pela erosão das suas capacidades técnicas. As mudanças promovidas pela gradativa implantação de uma sociedade de mercado debilitam cada vez mais as redes comunitárias, os vínculos sociais, os sistemas de proteção, os ambientes de paz e convivência, aumentando os conflitos sociais distributivos e, além do mais, alimentando a desconfiança dos cidadãos nas autoridades políticas, nos governos. Velhos e novos antagonismos, está em marcha um complexo processo de descapitalização social (Carlos Jara, Prolocal, 1999).

Muitas macrodecisões, por exemplo, as crises financeiras provocadas pelo capital especulativo, têm impactos negativos que afetam o desempenho de economias em sociedades localizadas e distantes, podendo levá-las até a falência. A crise brasileira, por exemplo, aprofundou a crise econômica do Equador, condicionada por um complexo de fatores estruturais e conjunturais, tais como: corrupção política, ineficiência institucional, fundamentalismo econômico, desordem jurídica, manejos ilícitos no sistema financeiro formal, peso insustentável do serviço da dívida externa, ou seja, falta de capital social. A pobreza no Equador, calculada em níveis de menos de 2 dólares diários, aumentou do 38% para 44% no presente ano. O Equador é uma sociedade fraturada em duas. A diferença entre a renda correspondente ao 5% da população mais rica e a

renda do 5% mais pobre chega a mais de 177 vezes; 65% da população se encontra sob a linha de vulnerabilidade. Enquanto parte do Equador se revela mais articulada ou integrada ao padrão de vida e consumo dos países ricos, grandes parcelas da população permanecem à margem das oportunidades, do acesso ao emprego, capital, conhecimento e participação na esfera de decisões. As forças econômicas e políticas que dominam a sociedade equatoriana e os poderosos atores transnacionais defendem o modelo de abertura de livre mercado. Resistem qualquer proposta que desorganize, de alguma maneira, esse modelo insustentável de “desenvolvimento”. O neoliberalismo não está interessado em mudar as causas estruturais da pobreza. Qual é a alternativa? Como formular um novo projeto de desenvolvimento nacional? Como humanizar o Brasil, o Equador?

A transformação do modelo de desenvolvimento prevalecente se apresenta como uma tarefa quase impossível. Ficamos paralisados e impotentes perante os poderosos e perversos atores do “internacionalismo” econômico. As políticas de ajuste estrutural parecem alimentar, em todo canto, um verdadeiro processo de genocídio social. A experiência histórica ensina que essas políticas, via de regra, não produzem os benefícios sociais esperados. Ao contrário, representam um conjunto de manuais ou receitas que fomentam o mal-estar social. Observamos um patético cenário de concentração da renda, desemprego crescente, miséria, deterioração da qualidade de vida, destruição ambiental, violência e instabilidade social. Muitas dessas anomalias e patologias se revelam globalizadas. Os ajustes ignoram as contradições internas dos países chamados emergentes, como o Brasil, onde as classes dominantes lutam pela privatização, abertura econômica, enxugamento do Estado, procurando reproduzir os processos de concentração. Muitos dos remédios propostos para o desenvolvimento são remédios envenenados que agravam os problemas (Pieffe Galand, 1999). Políticas que causam sofrimentos coletivos, doenças sociais iatrogênicas geradas pelo próprio processo de

ajuste econômico.² As chamadas soluções neoliberais são, na sociedade empobrecida, soluções que geram novas patologias.

Esse padrão de crescimento e abertura vem sendo promovido como panacéia pelos países industrializados e, também, pelos organismos internacionais de desenvolvimento. Esse modelo de abertura que vem acompanhado de uma sutil manipulação da subjetividade, essa calada colonização de nosso mundo interno se revela como um esquema muito difícil de se mudar. Ainda fica uma brecha estratégica, a dimensão local, o mundo da proximidade e das partículas sociais. Fica a possibilidade de atuação no território local, que articula as relações entre economia, cultura e sociedade, com a malha institucional. O local como espaço de construção de relacionamentos solidários para a sociedade sustentável.

Certo, essencialmente, fica o *pequeno eu local*, a possibilidade de si conhecer melhor, de estar em contato com as próprias emoções e desenvolver atitudes de solidariedade e rebeldia amorosa, de sentir compaixão e perceber novas possibilidades, de se envolver com o mundo dos pobres. Porque “os indivíduos que têm um bom entendimento de sua própria constituição emocional, e que são capazes de se comunicarem eficientemente com os outros em uma base pessoal, provavelmente estarão bem preparados para as tarefas mais amplas da cidadania” (Anthony Giddens, 1995). A “insustentabilidade” externa é o reflexo de nossas turbulências internas. O *pequeno eu local* pode criar espaço para o exercício da criatividade, da solidariedade, pode protestar e iniciar, no seu mundo emocional, uma ruptura.

A nova ordem internacional está condenando ao empobrecimento grandes parcelas da população. Essa ordem pode estar cheia de oportunidades para muitas sociedades locais. O grande problema é que, nos países pobres e dependentes, a desigualdade política e social condiciona um acesso desigual e seletivo às oportunidades. Somos 499 milhões de latino-americanos e aproximadamente 210 milhões vivem atualmente sob o índice da pobreza; 98 milhões são miseráveis.

² Doenças iatrogênicas - do grego “iatros”, que significa médico, e “genesis”, origem : doenças geradas pelo próprio médico.

O processo de empobrecimento afeta a amplos segmentos da população, incluindo as chamadas “classes médias”, que experimentam a ameaça do desemprego, a diminuição da renda, o bloqueio no acesso a bens e serviços (Eduardo Bustelo e Alberto Minujin, 1998). Como anotamos, a pobreza no mundo não pára de avançar. O próprio presidente do Banco Mundial, James D. Wolfesohn, informa que, nos próximos 25 anos, 3 milhões de pessoas terão apenas dois dólares diários. As pesquisas do BID indicam que uns 150 milhões de pessoas – um de cada três latino-americanos – vivem atualmente nessas condições vulneráveis. O modelo é insustentável, vem construindo e continua fabricando sofrimento coletivo, exclusão. Esses 150 milhões de seres humanos provavelmente não são mais importantes para o mercado mundial, simplesmente são contabilizados como excluídos. Como afirma Leonardo Boff (1996), “são pessoas que não têm nem sequer o privilégio de serem explorados pelo sistema capitalista”. O mecanismo de livre mercado não está assegurando reativação econômica nenhuma. Como humanizar América Latina? Qual é o modelo alternativo de desenvolvimento? Quais os conceitos, os valores, as técnicas, as atitudes e as metodologias subjacentes a esse modelo alternativo?

No próximo século, a luta contra as causas da pobreza e a salvaguarda da natureza ameaçada se apresentam como os principais desafios da humanidade. Na verdade, ambos desafios são indivisíveis. Não se trata de escolher entre desenvolvimento e meio ambiente, mas de procurar uma unificação das perspectivas, ser humano e natureza, o racional e o emocional, o global e o local. Em grande parte, a presente crise ecológica é resultado da concepção utilitarista e antropocêntrica do progresso materialista. Temos que redefinir o conceito de desenvolvimento, construir um novo futuro, além do fundamentalismo mercantil e competitivo, incorporando indicadores de sustentabilidade, trabalhando com os pobres e com a natureza, junto aos pobres e em favor da natureza. Nesta época de notável progresso científico e tecnológico, a pobreza social representa uma vergonha, uma patética expressão do fracasso histórico do desenvolvimento capitalista. Não bastam as políticas sociais destinadas ao alívio da

pobreza mediante estratégias assistenciais e clientelistas, as chamadas “redes de proteção” compensatórias dos ajustes econômicos.

Os programas compensatórios de curto prazo e abrangência sintomática apontam a diminuir os impactos desfavoráveis da insustentável racionalidade econômica. Não é possível sair da iniquidade, da “insustentabilidade” e da injustiça, dos problemas condicionados pelo nosso próprio sistema de valores, mediante soluções tipo “aspirina”. As soluções para superação da pobreza, rural e urbana, estão na organização da sociedade, na construção de novas condições institucionais baseadas na cooperação, visando acumular capital social, um sistema de valores comuns fundamentados em princípios compartilhados de confiança. Estes recursos invisíveis que cimentam o tecido social, possibilitando a transição para um novo padrão de desenvolvimento sustentável, se nutrem da real democracia que se fundamenta na vontade do povo. Daí a importância de expandir a cidadania, de “empoderar” aos cidadãos, alimentando a horizontalidade dos contatos, das trocas, os relacionamentos de reciprocidade, maior capacidade da sociedade civil para controlar situações vulneráveis e orientar o rumo dos processos de desenvolvimento. Eis a importância de construir capital social.

• Capital social e humano dos e para os pobres

O desenvolvimento sustentável traduz uma perspectiva multidimensional. Sérgio Buarque (1994) o define como “processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social”. Numa visão ampliada ou sistêmica, o desenvolvimento sustentável tem dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais. Não existem dimensões isoladas. Estas dimensões estão dinamicamente unidas, como um fato da existência e não podem ser isoladas dos processos de mudança, da equação do desenvolvimento. Se os problemas são sistêmicos as soluções também. Quer falemos de desemprego, inflação, analfabetismo, fome, compra de armamentos, dívida

externa, criminalidade, *déficit* fiscal, exclusão, poluição ambiental, corrupção, deflorestamento, desesperança ou falta de liberdade, a dinâmica subjacente a esses problemas é a mesma (Fritjof Capra, 1982). Os problemas que enfrentamos são os problemas que construímos.

E isso significa que o desenvolvimento sustentável deve ser pensado de forma holística ou unificada, revelando preocupações interligadas: com o presente e futuro dos pobres, com a qualidade do crescimento econômico; com as necessidades humanas básicas da população; com a qualidade ecológica; com a justiça e participação social; com as formas de vida e os valores culturais. Temos que estabelecer coerência entre pensamentos e valores. Uma nova maneira de pensar os processos de desenvolvimento, que integre, vincule, unifique, qualifique, motive, participe, totalize, mobilize e espiritualize.

Temos que colocar o desenvolvimento numa perspectiva ampla, tentando olhar a totalidade, a interconexão, o complexo processo de vinculação das dimensões. Entretanto, não podemos desconhecer que existem fenômenos específicos, elementos formadores, dimensões que revelam propriedades particulares básicas, que fluem em suas relações. As dimensões, em outras palavras, incorporam particularidades que somente podem ser entendidas isoladas de forma analítica, além de ser intrinsecamente dinâmicas e primordialmente ativas e interativas. É simplesmente difícil para uma abordagem unificada do desenvolvimento afirmar, por exemplo, que o econômico e o ambiental são a mesma coisa. Elas representam categorias distintas e, também, interrelacionadas. Somente podemos entender a dinâmica do capital social partindo da dinâmica de todo. Capital social, capital natural, capital político e capital humano ainda quando se interligam por um conjunto de relações e definem complementaridades são fenômenos diferentes que conformam um campo unificado. A perspectiva que lhe dá vida à complexidade dos processos de desenvolvimento é a dialética, ou seja, outra racionalidade capaz de articular a identidade com a diferença. Conhecer capital social é conhecer uma capacidade que não se deixa reduzir a nenhuma causalidade ou simplificação.

Quando falamos da dimensão social, cultural e política do desenvolvimento local sustentável, temos que falar de capital social. Christian Grootaert (1998), do Banco Mundial, declara que “o capital social se refere à coerência interna, social e cultural da sociedade, às normas e aos valores que governam as interações entre as pessoas e as instituições nas quais estão imbuídos”. Quando falamos de cultura estamos falando da forma de vida de um povo, sua personalidade, conhecimentos, crenças, idéias coletivas, costumes; a maneira como as pessoas de um determinado agrupamento social, inseridas em um determinado meio ambiente, se organizam para conseguir seus objetivos, após uma cadeia de ensaios e erros. O social é tudo aquilo que se refere à vida coletiva organizada, aos grupos que compõem uma determinada sociedade e à malha de relacionamentos que se estabelecem entre eles.

Grootaert (1988) fala do capital social como a cola que pega ou conserva juntas às sociedades, anotando que sem esse recurso não é possível pensar em desenvolvimento econômico ou bem-estar. Estamos falando de aspectos intangíveis da vida social, invisíveis. Partimos da constatação de que a visão reducionista e economicista do desenvolvimento não valorou estes recursos integrativos, que são partilhados intersubjetivamente. Fragmentamos o desenvolvimento e fizemos dele apenas uma máquina impulsionada principalmente pela economia. Nós o descapitalizamos, o desespiritualizamos.

Não existe uma dimensão social e cultural universal ainda quando os processos de mundialização, estimulados pelas modernas técnicas de comunicação eletrônica tendem a desterritorializar valores, penetram o mundo local, internalizando valores externos. A sociedade local, mais e mais, é sacudida por forças externas que intensificam processos de diferenciação e segregação, determinando resistências e movimentos de identidade que procuram a reintegração da vida social. Com freqüência, a diversidade social e cultural alimenta os sentimentos de identidade.

No Equador, por exemplo, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura – as políticas de modernização conservadora – não necessariamente construíram ou constroem formas de sociabilidade, transformações uniformizadas nas comunidades camponesas. As intensas trocas entre as comunidades rurais e a insustentável sociedade urbano/industrial não necessariamente deformaram ou deformam a vida social e cultural dos pequenos agricultores camponeses. Os comportamentos comunitários estão expostos a múltiplos determinantes externos, mas não existe ruptura cultural. Estes se adaptam, resistem e absorvem as pressões modernizantes, desenvolvendo uma variedade de estratégias de subsistência, saídas originais e multifuncionais, configurando mundos locais heterogêneos. O inconsciente coletivo continua presente dentro das pessoas, sustentando certos padrões de comportamento acumulados historicamente.

A circulação mundial de idéias e referências culturais não é necessariamente construtora de uma cultura universal, de uma “*aldeia global*”. A sociedade local ainda existe, a comunidade ampliada também; não são utopias nem interpretações saudosas do mundo local neste momento de globalização. No mundo local, onde a comunidade ainda é comunidade, ainda existem realidades sociais, historicamente determinadas, caracterizadas pela ação conjunta, redes de sociabilidade afirmadas na reciprocidade e cooperação, esperança no outro, homogeneização de interesses em torno de reivindicações e demandas coletivas, emocionais coletivos solidários, identidades, relacionamentos não competitivos, sujeitos históricos que revelam sentimentos não-individualistas como proteção, lealdade, dignidade e honestidade. Existem também atributos culturais negativos, formas específicas de interação social que levam ao conflito. Como os desejos de posse ou controle de recursos produtivos ou energias laborais que levam determinados grupos sociais ao apego, à luta, condicionando um emocional desintegrador.

Mas, o mundo local ainda é um campo fértil para semear capital social. É preciso estudar e identificar os atributos existentes na vida social e cultural local que facilitam

os trabalhos em parceria, que possibilitam o trabalho conjunto, as normas e os valores que podem estimular os relacionamentos de cooperação para atingirem objetivos que beneficiem toda a comunidade. Existem muitas experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local onde o reconhecimento da identidade, o “empoderamento” dos grupos comunitários, o fomento de esquemas participativos, o estímulo às trocas entre comunidades, o fortalecimento dos relacionamentos de confiança, a transparência da gestão, a transferência de capacidades, a distribuição da informação têm facilitado conduzir processos de desenvolvimento sustentável. Eis a experiência de Afogados de Ingazeira.

Segundo o cientista social John Durston (1999), “o termo capital social faz referência às normas, às instituições e às organizações que promovem a confiança e a cooperação entre as pessoas, nas comunidades e no conjunto da sociedade”. Quando falamos de normas, estamos falando de princípios de ação correta que devem ser observados e que ligam aos membros de um determinado grupo ou comunidade, orientando, controlando, ajustando os comportamentos. A confiança fala da consciência de se sentir seguro, acreditar no outro, esperar com certeza e firmeza uma determinada resposta, depositar um senso de credibilidade e sintonia com a palavra do outro, o reconhecimento da lealdade do outro, às vezes sem outro fundamento que a fé. E a fé sempre explica um tipo de experiência dentro de nós, uma postura interior, um conhecimento intuitivo, uma qualidade transracional. Cooperação diz respeito a um processo de união entre as pessoas para conseguir um benefício comum, trabalhar junto com outras para construir um mesmo objetivo.

Sem dúvida, os relacionamentos de confiança, reciprocidade e cooperação facilitam a construção de processos de mudança social e desenvolvimento humano, gerando sustentabilidade, enriquecendo o tecido social. Representam recursos intangíveis sustentados na proximidade social, cujo uso, como união de esforços e vontades, pode subsidiar formas coletivas de luta pela libertação e bem-estar de uma determinada

sociedade. Porque a energia política é a metodologia da liberação. Recursos, energias políticas e culturais que ajudam aos camponeses a se organizarem para o desenvolvimento sustentável, participando nas decisões. Eis o significado do capital social libertador. Nem sempre se apresenta acumulado no tecido social. Como a *semente do carvalho* pode crescer, evoluir e se tornar uma força social, uma torcida coletiva.

Mas todo capital social deve ser interpretado como uma realidade histórica e, portanto, como um processo, com características de mudança da organização social, condicionadas pelo contexto cultural e político nos quais tais características se acham inseridas. Toda sociedade é dinâmica e se encontra em constante movimento. Como afirma Heráclito de Éfeso, “tudo flui, não podemos entrar duas vezes no mesmo rio”. Entretanto, sempre entramos no rio social orientados por normas e valores, que também mudam de contexto em contexto. Por conseguinte, os recursos de capital social – as energias de solidariedade, confiança e reciprocidade – que permitem ganhar poder e impulsionar processos de desenvolvimento num determinado momento histórico e contexto social, em uma outra conjuntura e contexto, bem podem atrapalhar. Isso significa, como argumenta o especialista do Banco Mundial, Enrique Pantoja (1999), que o capital social, qualquer que sejam suas expressões, depende de contextos específicos. O capital social, por conseguinte, deve ser alimentado ou construído, assistido pela educação e comunicação, pela democratização da sociedade, pelos mecanismos de participação – a construção de redes sociais e alianças, as trocas e os contatos entre atores apoiados pela informação.

Por conseguinte, os relacionamentos de confiança e solidariedade, de cooperação e reciprocidade devem ser lidos e interpretados dentro de contextos sociais, culturais e políticos particulares. A base de toda vida social é a cultura. O capital social que possibilita o movimento coletivo dos atores sociais do município de Afogados de Ingazeira, em Pernambuco, é simplesmente diferente ao capital social que existe em muitos municípios autoritários da Zona da Mata do mesmo estado. O capital social sempre está enraizado

na estrutura social, as normas de reciprocidade e confiança sempre formam parte da cultura e, também, fluem ou ficam reprimidas segundo as formas e as práticas da estrutura de poder local.

Assim, realidades locais opressoras e estruturas políticas dominadoras geralmente representam forças inibidoras do potencial transformador do capital social. Ao contrário de impulsionar o desenvolvimento humano, o ambiente autoritário alimenta o conflito social, o poder sobre os outros, a manipulação, os cidadãos passivos, as polaridades políticas, o confronto. Temos que lembrar as palavras de Paulo Freire (1982): “Os camponeses desenvolvem sua maneira de pensar e de visualizar o mundo de acordo com pautas culturais que, obviamente, se encontram marcadas pela ideologia dos grupos dominantes da sociedade global de que fazem parte. Sua maneira de pensar, condicionada por seu atuar, ao mesmo tempo em que a este condiciona, de há muito e não de hoje, se vem constituindo, cristalizando. E se muitas destas formas de pensar e de atuar persistem hoje, mesmo em áreas em que os camponeses experimentam conflitos na defesa de seus direitos, com mais razão permanecem naquelas em que não tiveram tal experiência”.

John Durston (1999) argumenta que “o capital social comunitário não é um recurso individual senão uma forma de institucionalidade social (do conjunto) e, que os participantes no capital social comunitário colocam o bem-comum como objetivo, ainda quando não seja atingido.” Discorrendo sobre a importância de não confundir essa finalidade coletiva ou intencionalidade, com o bem-comum formalmente definido, por exemplo, nos regulamentos das associações comunitárias. Durston afirma que o “capital social comunitário diz respeito às normas, às práticas e aos relacionamentos interpessoais realmente existentes e observáveis”. Trata-se, por conseguinte, de um atributo da comunidade, um recurso social intangível que pode ser observado nos indivíduos, nos relacionamentos que estabelecem.

Mas os indivíduos, as pessoas existem como sistemas vivos encaixados em um determinado grupo social. Sempre desenvolvemos a nossa personalidade por meio dos nossos relacionamentos com outras pessoas. O social e o cultural atuam de forma condicionante sobre a nossa personalidade e comportamentos e, mais ainda, se inscrevem na subjetividade das pessoas, nos relacionamentos. Porém, esse mesmo social e cultural recebem, em sua dinâmica, múltiplas influências individuais. As pessoas criam e recriam permanentemente formas de existência coletiva, interesses. As instituições – que representam o *hardware* do capital social – sempre recebem ditames provenientes dos valores individuais. A mobilização da confiança individual no espaço público desenvolve capital social e produz mudanças significativas para o fortalecimento da democracia participativa.

Assim, o capital social é também um recurso individual que projeta visões de solidariedade. Uma pessoa isolada pode ter sentimentos de confiança e solidariedade, ser considerada um mestre espiritual, mas somente constrói capital social quando compartilha e se envolve na vida comunitária. Quanto mais solidários forem os nossos relacionamentos, mais solidários seremos como pessoas. Essa energia interna, esse emocional precisam ser liberados por meio da interação com as outras pessoas. O movimento sempre é dialético. Essa solidariedade e reciprocidade, essa procura do bem-comum, precisam ser interiorizadas como objetivos pessoais para se transformarem em comportamentos solidários e confiáveis. Em outras palavras, precisam ser sentidos e pensados como necessidades ou projetos pessoais. Os interesses configuram racionalidades particulares, determinadas formas de comportamento. É assim como se constrói o processo de mobilização (Bader Burihan Sawaia, 1996). Estamos falando de transformar o pensamento e o emocional individual em emocional coletivo e vice-versa.

Os pensamentos e sentimentos trabalham como guias internos que orientam e modelam os comportamentos e relacionamentos. Os pensamentos são feitos de representações e imagens que moram na nossa consciência. As emoções não podem se expressar

sem pensamentos. Um relacionamento de confiança, como expressão de uma emoção particular, não pode acontecer sem pensamentos apropriados. Mas as emoções são repetitivas. Não importa os tempos e os espaços, os comportamentos que surgem do emocional individual geralmente se repetem, afetando de forma positiva ou negativa a vida social. Quando a pessoa é invadida, por exemplo, por emoções, como raiva, ciúme, rancor, medo, inveja ou depressão, tende a repetir comportamentos e relacionamentos freqüentemente destrutivos, e também, a pensar de forma auto-destrutiva (Víctor Sánchez, 1997).

As pessoas que têm um emocional sedimentado pelo medo, que sofrem de transtorno de pânico, por exemplo, experimentam um cotidiano de ansiedade excessiva. O medo intenso se repete, a sensação de morte é intensa, a comunicação emocional é contaminada pela apatia. Fica difícil construir uma abertura para o outro. Como falar de amor político, de confiança e solidariedade com os outros, sem paz e amor interior, sem auto-estima, se experimentamos abandono, estamos internamente separados, não somos? Aceitar o que somos, o que estamos sendo, nos faz inteiros, o que gera energia que nos impulsiona adiante. Quando nos aceitamos nos transcendemos, naturalmente. Toda mudança, toda transformação, todo desenvolvimento precisa de um mínimo de confiança. A auto-aceitação, a auto-confiança são pré-requisitos para a aceitação e a confiança do outro (Roberto Crema, 1995). Para se abrir para o outro, é preciso conhecer a si mesmo, estar em contato com as próprias emoções, se comunicar, dialogar, sair da passividade (Anthony Giddens, 1995). Mergulhar amorosamente no interior demanda tempo e paciência.

Mas as palavras que utilizamos na nossa fala interior sempre estão carregadas de emoções. Em certa forma, como argumenta Maturana (1988), “não é a razão o que nós leva à ação senão a emoção”. Como sabemos, nem sempre a razão pessoal é razoável. O emocional fala em silêncio e anuncia um sentimento por intermédio da razão. A fala íntima do indivíduo e o comportamento da pessoa são indissociáveis. O indivíduo é

definido por aquilo que o distingue dos outros e, a pessoa, pelos relacionamentos que estabelece com outros. Nascemos como indivíduos mas nos tornamos pessoas graças a relacionamentos (David Steindel-Rast, 1990).

Podemos afirmar que o capital social existe na essência dos indivíduos e se expressa no relacionamento das pessoas, mas como capital humano, como energia espiritual, pensamentos e sentimentos nobres. Os relacionamentos não são apenas relacionamentos. Eles representam valores, crenças, pensamentos, caminhos, sentimentos. Essa energia espiritual se expressa socialmente como vivência humana por meio dos relacionamentos que ocorrem nos espaços coletivos do cotidiano. Paulo Freire, por exemplo, levou seu capital humano solidário por todo Brasil. Mas essa energia interna, esse compromisso, somente se torna recurso transformador quando encontra terra fértil, um ambiente cultural e político onde possa crescer, como a *semente de carvalho*.

Todos podemos ter um Paulo Freire no nosso interior, mas somente alguns indivíduos podem encarná-lo como energia solidária. O sentimento de amor político é produto do desenvolvimento individual e, ao mesmo tempo, é enriquecido por meio das interações com o meio ambiente social e cultural. A comunidade contém atributos e valores positivos que possibilitam o amadurecimento das potencialidades individuais, nos espaços domésticos do cotidiano.

O que é percebido como capital social depende, por conseguinte, da cultura, das tradições e da estrutura que se observa. Das bases éticas e morais compartilhadas entre as pessoas e atores sociais. *Ethos* – ética em grego, diz respeito à morada humana, tudo aquilo que ajuda à construção de um ambiente saudável: “materialmente sustentável, psicologicamente integrada e espiritualmente fecunda”. A moral, do latim *mos, mores*, diz respeito aos costumes e às tradições. Quando um comportamento ou relacionamento é considerado bom e vira referência coletiva, surge uma tradição. A moral está vinculada

a um sistema de valores, próprio de cada cultura e caminho espiritual (Leonardo Boff, 1997). Numa sociedade heterogênea, diferenciada, dividida em classes e atores sociais, temos que perguntar. O capital social de quem? Os valores e prioridades de quem? Como construir capital social para o desenvolvimento local sustentável?

Quando falamos de construir capital social, de fomentar as normas, os valores, e as instituições que estimulam a cooperação, estamos falando de estabelecer um vínculo com o futuro. A colheita social futura depende da qualidade dos cultivos sociais presentes. Estamos tentando construir uma sociedade humana e sustentável. Somente as sociedades sustentáveis podem resolver os problemas que estão ameaçando nos destruir (Fritjof Capra, 1991). Assim, os conceitos de capital humano e capital social precisam ser pensados, principalmente, sob o ponto de vista do povo, dos pobres e oprimidos, que são os seres que mais sofrem e, também, da natureza agredida. Capital humano e social só para fazerem dinheiro, para continuarem subjugando à natureza, quer dizer, conhecimento apenas ao serviço da rentabilidade, do crescimento ilimitado, só aprofunda as desigualdades, continua quebrando os sistemas ecológicos. Esse tipo de conceito fortalece a imagem do “*homo economicus*”, dos relacionamentos dirigidos a maximizar o lucro, a eficiência, ganhar poder ou influência apenas para provocar um estresse social e ambiental. Esse conhecimento reduzido ao desenvolvimento das capacidades produtivas e do trabalho – a visão neoliberal – fica prisioneiro no velho desenvolvimentismo. O sistema materialista de valores estabelece impacto negativo sobre o nosso bem-estar.

Capital social, relacionamentos de reciprocidade e confiança entre atores sociais corruptos, cujos valores revelam obsessão pelo crescimento indiferenciado, pela concentração da riqueza, por exemplo, mediante operações financeiras ilícitas, traduz uma sociabilidade suja, uma institucionalidade mercantilizada. Solidariedade entre indivíduos contaminados pelo valor de “levar vantagem em tudo”? A solidariedade entre certos grupos econômicos dominantes é, sem dúvida, um valor que permite sustentar o

ambiente em que operam. Mas não enriquece o tecido social, expressa uma sociedade seriamente desequilibrada. Temos que construir capital social com os pobres e para os pobres, fortalecendo as dimensões culturais solidárias que fazem parte da sua vida social, uma radical mudança da realidade. Precisamos de uma mudança fundamental de pensamentos, sentimentos e valores. Valor é tudo aquilo pelo qual uma pessoa atua. Temos que perguntar: o valor moral de quem e para quê? Do homem (mulher), da natureza e da vida.

Por outro lado, o capital social também diz respeito à capacidade dos atores institucionais para trabalhar e atuar articuladamente, em sinergia e parceria. Essa capacidade de gestão conjunta, essa integração de esforços e vontades, possibilita lidar com a complexidade, construindo um espaço comum. Como foi dito o capital social institucional permite a construção de espaços relacionais de cooperação, responsabilidade e transparência. É isso que facilita o fluxo dos processos.

Estamos acostumados a olhar as instituições como estruturas formais, enquanto organizam tarefas, funções e atividades julgadas como indispensáveis para atingir objetivos comuns. Mas, como sabemos, existem duas maneiras de definir instituições. Que podemos definir como aparelhos formais, arranjos burocráticos de ordem coletiva, cujo funcionamento depende de normas que organizam o trabalho conjunto, estruturando relacionamentos. Certo, uma instituição é muito mais que uma organização e, sem dúvida, a primeira incorpora a segunda. Trata-se de esquemas de trocas e, ao mesmo tempo, de organizações orientadas para determinadas finalidades, operando dentro do marco de uma lei própria, regulamentos, contratos ou convênios. Toda instituição “é composta, em parte, pelos determinantes sociais e em parte construída com tijolos e janelas do psiquismo humano.” E isso significa que “o conceito de instituição como estrutura social inclui, além da organização, o espaço social, simbólico (o código, a regra), imaginário (representações, mitos) e psicológico... inclui ainda a transmissão de um saber que lhe é próprio, ligado a uma ideologia, a valores precisos...”(Jacynara C.

Rochael Nasciutti, 1996). Elas se movimentam com variados dinamismos, mobilizam aos seus integrantes, transmitem valores, impõem comportamentos, estímulos e também sanções.

Por outra parte, as instituições se fundamentam nos costumes e, de fato, condicionam condutas sociais por meio de valores compartilhados, práticas tradicionais e acordos tácitos. A chamada “usura”, por exemplo, é uma instituição tradicional no meio rural equatoriano. Trata-se de uma rede de intermediação financeira informal cujos agentes são os prestamistas, que oferecem serviços crediários para financiar custos de produção e necessidades de consumo doméstico. Outro exemplo de instituições que fabricam descapitalização social é a corrupção, um verdadeiro problema social, uma idiosincrasia, uma forma de fazer política, uma conduta cotidiana. A corrupção tem criado sua própria cultura, seus códigos e recompensas sociais. Podemos afirmar, por conseguinte, que as instituições elaboram regras que delimitam as condutas de um determinado domínio, dando lugar a regularidade de atuação (Alexander Schejtman, FAO, 1999).

O institucional, por conseguinte, não é apenas uma estrutura organizada formalmente, mas também um relacionamento coletivo definido por costumes e valores compartilhados. Projetam sentimentos e ideologias que configuram determinados relacionamentos. Geralmente, os relacionamentos de cooperação e solidariedade precisam ser construídos coletivamente. Não é suficiente formar quadros para melhorar as capacidades de gestão de um Conselho Municipal de Desenvolvimento, transferindo técnicas contábeis e processos de racionalização administrativa. A cooperação interna se alimenta do trabalho coletivo, da avaliação regular das atividades do Conselho, refletindo sobre sua prática organizacional. Partindo dessa autocrítica, desse conhecimento, é possível mudar as práticas negativas, possibilitando que os membros do Conselho assumam responsabilidades, não somente pelas suas próprias associações comunitárias mas, também, pelos projetos do próprio Conselho. A mudança, a construção de capital social, sempre é um processo, implica alterar relacionamentos no interior da instituição, bem como dos valores que os determinam.

Temos que olhar a malha institucional formal e não-formal e tentar descobrir, dentro delas, as atitudes, o emocional, os valores, os sonhos e desejos encaixados no inconsciente individual. Os sentimentos de abandono e apatia coletiva podem levar à falta de participação e passividade, afetando negativamente o próprio processo de desenvolvimento. Tirá-los da apatia é um problema complexo e específico para cada caso, demanda ações interligadas de “empoderamento”, autocrítica, avaliação participativa, conhecimento, informação, mobilização do emocional coletivo. Pensemos, por outro lado, em atores privados empresariais aferrados a valores competitivos e, também, ao desestímulo dos relacionamentos cooperativos. Visualizemos este capital social no marco de um determinado processo de desenvolvimento econômico local. Certamente, há um ambiente na sociedade local que não permite articular o tecido empresarial, nem define compromisso com a geração de emprego produtivo. Tirá-los da insensibilidade depende das diretrizes e intervenções do Estado. Porque o desenvolvimento econômico local depende da maneira como o conjunto da sociedade organiza o processo de produção social.

Para construir uma nova institucionalidade, para acumular capital social, é preciso mudar a cultura política. Acontece que os aspectos conflitivos da vida política ligados à luta e ao confronto ficaram internalizados nos relacionamentos entre atores sociais e partidos. A nossa cultura política está contaminada pela dialética da negação. Essa racionalidade decorre, principalmente, do fato de que o exercício do poder geralmente expressa um jogo de forças antagônicas. O ódio e a desconfiança passam a ser as forças energéticas que orientam os relacionamentos políticos. Estes comportamentos conflituosos, estas atitudes, este emocional coletivo decorrentes do autoritarismo e da subalternidade, respostas antagônicas que negam a legitimidade dos outros, apagam ou minimizam outras possibilidades de agir e resolver conflitos. Vivemos na agressão. Essa luta frontal traduz um estado de descapitalização social e dificulta a construção de relacionamentos de parceria, uma cultura de diálogo e cooperação. O capital social e o poder da reciprocidade podem derrubar prejuízos e gritar em defesa da sociabilidade. Os

relacionamentos de parceria dependem do desenvolvimento do capital social. Facilitam a troca de vontades e sentimentos.

Infelizmente, o capital político que domina a sociedade não favorece o diálogo social. Há um *déficit* de cidadania, incapacidade das pessoas para participar plenamente na vida política, econômica e cultural da sociedade. Essa exclusão decorre do *déficit* de capital político, de política democrática entendida como prática orientada à construção e defesa do interesse geral. Essa falta de capital político como prática de representação organizada e presença ativa da sociedade civil explica, em grande medida, o pobre rendimento das políticas públicas em termos de equidade e justiça social. Uma cultura política que tolera a ineficiência e mediocridade das autoridades, que protege com a impunidade a imoralidade dos políticos corruptos, alimentando valores e comportamentos que negam a política como ação para o bem-comum, ou como prática indispensável para a resolução dos problemas de convivência social (Emilio Tenti Fanfani, 1997).

A confiança, essência do capital social, é o fundamento da vida social justa e sustentável. Sem confiança não é possível construir sustentabilidade. Vivemos uma cultura competitiva que exige obediência para manter as desigualdades. E isso quebra os laços de solidariedade e promove a desconfiança. A competição condiciona um discurso de luta, de negação do outro, que fratura as redes de convivências. Falamos de equidade, mas negamos o exercício da cidadania. Falamos de amor político, mas negamos o “empoderamento” das pessoas, o nosso emocional interno, valorizando a racionalidade instrumental. O problema do capital social é contraditório. Não existe sociedade que não apresenta laços de confiança e solidariedade. Em toda cultura há os elementos para sua construção, mas o que aparentemente domina é a sociedade fraturada, polarizada, atomizada, dividida. Domina a dialética da negação, o padrão cultural que nega o semelhante para atribuir valores negativos. Por isso tem-se que atentar para construir capital social a partir de cooperação não-instrumentalizada. A cooperação instrumentalizada leva a não-participação. Em nome do desenvolvimento gera-se cidadania passiva.

Quando falamos de capital social, tem-se em conta energias que moram no interior humano. A solidariedade humana é operante para o desenvolvimento de relacionamentos de cooperação com impactos favoráveis na vida local. A energia coletiva entre comunidades, atores, sujeitos políticos e econômicos, os espaços de participação, conduzem ao processo de enriquecimento da **concidadania** – cidadania participativa.

Os sistemas de valores e a ética não são dimensões periféricas aos processos de desenvolvimento. Constituem sua essência e energia propulsora. São os valores e os sentimentos as energias que moldam as nossas emoções, as forças espirituais e políticas que possibilitam construir os relacionamentos de confiança e reciprocidade. Eles constituem os elementos invisíveis dos conceitos capital social e humano. Somos desafiados a construir essas novas energias valorativas, novas alianças e coalizões, passando da confiança competitiva para a confiança da justiça e cooperação, indo do crescimento interior individual para a solidariedade coletiva. Abrigo à esperança, à possibilidade de vivenciar solidariedade e reciprocidade com os outros quando buscamos penetrar os domínios espirituais da existência, tentando olhar dentro de nós mesmos. E isso significa que para construir uma sociedade sustentável é necessário, antes de mais nada, nos apaixonar pela vida, trazendo uma imagem radicalmente diferente do desenvolvimento, ditada pelo amor.

Os velhos enfoques de desenvolvimento estão esgotados, são insustentáveis. Fomos e somos vítimas de um estilo mecanicista e parcial de pensamento. Estamos desafiados a encará-lo e transformá-lo, em nome da vida, que é movimentada pelo amor.

• **A análise e construção de capital social**

Como construir confiança entre os cidadãos e como aumentar a credibilidade dos governos locais e seus representantes? Como elevar o nível de consciência do público? Quais são os incentivos e as sanções que alimentam as mudanças de atitudes que

levam a relacionamentos de cooperação e solidariedade? Como ajudar ao poder da razão e da lógica aplicado ao processo de planejamento local, com sentimentos coletivos de solidariedade social? Será suficiente construir um ambiente democrático, aberto e participativo, mecanismos de discussão aberta e transparente para a obtenção de consenso?

Temos muito que aprender para dar resposta à pergunta de como investir em capital social para facilitar o processo de desenvolvimento sustentável. A tradução da solidariedade e confiança em ações coletivas concretas envolve dificuldades operacionais que somente poderão ser contornadas na medida em que aprendermos e sistematizarmos as lições das experiências.

Temos que desenvolver novas metodologias de avaliação, novos conceitos, indicadores, dados empíricos. Por exemplo: um determinado município, impulsionado pela própria prefeitura, fomenta o estabelecimento de um Conselho Municipal de Desenvolvimento, democrático, representativo, aberto, fortalecido pela capacitação e informação, deliberativo e responsável. Se esse Conselho contribui a racionalizar e orientar os investimentos dos vários programas de apoio, públicos e privados, mobilizando a população, sem dúvida, este investimento enriquece a vida social e traduz uma “rentabilidade”, um “valor agregado” social descentralizado. Neste caso, o governo local não só decide ampliar o processo de democratização, como cria os mecanismos que facilitam o desenvolvimento do capital social.

Temos que investir em capital social para fomentar o desenvolvimento sustentável, significando a necessidade de construir um ambiente local orientado a esse fim. Como construir esse ambiente? Quais os indicadores para avaliar estas experiências? O capital social por si só não é condição suficiente para construir uma sociedade sustentável. Essa perspectiva leva a uma supervalorização da cooperação e colaboração social, em detrimento do acesso à tecnologia, recursos financeiros, informação, capital humano,

igualmente indispensáveis. Assim, é possível sair do desenvolvimento sustentável sem capital social e cair no capital social sem desenvolvimento sustentável.

Apesar de se ter comprovado que o envolvimento ativo dos atores sociais nas esferas de tomada de decisão facilita o alcance dos objetivos de desenvolvimento, é patético observar como domina a perspectiva instrumentalista. É fácil estabelecer conselhos municipais burocratizados que, via de regra, viram instrumentos dos programas de desenvolvimento, dos políticos locais. Os conselhos municipais podem ser usados como instrumentos para gerenciar conflitos locais e, também, para assegurar a dominação política. O que é difícil – e necessário – é distribuir o poder dentro da sociedade municipal e, também, no interior do governo local. Além do mais, não podemos julgar o capital social local unicamente pelo que acontece dentro de um determinado Conselho. Temos que observar o que acontece fora dele. O capital social exige não somente a criação de espaços de participação social, mas a adoção de políticas e oportunidades que permitam aos grupos mais pobres o envolvimento na vida política e econômica, nas decisões locais. A dinâmica participativa que observamos dentro de um conselho de desenvolvimento não necessariamente é indicador dos processos democráticos na sociedade municipal.

A construção do capital social depende da expansão das capacidades humanas, individuais e coletivas, do desenvolvimento do capital humano, visando atender tanto às necessidades materiais, como às de proteção, afeto, liberdade, identidade, entendimento, participação etc. Trata-se, essencialmente, de enriquecer a vida humana. Temos que acreditar que as pessoas, os cidadãos, são os ativos organizacionais de maior valor, e que o conhecimento, operando segundo uma lógica de confiança e reciprocidade, representa uma força transformadora. E temos que ajudá-los a acreditarem no seu próprio potencial transformador, no poder invisível da energia espiritual e política pautada no amor. Temos que operacionalizar socialmente a *teoria da semente de carvalho* que propõe que cada vida é formada por uma vocação, que é a sua essência, que a

leva para um determinado destino (James Hillman, 1996). Ou seja, temos que saber distinguir o carvalho da semente e estabelecer as condições sociais que ajudem a semente a se tornar um carvalho. E isso passa pela educação, pelos direitos humanos, pelo encontro de significado e auto-estima na vida cotidiana. As pessoas não querem ser instrumentos, objetos de sentimentos de compaixão e piedade, vítimas dos ajustes estruturais. Querem administrar suas próprias vidas, definir como se quer viver, sentir que estão fazendo algo que tem sentido, nutrir seu chamado social e cultural, sua vocação. Porque isso o que chamam de vocação diz respeito às coisas que “a gente faz com alegria, como se tivesse fogo no coração e o diabo no corpo”³. A resposta, o fruto do capital social não está apenas na geração de produto e bem-estar econômico (que atende apenas o fisiológico), mas na liberação do potencial humano que permanece escondido, da criatividade como possibilidade para construir um destino comum.

Como estudar o capital social de um determinado município? Como estimular seu desenvolvimento? Como elevar a capacidade dos atores sociais e institucionais para trabalhar em parceria, articuladamente? Como construir um ambiente democrático que, ao mesmo tempo, estimule o chamado espírito empreendedor entre os agricultores de base familiar, fomentando relacionamentos de “concorrência cooperativa”?

Para conhecer as características do capital social temos que fazer um conjunto de perguntas. Partir do estudo do processo de estruturação das organizações locais, das associações ou assentamentos, das instituições. Quais são os atores, os grupos organizados, envolvidos direta ou indiretamente nos processos de desenvolvimento local? Qual é a densidade de organizações num determinado território? Existe fragmentação entre as organizações? Quais são os interesses particulares de cada organização ou ator social? Identificar as situações sociais e econômicas de cada ator e conhecer a forma como é refletida nos interesses e demandas. Os relacionamentos

³ Josephine Baker, citada por James Hillman, O Código do Ser, Editora Objetiva, RJ, 1996.

entre atores, parcerias, vínculos, conflitos, greves. Existem possibilidades de aliança e cooperação? O número e tamanho das organizações.

É preciso entender a qualidade da gestão, os mecanismos de participação, as redes e os vínculos que estabelecem com outros atores. A qualidade da participação, ativa, clientelista, instrumental, constrangida? Quais são os relacionamentos das organizações com os diferentes mercados. É indispensável conhecer as capacidades de gestão técnica, administrativa, financeira das organizações, suas fortalezas e fraquezas para atingir objetivos comuns. Os problemas que enfrentam. Conhecer a forma como as organizações facilitam o acesso dos associados às oportunidades, serviços, mercados, tecnologia, informação e recursos produtivos.

É preciso conhecer o desempenho histórico da organização, os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que afetam ou facilitam sua gestão. A composição social interna da organização. Quais são os vínculos que estabelecem com o poder local? Conhecer a qualidade da liderança. Qual é o tipo de liderança que orienta as políticas da organização? Identificar a forma, o estilo das tomadas das decisões estratégicas? Os vínculos entre os diretivos e o poder local. Os instrumentos empregados pelos diretivos para concretizar as decisões estratégicas. Os recursos técnicos e administrativos empregados pela organização para executar as tarefas e atividades da organização. Os meios empregados para mobilizar os associados. O grau de conhecimento dos diretivos e associados do contexto, dos problemas locais, das ameaças, dos objetivos da organização. A confiança e credibilidade das instituições, em particular, do governo local. A qualidade dos serviços públicos, do aparelho burocrático, das autoridades. As atitudes, os valores, os sentimentos, o amor político.

7.5 Ricardo Abramovay – USP

Capital social: cinco proposições sobre desenvolvimento rural

• Apresentação

O título deste encontro – “A formação de capital social para o desenvolvimento local sustentável” – é o retrato de uma profunda evolução. Não que haja clareza sobre o significado de cada um dos termos que o compõe: nós não sabemos exatamente o que é “desenvolvimento local” e muito menos o sentido preciso do termo “sustentável”. A incorporação do “capital social” ao vocabulário das ciências sociais e das políticas públicas tem menos de 10 anos e não é espantoso que, sobre ele, haja diferentes – e conflitantes – pontos de vista.

O que chama a atenção no título deste encontro é o fato de ele ser convocado sem que a mais importante organização sindical do país – e a de maior peso relativo dentro da Central Única dos Trabalhadores – faça menção ao setor ou à categoria profissional que, em princípio, ela representa. Não se está falando aqui simplesmente de agricultura ou de reivindicações de agricultores, nem mesmo do segmento de agricultores que forma a base social da CONTAG, os que produzem em regime de economia familiar e os assalariados. O encontro sequer tem por eixo enfatizar a luta – que se mistura com a própria história da CONTAG – pela reforma agrária.

O tema aqui proposto é tão amplo que a reforma agrária só pode ser vista como um meio – decisivo e insubstituível – para atingi-lo: trata-se de discutir **qual o destino das populações vivendo em áreas não densamente povoadas no processo de desenvolvimento**. Os movimentos sociais ligados às lutas dos trabalhadores rurais – e antes de tudo a CONTAG – têm a vocação de incorporar a sua agenda de reflexão, de lutas e de proposições à **dimensão territorial do desenvolvimento**. A acumulação de

capital social de que estamos falando aqui não é genérica: **ela aplica-se especificamente à criação de processos capazes de revelar os potenciais que os mais de 50 milhões de brasileiros do campo e das pequenas e médias aglomerações podem descobrir em seus locais de vida e de trabalho.**

Trata-se de um tema estratégico, que envolve, mais que um projeto político, uma idéia de civilização. Em seu último livro – “Desenvolvimento enquanto liberdade” – o prêmio Nobel de economia Amartya Sen fala de duas visões antagônicas do desenvolvimento, encontradas tanto entre economistas profissionais quanto na opinião pública em geral. A primeira delas sustenta que o desenvolvimento é um processo violento, sofrido, envolvido inevitavelmente em “sangue, suor e lágrimas” (Sen, 1999:35) no qual o desafio de acumular riquezas o mais rapidamente possível pode levar até ao sacrifício imediato do bem-estar, que viria depois, aí então, sobre bases sólidas.

É claro que Amartya Sen repudia esta concepção (4) e mostra a existência de outra corrente para a qual o desenvolvimento é um processo “essencialmente amigável” e “pode ser exemplificado por coisas como trocas benéficas (de que Adam Smith falava de maneira eloqüente), ou pelo trabalho de redes de segurança social, ou por liberdades políticas ou por desenvolvimento social – ou uma ou outra combinação destas atividades de apoio” (Sen, 1999:34, 35).

Vem de Amartya Sen a mais precisa – e ao mesmo tempo a mais bela – definição de desenvolvimento: é o aumento da capacidade de os indivíduos fazerem escolhas. É esta visão do desenvolvimento que o faz exigir uma **definição positiva de liberdade**: liberdade não é apenas a ausência de restrições, o direito abstrato de ir, vir, comprar,

⁴ Que entretanto – é importante frisar – nada tem de caricatural. Nos países capitalistas ela se exprime na curva de Kuznets (ou na idéia tão conhecida entre nós de que o bolo tem que crescer antes de ser distribuído), segundo a qual a etapa inicial do processo de desenvolvimento apoia-se, inevitavelmente, sobre a concentração da renda, ingrediente indispensável da acumulação do capital. No bloco soviético, os camponeses foram vistos teoricamente (ver por exemplo, a obra de Preobrajenski) e tratados socialmente como a fonte fornecedora da acumulação primitiva socialista.

vender, amar e ser amado. A liberdade – e, portanto, o desenvolvimento – não podem ser pensados fora das condições concretas de seu exercício ⁽⁵⁾. Não basta que a lei garanta certos direitos: o essencial é que os indivíduos tenham as *capacidades*, as *qualificações*, as *prerrogativas* de se deslocarem, de participarem dos mercados e de estabelecerem relações humanas que enriqueçam sua existência.

Diante destas duas correntes, cabe então perguntar: o meio rural, as áreas não densamente povoadas, onde hoje se concentram os piores indicadores sociais, podem oferecer a base a processos consistentes de desenvolvimento? Ou, ao contrário, por mais caudalosa que seja a corrente de “sangue, suor e lágrimas”, a vida em grandes aglomerações urbanas e metropolitanas é a premissa para a emancipação social dos milhões de brasileiros que vivem em situação de pobreza e miséria absoluta no campo? Se, como diz Sen, “desenvolvimento é a possibilidade de avançar com um pouco de ajuda de meus amigos – ajuda que pode provir da interdependência no mercado...mas também dos serviços públicos, que conferem às pessoas mais capacidade para se ajudar a elas mesmas e aos outros” ⁽⁶⁾ – é desejável para a sociedade que estes amigos e estes serviços públicos floresçam também nas áreas não densamente povoadas? Ou o ditado medieval (“o ar das cidades torna as pessoas livres”) que associava o meio rural fatalmente ao atraso, à dominação clientelista e à opressão é válido até hoje? É possível que, nas áreas não densamente povoadas, construa-se o processo de ampliação das possibilidades que os indivíduos têm de fazer escolhas?

Eu não tenho dúvida de que este fórum e o esforço de reflexão e de elaboração de propostas que a CONTAG vem fazendo nos últimos anos ⁽⁷⁾ representam uma importante

⁵ Daí vem então a idéia de definir o desenvolvimento pela natureza de seus resultados, traduzidos por certos indicadores de saúde, longevidade e educação. Ver neste sentido, os relatórios que o PNUD publica anualmente, desde 1990 e dos quais Sen é um dos principais mentores intelectuais.

⁶ SEN, Amartya (1996) – Development thinking at the beginning of the 21st Century *in* BID – *Development thinking and practice conference*, *apud* Kliksberg, 1998:35)

⁷ Ver, por exemplo, a série Experiências do *Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação Sindical* bem como os resultados do Projeto CUT/CONTAG (1998)

contribuição para que se possa responder positivamente a esta última pergunta. Mas é claro que continua imensa a distância entre a nossa profissão de fé no potencial de desenvolvimento embutido no meio rural e a materialização deste potencial em políticas públicas e conquistas sociais efetivas, por maiores que tenham sido os avanços recentes neste sentido.

Reduzir esta distância é um dos objetivos fundamentais deste nosso fórum. Gostaria de contribuir neste sentido expondo algumas proposições sobre a construção do capital social. Meu desafio é mostrar que as discussões sobre capital social não precisam enclausurar-se na torre de marfim do jargão acadêmico. Ao mesmo tempo, a elaboração teórica em torno deste tema é útil para auxiliar na reflexão prática. Procurei então formular algumas proposições – algumas mais, outras menos desenvolvidas – a respeito do tema e de suas conseqüências eventuais na ação do movimento sindical. Não há qualquer pretensão de fazer um levantamento completo e não tenho sequer a garantia de que as proposições são realmente relevantes, sabendo que outros participantes da mesa irão definir capital social e tendo escrito sobre o tema em trabalhos recentes (Abramovay, 1999a e 1999b), não me preocupei aqui em iniciar por uma definição do tema. Vamos então às proposições:

• É possível criar capital social ali onde ele não existe. Os movimentos sociais – especialmente a CONTAG – têm um papel estratégico neste sentido, bem como a extensão rural.

A leitura da principal obra de referência sobre capital social (Putnam, 1993/1996) provoca uma impressão que mistura encanto e desalento. Por um lado, é fantástico constatar que na raiz do maior desenvolvimento político das regiões situadas no Norte da Itália, por oposição ao Sul, encontram-se organizações que datam de quase mil anos como os coros de Igreja e as sociedades de ajuda mútua. No Norte da Itália formou-se, há muito, uma comunidade que se interessa por questões públicas, que valoriza a virtude

cívica e para a qual cidadania significa deveres e direitos iguais para todos (Putnam, 1993/1996:103-104). Esta tradição de cooperação e laços de solidariedade horizontal que explica o melhor desempenho institucional das regiões situadas ao Norte da Itália está ausente da região Sul, “onde a pobreza e o atraso se devem em grande parte (mas não inteiramente) à incapacidade de seus habitantes de agir em conjunto pelo bem-comum ou mesmo visando a qualquer objetivo que transcenda aos interesses materiais imediatos da família nuclear” (8). É a partir desta dicotomia que Putnam (1993/1996:105) se propõe a estabelecer uma conexão entre “o civismo de uma comunidade e a qualidade de sua governança”.

O importante então é a base cultural, o enraizamento histórico do processo de institucionalização. Mas justamente aí, neste “culturalismo”, é que reside o desalento. Como bem mostra a interessantíssima síntese recente de Abu-El-Haj (1999:71), o ponto de vista de Putnam acaba sendo de profundo ceticismo: “associando as possibilidades de avanço democrático à existência de ingredientes culturais naturais a certas sociedades, o autor destitui a grande maioria dos países em desenvolvimento da possibilidade de alcançar a civilidade”.

Esta atitude intelectual é nossa velha conhecida e se exprime, por exemplo, na constatação de que é natural que a maior parte dos créditos do Pronaf vão para a região Sul, pois lá existe maior organização, maior tradição associativa de base entre os agricultores e, portanto, condições mais propícias de desenvolvimento (9).

Esta constatação não é errada: ela é insuficiente. Da mesma forma, o trabalho de Putnam é importante para mostrar que ali onde o capital social existe, ele é um elemento decisivo do desenvolvimento. Mas ele tem pouco a dizer quanto à pergunta central de nosso encontro: como se forma capital social?

8 BANFIELD, Edward (1958) – *The Moral Basis of a Backward Society* – Chicago Free Press – *apud* Putnam (1993/1996:105).

9 Uma análise dos dois primeiros anos de implantação do PRONAF pode ser encontrada em Abramovay e Veiga, (1999).

Uma outra vertente – que ao contrário da culturalista, pode ser chamada de neo-institucionalista – vai enfatizar o papel decisivo das **elites políticas** na formação de capital social. Estas elites não têm o poder, sozinhas, de criar capital social, mas elas podem bloquear sistematicamente sua acumulação⁽¹⁰⁾. A leitura dos jornais dos últimos dias sobre os casos de corrupção no repasse de verbas destinadas a políticas sociais descentralizadas é um exemplo claro disso. É óbvio que a criação de laços de confiança, de compromissos, de vínculos de reciprocidade capazes de estimular os contatos sociais e as iniciativas das pessoas (em suma, o capital social) não é um atributo exclusivo dos agricultores do Sul. Mas é claro que ali onde estes laços de confiança são sistematicamente sabotados por elites corruptas, os indivíduos terão menores incentivos a dedicar energias à construção de redes permanentes de interação. Na prática, quando os indivíduos sentem não só que o poder é corrupto, mas que não existem alternativas ao desmando, será evidentemente maior a propensão a submeter-se **verticalmente** a estes poderes e a renunciar ao investimento em redes horizontais de cooperação, que são a base do capital social.

Um importante cientista político contemporâneo (Evans, 1998:24) resume esta idéia em três proposições básicas que, de certa forma, procuram representar uma alternativa – neo-institucionalista – à visão “culturalista” de Robert Putnam:

- a) As agências estatais necessitam das comunidades: as comunidades são co-produtoras de seus resultados e não seus clientes passivos;
- b) As comunidades necessitam de burocracias estatais, já que poucos serviços, nas sociedades contemporâneas, podem ser organizados num nível puramente local e sem o apoio dos conhecimentos e dos recursos que venham de estados e da Federação;
- c) Neste sentido, a sinergia entre Estado e sociedade pode criar um círculo virtuoso de mudança institucional.

¹⁰ Ver neste sentido, os artigos do número especial sobre capital social da revista *World Development* de junho de 1996 e a resenha de Abu-El-Haj (1999)

Capital social, portanto, não é simplesmente um atributo cultural cujas raízes só podem ser fincadas ao longo de muitas gerações (Durston, 1998): ele pode ser criado, desde que haja organizações suficientemente fortes para sinalizar aos indivíduos alternativas aos comportamentos políticos convencionais: “as dotações pré-existentes de capital social são recursos valiosos na construção de relações sinérgicas (entre Estado e sociedade civil), mas não podem ser consideradas como a raridade decisiva. As comunidades que desfrutam os benefícios da sinergia não desfrutam necessariamente dotações prévias excepcionais de capital social” (Evans, 1996:1130).

O Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e a Extensão Rural são as duas organizações nacionais mais capilarizadas pelo interior do país. Por maiores que sejam seus problemas e sua heterogeneidade, ambas definiram recentemente sua missão em torno do fortalecimento da agricultura familiar ⁽¹¹⁾. Ambas portanto reconhecem na agricultura familiar a base social do processo de reconstrução institucional da vida política no interior do país. Esta é uma das premissas fundamentais para que elas contribuam para a formação de um quadro institucional que possa mostrar aos indivíduos que a cooperação oferece recompensas mais importantes que a submissão a poderes autoritários e tão freqüentemente corruptos.

• **Desenvolvimento local não é sinônimo de desenvolvimento municipal.**

Local é um dos inúmeros adjetivos de que a noção de desenvolvimento vem-se fazendo acompanhar desde que ela se transformou em disciplina autônoma no interior da economia, durante os anos 1940 e 1950 (Hirschman, 1981/1986). Trata-se de uma compreensível reação a dois pressupostos básicos. O primeiro rezava que as

¹¹ Ver anais do I Workshop Nacional “Uma Extensão Rural para a Agricultura Familiar” – DATER/FAZER/CONTAG/ASBRAER/FAO/PNUD – Ver também Abramovay, 1998

disparidades nos níveis de crescimento, na prosperidade e no bem-estar entre os países seria resolvida automaticamente pelo mercado. O segundo enfatizava a importância de certas infra-estruturas como pré-requisitos a que o desenvolvimento ocorresse.

A idéia de desenvolvimento local procura colocar a ênfase em mecanismos institucionais específicos, capazes de mobilizar energias produtivas que o funcionamento dos mercados acaba por inibir e que a simples presença de certas infra-estruturas mostrava-se inapta a despertar. Da mesma forma que o capital social, o desenvolvimento tampouco resulta da operação espontânea dos contatos sociais, mas exige uma intervenção consciente e deliberada de organizações públicas, estatais e não-estatais.

Mas o que é este local? Ou, em outras palavras, quais são os atributos que poderiam propiciar geração de renda e melhoria na qualidade de vida dos indivíduos e que o mercado, em seu funcionamento espontâneo, não consegue revelar. Existe hoje uma vasta literatura mostrando que, mesmo com o impressionante avanço da globalização, **os processos inovativos tendem a ser localizados** e baseiam-se em contatos informais e personalizados entre indivíduos ⁽¹²⁾. O Cirad – Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento, importante organização francesa com interessantes trabalhos no mundo todo, inclusive com a Embrapa – anima um programa de pesquisa sobre Sistemas Agroalimentares Localizados que permitiu a descoberta de locais onde há uma verdadeira concentração de habilidades e serviços em torno de certos produtos. É assim que, por exemplo, a produção de rapadura em regiões interioranas na Colômbia vem conquistando importantes mercados e dando lugar a uma surpreendente interação entre vários atores econômicos. Da mesma forma, o Cirad e a Embrapa localizaram no interior de Sergipe uma grande quantidade de unidades artesanais de queijo de cabra com potencial para vincular um certo produto a um padrão de qualidade e a um determinado território ⁽¹³⁾.

¹² "Conversas noturnas em bares e restaurantes, como o Wlaker's Wagon Wheel Bar e o Grill in the Mountain View, fizeram mais pela difusão da inovação tecnológica do que a maioria dos seminários de Stanford", constata Manuel Castells (1996/1999:72) referindo-se ao Vale do Silício, na Costa Oeste norte-americana.

¹³ Ver os trabalhos do Cirad e do Cepatsa/Embrapa sobre o tema. Por exemplo, Cerdan *et al.*, 1997

O importante aí é a possibilidade de cooperação, de montagem de projetos visando o estabelecimento de marcas, bem como a organização de certos mercados, cujos protagonistas sejam os próprios agricultores. Mas o pressuposto é, ao mesmo tempo, a existência de uma certa atmosfera de troca de informações, de uma disposição ao trabalho conjunto e uma ação pública capaz de valorizar para cada indivíduo as atitudes cooperativas.

Um território não consiste simplesmente em atributos naturais. Ele é construído segundo a capacidade dos atores de estabelecer relações organizadas – mercantis e não-mercantis – que favoreçam não só a troca de informações e a conquista conjunta de certos mercados, mas também a pressão coletiva pela existência de bens públicos e de administrações capazes de dinamizar a vida regional.

Por maior que seja a importância política do município, é claro que ele é uma unidade insuficiente para criar esta dinâmica de valorização dos potenciais de um certo território. Mais que isso, em muitas situações a colaboração intermunicipal direta entre organizações de base – patrocinada pela extensão, pelo movimento sindical – pode representar um importante contrapeso ao poder clientelista de lideranças municipais encasteladas nos poderes de uma prefeitura (Abramovay, 1999a). Em certo sentido, a unidade municipal chega a ser um obstáculo à criação de uma verdadeira rede territorial de desenvolvimento, já que os prefeitos, muitas vezes, têm interesse em preservar a clientela que os elege e não recebem estímulos para uma ação que extrapole os limites do município. Felizmente, há um conjunto considerável de iniciativas em direção contrária.

• Por maior que seja a importância dos agricultores familiares em sua construção, uma rede territorial de desenvolvimento é tanto mais forte, quanto mais ela consegue ampliar o círculo social de seus participantes e protagonistas.

Ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial. Vale a pena examinar a definição recente da FAO/SDA (1998): “Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas ⁽¹⁴⁾. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Finalmente, existem empreendimentos agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas. A implicação é que em vez de uma definição setorial de áreas rurais, é necessário uma definição espacial. **Portanto, a unidade de análise não são os sistemas agrários nem os sistemas alimentares, mas as economias regionais e, mais especificamente, aquelas onde as pessoas vivem em áreas de povoamento menos denso que o restante do país. Em outras palavras, desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura é parte dele.**” (sublinhado por mim, R. A.).

A formação de capital social para o desenvolvimento não envolve apenas as bases sociais de um certo setor sindical. Em outras palavras, capital social não é simplesmente um termo novo para falar da organização dos trabalhadores. Seu pressuposto é o estabelecimento de relações entre indivíduos e grupos sociais cujos interesses comuns não são imediatamente evidentes. É exatamente por isso que sua construção exige uma ação voluntária e coordenada. A noção de capital social representa, de certa forma, uma importação, uma espécie de contrabando que a economia viu-se obrigada a fazer da sociologia: a sociedade não é a soma de indivíduos agindo de maneira independente uns dos outros e coordenando suas ações por meio de um instrumento supostamente neutro – o mercado. Ela possui uma estrutura, normas, valores, pressões, incentivos e restrições que podem constituir “recurso para um ou mais atores” (Coleman, 1994:170).

¹⁴ É o que vêm mostrando os inúmeros trabalhos do “Projeto Rurbano”, hoje, uma das mais importantes contribuições para a renovação dos estudos rurais brasileiros.

O capital social será tanto mais forte quanto mais ele permitir a ampliação do círculo de relações sociais em que vivem aqueles que participam de sua construção. Esta visão é inteiramente compatível com a definição de desenvolvimento proposta por Amartya Sen. A abordagem territorial – e não setorial – do desenvolvimento supõe a ampliação das oportunidades de escolha por parte dos indivíduos, isto é, o alargamento das possibilidades de geração de renda além da atividade estritamente agrícola.

É muito freqüente que os resultados das pesquisas sobre a importância das atividades não-agrícolas no meio rural sejam encarados com desconfiança por parte de sindicalistas. Afinal, pode-se perguntar, se é tão evidente o declínio da agricultura, qual o sentido da ação sindical – e mesmo da ação extensionista? O declínio da agricultura não está associado, nem teoricamente, nem historicamente ao declínio do meio rural. E quanto mais o movimento sindical souber liderar iniciativas multissetoriais de valorização dos territórios rurais, maiores “oportunidades de escolha” ele estará abrindo a suas bases sociais. Além disso, quanto mais denso for o tecido social do meio rural, maiores serão as oportunidades para o crescimento de uma produção agrícola de qualidade.

Hoje, nos países desenvolvidos, assumem importância crescente as políticas públicas voltadas à valorização dos atributos territoriais no processo de desenvolvimento, como pude mostrar em trabalhos anteriores (Abramovay, 1999a e 1999b). A formação de redes de pequenas e médias empresas para o desenvolvimento local ⁽¹⁵⁾ não é, entretanto, um atributo exclusivo de países desenvolvidos. Entre nós já começam a surgir experiências neste sentido e seria importantíssimo que tanto o movimento sindical como a extensão rural tivessem participação ativa em sua construção. É essencial entretanto que os movimentos sociais sejam capazes de motivar para isso os atores mais dinâmicos do meio rural, como será visto a seguir.

¹⁵ Conforme sugere o título do mais importante livro brasileiro voltado para o assunto e que contém orientações e “dicas” indispensáveis para os que têm responsabilidades de campo neste tema: Casarotto Filho e Pires, 1998.

- **A formação de capital social exige uma ação voltada especificamente à juventude vivendo no interior do país.**

O principal obstáculo à acumulação de capital social no meio rural brasileiro é a existência de um ambiente educacional incompatível com a noção de desenvolvimento. Os indicadores educacionais rurais do Brasil estão entre os piores da América Latina, como bem mostram os trabalhos da Cepal (Durston, 1996). Mas não se trata apenas de educação formal. O meio rural brasileiro conserva a tradição escravista que dissociou em nossa formação histórica o conhecimento do trabalho, de maneira que, quem trabalha não conhece e quem conhece não trabalha. Tanto é que tendem a ficar na atividade agrícola aqueles jovens que alcançam o pior desempenho escolar. Cria-se assim um círculo vicioso em que permanecer no meio rural associa-se a uma espécie de incapacidade pessoal de trilhar o suposto caminho do sucesso que consiste em migrar e em que não se investe na valorização do conhecimento nas regiões interioranas que se identificam, cada vez mais, como um reduto dos que “não conseguiram sair”, dos velhos e dos aposentados.

Um estudo da Cepal (Rodríguez, 1996:38) constata que, na América Latina, “...é raro que surjam atores sociais organizados na representação dos jovens”. O Brasil (com exceção de algumas atividades das pastorais da Igreja e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) não escapa a esta regra. John Durston (1996) insiste com razão na **invisibilidade** da juventude rural latino-americana. Para muitos, uma vez que as pessoas, no campo, começam a trabalhar desde a infância, não é sequer evidente que se possa falar de uma juventude rural.

Poder público, organizações sindicais e extensão vêm assistindo de maneira conformada à aceleração do êxodo rural entre os jovens ⁽¹⁶⁾. Não existe no interior do estado uma

¹⁶ A respeito da composição do êxodo rural por geração e sexo, ver Camarano e Abramovay (1998).

instância de reflexão sobre o que deve ser o processo de formação educacional e profissional da juventude vivendo em áreas não densamente povoadas. Tampouco há políticas que procurem estimular os jovens a assumir iniciativas econômicas que os motivem a organizar suas vidas em suas regiões de origem.

Não se pode, é claro, subestimar a importância dos fatores objetivos que contribuem ao intenso processo migratório dos jovens rurais. Mas uma ação voluntária dos movimentos sociais e do Estado no sentido de valorizar a opção dos jovens pelo meio rural pode servir de importante contrapeso a uma cultura tão difundida que enxerga no meio rural o contrário da “ampliação da capacidade de os indivíduos fazerem escolhas”.

• Existe uma ambigüidade básica na ação do Estado brasileiro com relação à formação de capital social no interior do país. Por um lado considera a agricultura familiar como a base do desenvolvimento rural; por outro sinaliza aos agentes privados ações que os levam a desprezar os recursos e os potenciais das populações locais nos processos de desenvolvimento, como vem ocorrendo na ocupação recente dos Cerrados brasileiros.

É impossível negar que a agricultura familiar tenha se incorporado de maneira consistente às políticas públicas brasileiras, nos últimos quatro anos. O progresso no número de beneficiários dos créditos de custeio e investimento e o número significativo de contratos estabelecidos com agricultores com baixa renda anual e sem condições de oferecer garantias e contrapartidas ao sistema bancário, mostra, na prática, que o capital social é um recurso produtivo que pode ser criado pela ação organizativa. A recente avaliação do Ibase mostra que quase metade dos agricultores beneficiados pelos créditos do Pronaf não tinha acesso a estes recursos antes da implantação do programa.

Ainda não existe uma avaliação consistente do funcionamento das Comissões Municipais de Desenvolvimento Rural e é sabido que, na maior parte dos casos, elas simplesmente

reproduzem as formas convencionais de poder político local. Mas o simples fato de o Movimento Sindical juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura terem organizado uma intensa formação dos participantes destas comissões já merece destaque e contribui para um enriquecimento da vida política das regiões atingidas por este trabalho. De qualquer maneira, o Pronaf vem acelerando, em muitas situações, o enriquecimento da vida associativa local, como se vê no dinamismo das cooperativas de crédito ligadas ao sistema Cresol.

Mas há uma outra face das políticas públicas voltadas ao meio rural que representa exatamente o contrário desta opção pelo desenvolvimento baseado na construção territorializada de capital social. O caso dos Cerrados é um excelente exemplo: embora a pesquisa agropecuária mostre que se trata de um ecossistema frágil, cuja biodiversidade pode ser explorada de maneira sustentável pelas populações locais, toda a orientação governamental vai no sentido de fazer dos Cerrados uma área de abertura de fronteira para a produção de grãos. Conforme mostrou o capítulo de agricultura sustentável da Agenda 21 brasileira (ver também Veiga, Abramovay e Ehlers, no prelo), trata-se de um duplo equívoco. Por um lado, porque há uma vasta superfície já ocupada – sobretudo pela pecuária – e cujos retornos são tão baixos que poderiam ser melhorados por meio de técnicas como a rotação entre lavouras e pastagens, propiciando assim um aumento de produção sem necessidade de abertura de novas áreas. Por outro lado, o avanço da fronteira agrícola nesta região traz uma inestimável perda de biodiversidade e de oportunidades de geração de renda para as populações locais. Exatamente pelo fato de os Cerrados estarem entre as últimas áreas agricultáveis do mundo é que sua destruição deveria ser objeto de um horizonte estratégico e não das ações imediatas dos agentes privados. Neste sentido, a Agenda 21 sugere uma moratória para os Cerrados e que os corredores de exportação de grãos se transformem em corredores de exploração sustentável da biodiversidade a partir da cooperação com a pesquisa agrônômica ⁽¹⁷⁾.

¹⁷ O Centro de Pesquisa sobre Agricultura do Cerrado tem realizado relevantes trabalhos de levantamento destes potenciais produtivos locais. Ver Veiga, Abramovay e Ehlers (no prelo).

O comportamento do governo a respeito das mudanças na lei florestal brasileira também é igualmente um forte indicativo de que a idéia de apoiar o desenvolvimento rural na formação de capital social e na valorização dos recursos locais corre fortemente o risco de ser derrotada pelos interesses que vêm no campo simplesmente um local adequado para a produção de “commodities”.

• À guisa de conclusão

Poucos países como o Brasil apresentam tão forte viés urbano na visão de suas elites a respeito do processo de desenvolvimento. É uma conquista decisiva do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra que hoje a valorização do meio rural já esteja – ainda que de maneira muito insuficiente e ambígua – incorporada às políticas públicas. Mas este é apenas o começo de um processo cujo desfecho ainda não está decidido. Os movimentos sociais têm uma responsabilidade fundamental na formação de elites políticas locais comprometidas não só com a participação popular, mas sobretudo com a transparência no tratamento das ações públicas. A energia para a renovação destas elites pode vir de projetos de desenvolvimento que mobilizem os atores para a valorização dos potenciais dos diferentes territórios. Não se trata mais simplesmente de agricultura e agricultores, mas não há dúvida de que ali onde a agricultura familiar for mais forte, maiores serão as chances de existirem movimentos associativos e instituições estáveis capazes de incorporar a sinergia sem a qual não há desenvolvimento. Em outras palavras, a idéia de desenvolvimento territorial só reforça a importância da luta histórica da CONTAG pela reforma agrária e pelo fortalecimento da agricultura familiar. É urgente que os jovens possam transformar-se em protagonistas organizados e ativos destas lutas e que sejam denunciadas e combatidas as ações governamentais que fazem dos territórios interioranos não locais de vida, mas simples base física para a produção de “commodities”.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo (1999a) – “O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural” - **IV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Política** - Porto Alegre, junho.

_____ (1999b) – “Agricultura e desenvolvimento territorial” - **Reforma Agrária** vols. 28 e 29n° 1:49-67.

_____ (1998) “Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural” – **Cadernos de Ciência & Tecnologia** – v. 15, n° 1, jan/abr – pp. 132-152.

_____ e VEIGA, José Eli (1999) – “Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)” – **Texto para Discussão n° 641 – Convênio FIPA/IPEA 07/97** – Rio de Janeiro.

ABU-EL-HAJ, Jawdat (1999) – “O debate em torno do capital social: uma revisão crítica” – **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais** – n° 47, pp. 65-79.

CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo (1998) – “Êxodo rural, envelhecimento e masculinização: panorama dos últimos cinquenta anos” **Revista Brasileira de Estudos Populacionais** – v. 15, n° 2, jul/dez, pp. 45-65.

CASAROTTO F°, Nelson e PIRES, Luis Henrique (1998) – **Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local – Estratégia para a Conquista da Competitividade Global com Base na Experiência Italiana** – Atlas – São Paulo.

CASTELLS, Manuel (1996/1999) – ***A era da informação: economia, sociedade e cultura – Volume I: A sociedade em Rede*** – Paz e Terra, Rio de Janeiro.

CERDAN, Claire.; Guimarães, Clóvis; Sabourin, Eric (ed.) 1997 ***Anais do 1º Encontro sobre Agroindústria de Pequeno Porte no Nordeste***, Petrolina: Cirad, Embrapa, 153p.

COLEMAN, James (1994) – “A Rational Choice Perspective in Economic Sociology” in – SMELSER, Neil e SWEDBERG, Richard (eds). - ***The Handbook of Economic Sociology*** - Princeton University Press e Russel Sage Foundation – Princeton, New York.

DURSTON, John (1996) – “Estratégias de vida de los jóvenes rurales en América Latina” in CEPAL – ***Juventud rural – modernidad y democracia en América Latina*** – Santiago, Chile pp. 55-80.

DURSTON, John (1998) - “Building Social Capital in Rural Communities (where it doesn’t exist)” - Theoretical and Policy Implications of Peasant Empowerment in Chiquimula, Guatemala — ***Latin American Studies Association (LASA)***, The Palmer House Hilton, Chicago, IL, September 24-26.

EVANS, Peter (1996) – “Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the Evidence on Synergy” – ***World Development*** – Vol. 24, nº 6: 1119-1132.

EVANS, Peter (1998) – “Re-envisioning the Reform Process: a State-Society Sinergy Perspective” – Trabalho discutido em Seminário do Programa de Ensino e Pesquisa em Reforma do Estado – ***Convênio CAPES/MARE/CNPq/FINEP-CPDA/UFRJ*** – mimeo, Rio de Janeiro.

FAO/SDA. *Program on rural indicators*, 1998, mimeo.

HIRSCHMAN, Albert (1981/1986) – ***A economia como ciência moral e política***- Ed. **Brasiliense** – São Paulo.

KLIKSBURG, Bernardo (1998) – ***Repensando o Estado para o desenvolvimento social – Superando dogmas e convencionalismos*** – Cortez – São Paulo.

PROJETO CUT/CONTAG (1998) – ***Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil*** – Edição do Projeto CUT/CONTAG.

PUTNAM, Robert (1993/1996) – ***Comunidade e democracia – A experiência da Itália moderna*** – Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro.

RODRÍGUEZ, Ernesto (1996) – “Los desafios de fin de siglo y la problemática juvenil en América Latina” in CEPAL – ***Juventud rural – modernidad y democracia en América Latina*** – Santiago, Chile pp. 33-54.

VEIGA, José Eli, ABRAMOVAY, Ricardo e EHLERS, Eduardo (no prelo) – “Em direção a uma agricultura mais sustentável” – artigo que vai compor o volume editado pelo Prof. Wagner Ribeiro sobre os 500 anos – Editora da Universidade de São Paulo.

SEN, Amartya (1999) – ***Development as Freedom*** – Alfred A. Knopf – New York.

7.6 Questões centrais do debate

- O conceito de capital tem uma história atrelada à acumulação. Assim entendido, capital social cria uma certa contradição. Esta contradição, na realidade, não se dá, apenas, na ordem lingüística, mas também no seu conteúdo histórico.
- Há uma preocupação por parte da militância, no sentido de entender a lógica de expressões utilizadas no movimento, tais como, capital social, participação, sociedade civil, terceiro setor. Expressões estas que entram em moda, deixam de ser usadas e que o militante sequer sabe a que teorias estão vinculadas.
- Na condição de militante dos movimentos sociais, temo o conteúdo do conceito de capital social, por indagar sobre a possibilidade de o cidadão comum passar a ser objeto de troca, produto do capital financeiro. Sob estas condições, a dúvida se desloca às possibilidades da luta política, de como um capital social poderá se contrapor a um capital financeiro, que o oprime historicamente.
- Mais uma vez, a questão se desloca do discurso para a prática. Os trabalhadores já se encontram fartos de discursos e teorias. Na prática, a teoria não é colocada em ação. Os trabalhadores conhecem quando a máquina da repressão é colocada em ação, quando a política eleitoreira do governo não é obedecida.

7.7 Respostas dos painelistas às intervenções do público

Ricardo Abramovay

Historicamente, percebo uma crise de todas as formas de representação cuja base está moldada em categorias profissionais ou atividades econômicas setoriais. Esta constatação envolve dois aspectos:

1. O declínio nos efetivos sindicais no mundo inteiro está ligado a uma mudança nos

processos de organização de trabalho, pois a estabilidade no chão da fábrica vai se flexibilizando, pela precarização do trabalho, pelo trabalho em tempo parcial, informal, tornando-se, portanto, cada vez mais difícil o desenvolvimento de uma identidade operária que animou o envolvimento político, em outras épocas. Assim, a ação sindical vai perdendo forças.

2. Também o processo de flexibilização vai significando a perda de direitos sindicais, levando ao desinteresse de sindicalização daqueles trabalhadores que conseguem trabalhar sob este signo. A atividade sindical passa a se identificar como atividade que defende o interesse de quem está no grupo e os outros trabalhadores não conseguem ver nesse órgão um elemento de defesa dos seus interesses. Desta forma, é dramática a representação sindical de algumas entidades, como a de funcionários públicos, que, muitas vezes reivindicam o indefensável.

Destaco, contudo, que a CONTAG apresenta duas vantagens com relação à vocação de escapar do corporativismo. Primeiro, historicamente, a CONTAG vinculou a defesa dos trabalhadores rurais à defesa da reforma agrária, ao fortalecimento da agricultura familiar, que se caracterizam por serem mais do que atividade econômica, traduzindo-se em um valor que representa a possibilidade de se juntar, em um mesmo processo, equidade e eficiência. É possível que a distribuição da terra seja feita com a oferta de produtos por milhares de unidades produtivas, que sejam capazes de apresentar competitividade. Em segundo lugar, representa um valor, pois é sobre a base da agricultura familiar que se pode construir a cidadania no campo.

A CONTAG tem por vocação representar não um setor, como no sindicalismo tradicional, mas, sobretudo, a representação desses valores. É a principal força no país capaz de incorporar os interesses das áreas não densamente povoadas, onde pode-se falar não só de agricultores, mas sobre todo um horizonte onde:

1. O rural não é percebido, apenas, como isolamento, precariedade. A urbanização rural é um contra-senso. A civilização não significa urbanização. O rural, também não é o isolado. Existem cidades rurais. A vida das pessoas que estão no campo não é isolada.
2. O projeto de desenvolvimento rural tem que ser projeto de redes de produção conectado com outros territórios.
3. É uma proposta contrária da política do macroeixo, a política da fronteira agrícola, a nova lei florestal. Os macroeixos foram concebidos sem levar em consideração as diferenças regionais. O espaço rural não pode ser apenas o “agrobusiness”, sem uma concepção estratégica.

O sindicalismo não deixa, nem pode deixar de ser de luta. O difícil, no momento, é identificar que luta é essa. Para isso, um trunfo que a CONTAG tem é que ela pode representar um pólo da contradição à tendência a se organizar “desterritorializadamente”, onde o capital não apresenta nenhum compromisso com qualquer realidade “territorializada”. Por outro lado, também oferece a vantagem de atender à necessidade das pessoas imprimirem sentido para as suas vidas e as suas organizações. Apresenta, ainda, condições de incorporar o que as cidades esperam do campo, no seu rol de interesses, devendo preservar o seu lugar na vanguarda da defesa das questões ambientais, da preservação da biodiversidade, pois esses temas são estratégicos, tanto ou mais do que a renda do trabalhador. Cabe, portanto, à CONTAG ser uma portadora dos valores que a sociedade espera.

Não basta bater na idéia de capital social por ela ter uma origem de inspiração teórica não-esquerda. O conceito provém das teorias da sociologia e da economia inspiradas no “individualismo metodológico”, corrente que é conservadora. O tema se torna importante porque está na ordem do dia, porque entra no discurso do Banco Mundial. A idéia de estrutura social como rede de relações pode ser útil, no sentido de permitir o crescimento das pessoas envolvidas, e, assim, a organização das pessoas pode ser percebida como um recurso produtivo.

Resgatando a questão do conteúdo histórico que vincula o movimento à luta de classes, esse argumento orienta-se por uma visão marxista da história e que para outras concepções estas críticas não apresentam nenhum sentido. Entendo que o processo de desenvolvimento requer o reconhecimento da organização dos trabalhadores, como atores sociais efetivos, em seus locais de vida, pois se os trabalhadores se individualizam, diminui a possibilidade de visibilidade dos seus conflitos, e a capacidade de radicalizar a polarização dos seus interesses com outra classe. É preciso ter em mente que o processo de globalização arranca todos das suas raízes e o grande desafio se caracteriza em perceber o conflito entre o espaço virtual e o real e o os grupos precisam descobrir o sentido de suas próprias vidas.

Carlos Jara

O problema é que continuamos a raciocinar dentro do velho paradigma. A vida é complexa: é conflito, mas é também cooperação. Tudo é energia. Existem várias formas de energia, além da que se manifesta pela luta. É claro que, dentro das lutas, sempre há um questionamento sobre as alianças que são feitas, há, muitas vezes, lutas dentro do mesmo grupo, que se diz aliado. Não deve haver uma preocupação tão grande com o questionamento sobre a noção de capital social, pois a noção de capital corresponde à velha ordem capitalista.

É o conteúdo da noção que deve ser trabalhado. Nesse sentido, deve-se fazer uma opção entre continuar brigando com a palavra ou partir para organizar um novo conteúdo. Deve-se fazer uma opção entre ficar brigando pelos mortos, pelo passado, ou se avançar para o futuro. Essa luta não pode ser reduzida, apenas, ao conflito. Se pensa em melhorar a qualidade dos relacionamentos, das parcerias. É isso o que pode significar sair de velhos paradigmas: repensar velhos problemas, de formas novas.

Neste fim de século, aquele que tem poder é aquele que tem o dinheiro, capital, mas é também aquele que tem o conhecimento, conhecimento para fazer o dinheiro, capital

humano. Da mesma forma, quem tem condições de se organizar para resolver problemas, pode transformar isso em dinheiro. Este é o sentido de capital social. Assim, alertou-se que não se deve preocupar tanto com palavras e sim buscar introduzir novos conceitos, novas formas de olhar os problemas. O ideal é buscar fazer uma verdadeira viagem astral!

De acordo com o entendimento do expositor, o que angustia não são as novas palavras, mas, principalmente, a pobreza, que não pára de crescer. O maior problema são os desconsiderados, os desorganizados, os despreparados, os desinformados, e tudo isso tem a ver com a qualidade dos relacionamentos. É isso que tem que mudar. Uma teoria deve ser instrumental. Quando ela não consegue fazer entender nem instruir a mudança de velhos problemas, ela tem que ser alterada. Assim sendo, insistiu o orador, é preciso mudar o paradigma. A preocupação deve ser com o futuro e uma maneira de se mudar o futuro é pela forma que se atua no presente. Falar de solidariedade para construir outro tipo de relacionamento, é falar de amor. “Não estamos só numa época de mudança, estamos numa mudança de época e isso significa que o passado continua presente, mas tem que ser abordado sob uma nova ótica”. E alertou-se: “não se preocupem tanto com a palavra, se preocupem mais em como fazer um novo Brasil”.

8. Oficinas Temáticas

As atividades desenvolvidas nas oficinas foram organizadas por meio da realização de um painel para facilitar o nivelamento conceitual dos participantes, no qual três especialistas convidados apresentaram as suas concepções sobre o tema específico de estudo no grupo, dando subsídios para a identificação dos principais eixos para uma ação articulada e o desenho de estratégias e propostas de articulação.

8.1 Formação de Capital Social e Processos de Organização de Base

8.1.1 Zander Navarro – UFRS

Nesta década de 90 aconteceram mudanças importantes, com impactos diretos na função realizada pelos movimentos sociais. Há fenômenos internacionais que levam a esta direção, e um deles é a mudança do papel do Estado. Neste sentido, do final da década de 80 até os anos 90, aconteceu um conjunto de mudanças no Estado, que modificou o seu papel e as suas funções, mudanças estas que são chamadas ajustes estruturais. Os estudiosos afirmam que essas reformas contemplam várias gerações, ou etapas, e que essas reformas primeiramente estavam mais ligadas à privatização, à desregulação e à abertura para os mercados externos. O objetivo dessas mudanças era mais vinculado a sanear as finanças do Estado.

O Brasil está embarcando na segunda geração de reformas: a reconstrução da capacidade administrativa do Estado. Os objetivos dessa segunda geração de mudanças são a maior eficiência, a democratização e a descentralização. São essas mudanças que levam a pensar em capital social, que levam a população a ter mais capacidade de lutar pelos seus interesses. Assim, de uma certa forma, o Estado está forçando a população a participar mais.

Esses são os objetivos gerais das mudanças. Isto não quer dizer que tenha havido uma adequação entre o que é dito oficialmente e o que é feito concretamente. Dentro desse grande quadro de mudanças há espaço para questionamentos, especialmente pela forma que elas afetam a agricultura. Destaco seis mudanças que alteram os horizontes do campo:

1- A abertura comercial, que, por exemplo, cria o Mercosul, trazendo impactos enormes e perversos para a agricultura de alguns estados, principalmente, daqueles que se localizam mais próximos. A abertura foi feita de forma muito rápida, sem ouvir a população, feita à força, embora tenha trazido também alguns benefícios. Por outro lado, o Mercosul não é o único exemplo dessa mudança.

2- A transformação do papel do Estado. O Estado foi perdendo a sua capacidade, por meio do enfraquecimento dos seus órgãos, especialmente se comparada à situação nos anos 70.

3- Existe uma estagnação econômica na agricultura brasileira. Ela cresce a taxas muito baixas. As exportações não aumentaram. Quem é produtor sabe que as dificuldades para vender o seu produto são muito grandes, por problemas de mercado, da queda de preço desde 1981. Os preços só vão apresentar alguma melhoria com a quebra de safras, ou outra situação excepcional, e isto é verdade para toda a lavoura brasileira. E, se não há crescimento de produtividade, há uma queda de renda.

4- O surgimento, nos anos 90, das lutas sociais pela reforma agrária e pela ampliação de assentamentos, como nunca houve na história do Brasil.

5- O surgimento, pela primeira vez, de uma noção de agricultura familiar, reconhecida pelo governo. Antes, havia o reconhecimento da categoria de pequenos produtores por parte do Estado, a agricultura familiar era considerada como sendo a mesma coisa. Agora, há o pequeno e o grande. Isso permite que se possa organizar políticas em torno de um grupo determinado, e, assim, se pode criar uma agenda de reivindicações específicas para o grupo.

6- A formação nos anos 90 de um grande conjunto de aposentados. Em 1998, o governo investiu em três fundos. No primeiro, foram utilizados 12 bilhões de reais para pagamento de benefícios, o que correspondeu ao maior dos três investimentos; o segundo foi destinado a custeio e; o terceiro, o Pronaf, é, hoje, a principal política agrícola do governo, embora seja também um direito do cidadão.

Foi este conjunto de mudanças que fizeram mudar também a nossa agenda e as nossas necessidades. As preocupações mudaram porque os impactos dessas mudanças obrigaram a olhar para outros caminhos. Antes havia uma polarização política maior. Nos anos 90, fomos mais tolerantes, abrimos mais para novas alianças. Foi aí que começaram a surgir termos novos, como “empoderamento”, no sentido de dar poder aos coletivos sociais que se organizam; “governança”, que é utilizado num sentido mais amplo do que governabilidade; e dentro dessas novas palavras, temos “capital social”.

A idéia de capital social supõe um ambiente positivo para criar desenvolvimento. Pressupõe uma história, de relações horizontais de cooperação e solidariedade, diferentemente dos grupos fortemente hierarquizados. Pressupõe comportamentos que amplia as potencialidades de desenvolvimento. Se capital social pode ser definido como essas “redes de compromissos cívicos”, relações horizontais para buscar atingir objetivos comuns, é preciso que se pense como tornar mais forte o capital social e como isso permite atingir o desenvolvimento.

Capital social não é, contudo, uma palavra mágica, até porque, é um processo de longa duração. Nesse processo percebo oito problemas, a saber:

- 1- Não faz parte do conjunto de palavras mágicas, que trazem em si uma certa noção de utopia, e que serve para resolver todos os problemas, como por exemplo, cidadania, inclusão, democracia, que são termos que motivam a todos, criando sentimentos comuns.
- 2- Capital social não é uma noção anti-capitalista. Refere-se simplesmente a uma história

de organização social e não, a sistemas econômicos.

3- Não é unilateral, apresentando várias facetas. Tem a ver com cultura, preconceitos, etnias, que determinam se os indivíduos estão mais dispostos a cooperar, ou não.

4- Não pode ser entendido como uma fórmula ideal para a participação popular.

5- Não é necessariamente bom. Pode significar, por exemplo, a consolidação de antigas desigualdades entre municípios.

6- Não significa necessariamente melhor resultado econômico.

7- Não leva necessariamente à mais eqüidade social.

8- Capital social é, apenas, uma parte pequena dos desafios do desenvolvimento local.

Se existe o capital social, quais seriam os conjuntos de ações que se podem desenvolver?

É possível tornar mais forte o capital social da nossa região? Como o capital social leva a ações de desenvolvimento, como melhoria de condições de vida da base social?

Essas questões não podem ser respondidas de maneira simples e exigem que todos que estão interessados na mudança sejam mais críticos:

- Porque o capital social não produz resultados imediatamente. É um processo que dura, no mínimo, uma geração para se consolidar. Não é uma arma de transformações rápidas.

- Se já se tem um capital social acumulado em uma dada região, se já faz parte das relações sociais locais um conjunto de ações que se pode identificar como sendo capital social, este é um fato que pode ajudar no processo de desenvolvimento. Mas, são necessárias coalisões muito mais amplas e iniciativas mais claras no plano tecnológico, organizacional e político.

8.1.2 Aécio Gomes de Matos – UFPE

De todas as formas de discussão sobre o tema, o que mais me incomoda é a que se chama de “síndrome da trajetória”, pela qual as condições históricas se tornam predominantes na formação do capital social. Por este entendimento, se dependesse da trajetória, no Brasil, a maior parte das comunidades não poderiam se organizar e estaríamos condenados à submissão às classes dominantes e ao clientelismo.

O conteúdo da exposição tem por base os resultados de uma pesquisa sobre assentamentos e que, por este fato, as minhas afirmações merecem uma ressalva:

1- Por mais que se tente simplificar, a realidade social é complexa, porque cada indivíduo é complexo. Imaginem-se muitos indivíduos juntos. As variáveis que intervêm na realidade, também, são muitas, como por exemplo, políticas, ideológicas, econômicas, e que não adianta simplificar.

2- O que se deseja, com esta postura descomplicada, não é fugir das contradições. Muito pelo contrário, o que se busca é entendê-las, já que elas são a dinâmica do processo. A noção de complexidade não deve ser vista como algo negativo.

3- Na organização social, o sujeito que é tratado como objeto de estudo, é o sujeito de sua própria história. E esse é considerado o foco principal da pesquisa: “redes entre sujeitos sociais”. É como essas redes funcionam que se procura entender. Para isso, algumas categorias são consideradas fundamentais:

- a- Autonomia – que não se confunde com liberdade – significando o espaço onde o indivíduo estabelece seu conjunto de relações, como compromissos;
- b- Equidade – que não significa igualdade – como forma de distribuição considerada justa.

Qual é a problemática central a ser estudada? A grande precariedade das organizações dentro dos acampamentos. Constata-se que a maioria dos membros dos acampamentos não estão associados. Por que são tão desorganizados? Por que todo o esforço para organizar não funciona? Será que é o destino ou a trajetória? Buscando entender estes fatos, duas questões são levantadas: primeiro, quais são as estruturas e os processos que interferem na capacidade associativa? E, segundo, se é possível interferir nesse processo.

Nessa pesquisa, estamos trabalhando com fatores de organização, catalogados em **três tipos de organizadores**: um *instrumental*, um *"identitário"* e um *inconsciente*. A idéia central é a de que independentemente do grupo existem elementos de caráter *instrumental*, mais racional, como por exemplo, o que acompanha a decisão de usar um determinado instrumento de organização; assim como há um fator *"identitário"*, que contribui com elementos da cultura, que aproximam uns dos outros; e, por fim, um fator *inconsciente*, com elementos que mobilizam, e que não se sabe nem porque mobilizam.

Os **organizadores instrumentais** facilitam os processos organizacionais com base em análises racionais, onde se tomam decisões estratégicas, ponderando vantagens e desvantagens: podem ser *Organizadores Políticos*, com representatividade institucional, poder político de pressão social, regulação e reforço da estrutura interna; *Organizadores Econômicos*, que representam maior competitividade da escala coletiva, complementaridade produtiva, e racionalização do trabalho; e *Organizadores Gerenciais*, como planejamento participativo, divisão racional do trabalho e estrutura funcional.

Os **organizadores "identitários"** constituem referências de pertencimento a um determinado grupo social. Podem ser constituídos *por raízes históricas comuns*, como parentesco e compadrios, mesma origem geográfica (cidade, região, tipo de exploração econômica), participação nas lutas pela terra ou referências de vivências e experiências comuns; *Organizadores político-ideológicos*, como afiliação ou simpatia por um mesmo partido ou grupo político, afiliação a movimentos, sindicatos; *Organizadores por*

referências religiosas, pela afiliação à mesma igreja, práticas religiosas comuns; *Organizadores identitários culturais*, tais como mitos e ritos comuns, hábitos sociais semelhantes, práticas produtivas semelhantes, nível de escolaridade equivalente; e *Organizadores institucionais*, como direitos sociais comuns ou complementares e mesmo tratamento institucional.

Os **organizadores inconscientes** mobilizam fantasmas inconscientes determinantes dos comportamentos sociais coletivos facilitando ou dificultando o associativismo. São constituídos por *projeção das fantasias individuais inconscientes* nas características atribuídas a um componente do grupo, apresentando tais características: este componente se constitui uma liderança carismática, mítica, forte relação de dependência com essa liderança, o grupo se estrutura na relação individual de cada membro com o líder, funciona como mecanismo de defesa contra os medos e as tensões comuns; *Organizadores por introjeção* das características idealizadas atribuídas a uma liderança, com referência de sua própria personalidade.

Isto acontece por bivalência entre as idealizações positivas e imagens inconscientes negativas de outras figuras anteriormente idealizadas (pai/mãe). Essa bivalência justifica sentimentos de revoltas contra o chefe e essa diferenciação quebra a relação simbiótica indivíduo/grupo. O grupo social começa a se constituir como referência coletiva; *Organizadores inconscientes por vivências coletivas associadas a fantasmas originais*, estruturadores da vida psíquica do grupo, como sujeito coletivo são fantasmas da vida intra-uterina e do nascimento, da diferenciação do sexo e da sedução, estabelece uma referência de origem comum para todos os membros do grupo e modelos de diferenciação mais elaborados (dentro/fora, ativo/passivo, ator/observador). Este organizador amplia os dispositivos de estruturação e organização social; *Os organizadores inconscientes por vivências coletivas associadas ao Complexo de Édipo*, como processo de autonomia social na confrontação coletiva contra lideranças autocráticas, atuam pelo reconhecimento dos parceiros sociais, como aliados na busca de autonomia, na

confrontação das práticas autocráticas dos líderes como limitadoras da autonomia e na luta pela democratização do processo social interno ao coletivo.

Por fim, os *organizadores inconscientes* ligam a imagem do coletivo como sujeito social, “envelopando” todos os seus componentes. O grupo, como sujeito social, delimita e protege seus membros na troca com o exterior. A construção da autonomia se completa por uma identificação com o projeto grupal e o papel das lideranças fixas passa a ser exercido por lideranças transitórias. O grupo assume, o papel de mediador das relações internas.

De acordo com esta linha de argumentos, há que se complementar que a decisão de se unir acontece, sempre, em torno de algo objetivo. Nesse sentido, *os organizadores políticos* são instrumentais. “Eu me organizo para conseguir resultados”. *Os organizadores instrumentais* viabilizam os fins políticos e econômicos do associativismo, mas, se praticados isoladamente, induzem à alienação sob o argumento de que os fins justificam os meios. Serve de base para atingir o desenvolvimento.

Os organizadores “identitários” são fundamentais ao desenvolvimento do espírito, do corpo, mas não viabilizam, por si só, uma ação coletiva conseqüente, podendo se esgotar em ufanismos e outros sentimentos estéreis. A identidade possui, assim, elementos positivos e negativos. Serve de referencial e indica os limites do projeto associativo.

Os organizadores inconscientes permitem a consolidação do grupo em níveis mais profundos, dando autonomia, estabilidade e consistência operativa ao associativismo. Servem de referência para a metodologia de desenvolvimento de grupos sociais. Quando os grupos são mais autônomos constroem redes mais estáveis.

8.1.3 Espedito Rufino - CONTAG

Todos sabem que as coisas estão mudando e que é importante para aqueles que militam em movimentos sociais entenderem toda a “complicação” desse processo de mudança. Embora os debates possam parecer teóricos demais, eles têm um fim prático. O que se pretende é fazer de alguns movimentos caóticos mais organizados, atuando em contato com a sociedade, buscando ampliar os espaços para construir informações.

O rumo que se tem que buscar é o de formas alternativas de desenvolvimento, e, o capital social significa um pedaço disso. Não existe uma posição ingênua com relação a isso. Não se pode achar que, por exemplo, sem a reforma agrária, o capital social possa ajudar a mudar alguma coisa. Também não se pode pensar em construir um capital social em um sindicato que não conheça seus objetivos, em um sindicato que não esteja comprometido.

Para a CONTAG, é de fundamental importância que os companheiros que militam no movimento entendam este processo de mudança, para que possam melhor compreender como atuar nos espaços de luta, sabendo como podem transformar a realidade.

8.1.4 Questões centrais do debate

- Cada vez mais atividades dessa natureza, como este evento, conseguem aprimorar mais o discurso da militância, seguindo os modismos intelectuais. Palavras perdem a função, sendo substituídas, criam-se novas palavras, mas as coisas mudam muito pouco na prática. As formas escolhidas para trabalhar no movimento, continuam as mesmas, não refletem estas idéias. E é sempre uma discussão que se limita àqueles que participam dos eventos, e nunca vai ser reproduzida nas bases. É necessário construir um novo modelo de participação, onde apenas a militância se encontrasse, discutisse os seus

reais problemas, expondo o que cada um está pensando, e só depois de uma opinião formada, fossem convidados intelectuais estranhos ao movimento. Todos aqueles que estão participando têm uma riqueza enorme na sua experiência e não têm chances de apresentá-las, porque ficam obrigados a ouvir os outros convidados.

- O Estado tem poder de interferência em tudo, e os que fazem o sindicalismo de base sentem isso na pele. Quando se consegue um assentamento, vem o Incra e isola a ação do sindicato, criando uma associação local. Os prefeitos impõem a política eleitoreira e escanteiam os líderes sindicais. Os sindicatos não são consultados e são os membros da associação que podem decidir. Assim, como pode ser interpretada a cooperação técnica, se para o fortalecimento ou para ao enfraquecimento do sindicato e qual o caminho verdadeiro para o fortalecimento do sindicato? São as grandes questões que precisam ser resolvidas.

- O movimento sindical deveria trabalhar mais no sentido de capacitar melhor o militante, para atuar na elaboração e controle das políticas públicas.

- Há anos, o movimento sindical luta pela descentralização do poder, mas preparou muito pouco os seus quadros para assumirem os compromissos da descentralização. Agora, o governo inicia um processo de descentralização, o movimento, muitas vezes, não sabe como atuar.

8.1.5 Respostas dos painelistas às intervenções do público

Aécio Gomes de Matos

O conceito de capital social remete à idéia de organização e de rede de organizações. Isto já existe, de fato. No entanto, um dos depoimentos revelou a precariedade das organizações existentes. Quando o Incra desestrutura a atividade do sindicalista na área é porque o nível de organização é baixo. E isto permite que se questione o método que está sendo trabalhado. Quando alguém fala “nós”, ao falar de um assentamento, é

preciso que se saiba de que “nós” se está falando. Quem é “nós”, o assentado? Qual é a organização de base? Até que ponto ela é uma organização de base ou até que ponto a representação se dá autoritariamente? E quais os métodos que dão maior sustentabilidade à base, para que as pessoas que compõem a base se transformem, realmente, em sujeitos?

Muitas vezes se faz a representação da base sem ouvir realmente o que esse segmento pensa. Como construir esse “nós” na base é a questão, deixando de lado a representação hierarquizada. A contribuição do pesquisador é, exatamente, a de tentar desenvolver esse potencial.

Zander Navarro

As pessoas têm que se aperfeiçoar cada vez mais, aumentar o nível de informação, e, especialmente, aprender a desmistificar. É muito mais fácil criar demônios e jogar a culpa de todos os problemas neles. Isso não produz resultados, cria fantasmas e não muda políticas. É importante ampliar a capacidade de informação, buscando cada vez mais informações, para ter melhor posicionamento diante das questões que se apresentam.

Espedito Rufino

O evento faz parte de um fórum nacional, que busca estratégias mais gerais. Isto quer dizer que deve haver uma preocupação em se organizar as questões específicas ao redor de temas mais amplos, para que se possa estabelecer uma agenda comum ao final do encontro.

O importante é exercitar a convivência entre idéias diferentes. Fazer com que cada um se posicione. Para que isto aconteça, as pessoas têm que se exercitar, se capacitar,

para poder afirmar a sua discordância e fundamentá-la em argumentos sólidos. O que a CONTAG busca é a construção coletiva. É a capacitação dos seus militantes, para que eles aprendam a argumentar. Prepará-los não só para discutir conceitos, mas, também, para criar os conceitos de que precisa para entender e modificar a realidade. É preciso evoluir, desenvolver e praticar.

8.1.6 Principais eixos e estratégias de ação articulada

Eixos:

- 1. Fortalecimento e Qualificação da Ação Sindical**
- 2. Formação e Ampliação de Redes**
- 3. Capacitação/Educação**

Estratégias:

1. Fortalecimento e Qualificação da Ação Sindical

- Fazer uma análise crítica da estrutura de poder no MSTR.
- Planejar as atividades dos STRs.
- Fortalecer os STRs por meio de um processo contínuo de formação e troca de experiências, buscando aliados e trabalhando objetivos comuns.
- Implantar mecanismos de gestão participativa, incluindo o orçamento participativo.
- Desenvolver metodologia de formação e trabalho em equipe.

2. Formação e Ampliação de Redes

- Potencializar e qualificar as ações de desenvolvimento local sustentável.
- Estimular processos de cooperação nas comunidades.
- Promover a interação das ações das Fetags/STRs/ongs, que trabalham com a concepção de desenvolvimento sustentável.
- Formar grupos de trabalho para mapear as ações visando unificá-las.
- Envolver as igrejas, movimentos sociais e poder público.

- Identificar aliados, capacitá-los e criar condições de trocas, parcerias e formação de redes.
- Acompanhar as ações dos Conselhos Municipais, socializar as informações e dar suporte para as discussões.
- Estimular a organização da produção e comercialização para fortalecer as associações, cooperativas e STRs.

3. Capacitação/Educação

- Capacitar as lideranças para participarem dos Conselhos Municipais, realizando cursos, seminários, treinamentos, com a participação dos STRs, Fetags e ongs.
- Capacitar agentes de desenvolvimento para ampliar a ação do Programa de Capacitação em Desenvolvimento Local a mais parceiros e ao intercâmbio entre grupos de trabalho que participam do processo de desenvolvimento local.
- Melhorar a compreensão dos conceitos de capital social e desenvolvimento sustentável por meio de programas de capacitação nas Fetags, STRs, ongs e de seminários, campanhas e meios de comunicação.
- Estimular programas de formação sobre gestão, gerência e administração, envolvendo os associados dos STRs, comunidades, entidades parceiras e poder público.
- Realizar ações de educação formal, promovendo mudanças nos currículos escolares, organizando mutirões de alfabetização e promovendo cursos de profissionalização.

8.2 Formação de Capital Social e Educação

8.2.1 Elenaldo Celso Teixeira – UFBA/MOC

Capital Social e Educação

Introdução

Estamos entendendo capital social na educação como todo um conjunto de práticas, comportamentos, atitudes, valores, redes de organizações sociais engajadas civicamente, normas de condutas, algumas inscritas em leis em decorrência da mobilização social e que começam a ser cobradas e exigidas por setores da sociedade. Muitas dessas normas não se efetivaram ainda, não apenas por limitação de recursos, mas em razão de uma cultura patrimonialista e burocrática das elites governantes. Contribui também para esta inefetividade a posição de desencanto e ceticismo de amplos segmentos da sociedade face ao não-atendimento de muitas demandas. Poder-se-ia dizer que estes aspectos constituem o passivo de um capital social que não é fixo, que é processual, que se amplia com o uso, com as interações sociais, com a interlocução entre atores sociais. Este passivo pode ser superado com a mobilização social e a utilização de instrumentos disponíveis (legais, culturais, psicossociais) que possibilitam a participação ativa, a construção de relações de solidariedade, reciprocidade, de redes de engajamento cívico (Putnam, 1993).

Como define esse autor, o senso de confiança numa comunidade tem duas origens: a) normas que regulam a reciprocidade que facilitam a comunicação, o fluxo de informações; b) redes de empenho cívico que desenvolvem relações horizontais sustentadas nas tradições históricas, nas experiências vividas (ps. 171- 176).

John Friedmann (1996), embora com uma fundamentação de caráter ético, introduz o

conceito de “empowerment” que tem o mérito de relacionar as dimensões política, econômica, social e psicológica numa visão de desenvolvimento alternativo. Enfatiza o elemento de auto-confiança como resultante de ação vitoriosa nos domínios social/político e do trabalho intersubjetivo que aumenta a força pessoal e do grupo, criando energias para vencer o medo de agir fora do culturalmente sancionado ou das normas. O desenvolvimento alternativo é concebido como mudança nas estruturas nacionais por meio da política da democracia participada, de crescimento econômico apropriado, igualdade de gêneros, sustentabilidade, equidade de gerações (p.36).

Alguns exemplos relacionados demonstram a existência de iniciativas criadoras na busca de superar voluntária e cooperativamente problemas cruciais, ampliando assim o estoque de capital social. Exercendo um papel ao mesmo tempo crítico, propositivo e de parceria em relação aos governos. Não se pode dizer que este ânimo está presente em todos os setores da sociedade, mas em muitos segmentos deles surge de forma crescente, ainda que nem sempre contínua.

Para esta caracterização podemos distinguir duas dimensões: a educação formal e a informal. Na formal, vamos enfatizar posições conquistadas em termos institucionais que, independente de políticas governamentais, estão consolidadas como valores cívicos difíceis de serem eliminados. Na educação informal ou alternativa, tentaremos identificar uma série de iniciativas, algumas permanentes outras ocasionais que, de forma mais clara, demonstram o engajamento cívico de setores da sociedade e o acúmulo de experiências cooperativas, solidárias, criativas que passam a constituir o capital social. Algumas destas, voltadas para o ensino, a partir das mobilizações feitas pelas organizações sociais, tornam-se integrantes do sistema oficial. Portanto, passam a cumprir certas normas, garantindo, porém a autonomia de gestão e a independência metodológica.

• Elementos de “capital social” na educação formal

a) A educação como direito de todos, dever do Estado e da família: consagração constitucional desse direito e a possibilidade de sua efetivação pelo direito de acionar o Estado sumariamente quando não provê vagas no ensino obrigatório, implicando em crime de responsabilidade para a autoridade, a negligência em cumprí-lo (art. 5º da LDB) — este direito começa a ser exercitado por cidadãos (ação contra a Prefeitura de São Paulo, por exemplo). *O ensino como dever da família* também começa a ser cobrado pelo Ministério Público em vários municípios da Bahia no sentido de exigir que os pais zelem pela freqüência dos filhos à escola.

Este dever do Estado longe está de ser cumprido. Em 1996, 14,7% da população de 15 anos ou mais era de analfabetos (15 milhões), atingindo no Nordeste o índice de 28,7%. A situação se agrava, se considerados como analfabetos aqueles que em todo país tem escolaridade de até 4 anos, 53% (80 milhões) — analfabetos funcionais (Castro, 1998). Isto indica que apesar do avanço na escolarização, o problema do analfabetismo, não é encarado pelos governos e pela sociedade como problema crucial. Apesar da meta estabelecida de extinção em 10 anos, a partir de 88, os recursos investidos para tanto têm sido limitados (art. 60 – ADCT da CF). Entre os programas da chamada Rede de Proteção Social, não há nenhum para este fim a não ser o da Comunidade Solidária que atua apenas em 860 municípios, com um curso de cinco meses, em parcerias com empresas, sindicatos e universidades.

b) Gestão democrática do ensino público, valor que embora inserido na Constituição (art. 206, VI) com muita dificuldade vai sendo implantado por meio de: Conselhos Escolares, Conselhos de Merenda Escolar, Conselhos do Fundef, Conselhos de Educação. A implantação desses mecanismos além de ser lenta, em muitos casos, é para cumprir uma formalidade legal. Sua efetividade é problemática. A eleição direta de diretores de estabelecimentos de ensino público ainda não é uma regra geral, mas

muitos governos já a adotam. Nas universidades, resultante da luta de muitos anos do movimento docente, a eleição está vigorando, apesar da decisão da comunidade nem sempre ser respeitada pelo governo, provocando protestos e paralizações.

c) Mobilização social em torno da temática educacional: a luta pela LDB foi um verdadeiro debate nacional, envolvendo os diversos setores vinculados à educação. Permanece em funcionamento mas sem muito vigor, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Existência de entidades representativas de vários setores: professores universitários, reitores, estudantes. Em termos de universidade está muito presente a consciência da necessidade de ser uma entidade pública e autônoma, apesar da estratégia governamental de reduzir progressivamente as dotações de recursos, obrigando a buscar recursos no mercado, em prejuízo de atividades fundamentais como a pesquisa.

d) A valorização do ensino fundamental – com a busca de sua universalização; vinculação de verbas: plano de valorização do magistério e desenvolvimento do ensino (Fundef); reciclagem dos professores — 10 anos (a partir da LDB) para extinguir a função de professores leigos, promovendo sua habilitação ou treinamento. Ampliação da escolarização, atingindo a 95% das crianças na idade do ensino fundamental. Ocorre porém desigualdade entre regiões – o Nordeste e Norte apresentam taxa de 89% (1997) e maior precariedade das condições de ensino (salários dos professores, infra-estrutura) na área rural. Os dados de ampliação da escolarização podem ser questionados em função dos critérios de distribuição dos recursos do Fundef, por aluno matriculado.

e) Certa consciência dos problemas existentes no ensino por meio da sua discussão em várias instâncias, principalmente quanto à evasão escolar, à repetência e à distorção idade/série. Enquanto em 1996, 6,4 milhões de crianças estavam matriculados na 1ª série, na 8ª havia apenas 2,3 milhões. Os alunos levam em média 11 anos para completar as oito séries, em decorrência da repetência e evasão. As distorções idade/série chegam ao índice de 66% no Nordeste. A taxa de repetência encontra-se em torno de 30%, no Nordeste atinge 55%

(1997). Parece patente a consciência destes problemas tanto por parte do governo, como de setores da sociedade vinculados à educação. Ocorre que muitos dos problemas têm causas estruturais e dependem de políticas globais, hoje subordinadas a sérios condicionamentos externos. Estudo do Inep (1998) aponta vários destes problemas, concluindo que há um atraso pelo menos de uma década no desenvolvimento do ensino no Nordeste, em relação ao Sul e Sudeste. Outrossim, estudo da Fipe mostra que enquanto o salário de um professor 20 horas no Nordeste é de R\$ 78,00, no Sul é de R\$ 233,00, apesar dos recursos do Fundef se destinarem parcialmente ao pagamento dos professores.

f) Cresce, também, a percepção em vários setores da sociedade e do governo da necessidade de avaliação do sistema de ensino, de modificação de currículos, ainda que a sistemática adotada na avaliação por teste de alunos seja contestada, a preocupação com esta temática indica uma busca do seu aperfeiçoamento. Não obstante, em termos de sociedade, não estão presentes a disposição e a cobrança de participar nesse processo.

g) A universidade desenvolve cada vez mais a busca de integração à realidade, por meio de programas de extensão, não apenas como serviços, mas, também, como estratégia de construção conjunta do conhecimento e valorização do saber popular. Isso tem levado a realizar parcerias com ongs e outras organizações sociais, até mesmo como forma de obter recursos para sua manutenção, o que pode se tornar problemático, sobretudo quando os objetivos e as estratégias não se compatibilizam e as necessidades de financiamento falam mais alto. A restrição de recursos públicos para pesquisa tem sido obstáculo ao desenvolvimento de projetos que possam atender às demandas de setores sociais mais necessitados; por outro lado, o nível de internacionalização do capital das nossas empresas as submete a estratégias que não privilegiam os centros nacionais, muito menos as carências das camadas populares.

h) A capacitação e a qualificação dos professores nos diversos níveis têm sido uma demanda de todo o sistema educacional, em certo nível atendida, apesar das restrições

crescentes de recursos e sem aproveitar as potencialidades das faculdades e universidades regionais para a qualificação de professores.

i) Compreensão cada vez mais abrangente, tanto dos governos como da sociedade, do imperativo de estimular as famílias a colocar os filhos na escola e acompanhar a frequência e o aproveitamento por meio de programas de bolsa-escola, hoje, implantados em algumas centenas de cidades.

j) Erradicação do trabalho infantil – a visão de que o lugar de criança é na escola e não no trabalho, a partir das grandes mobilizações da sociedade, das campanhas e apoio de organizações internacionais e ongs – passou a constituir-se em pauta importante na agenda de governos e da sociedade, por meio de um programa de parceria com várias organizações, substituindo o trabalho pela escola e atividades complementares culturais e artísticas, remunerando as famílias por filho matriculado. A não-aceitação do trabalho infantil, aos poucos, vai-se constituindo como norma, embora ainda não atinja todas as atividades produtivas e esteja implantada apenas em nove estados, em algumas áreas.

k) Reconhecimento como integrante do sistema educacional das escolas comunitárias, fornecendo-lhes apoio financeiro, ainda que descontínuo. A importância social desse reconhecimento reside no fato de considerar alternativas pedagógicas mais flexíveis e criativas, construídas a partir do saber não-acadêmico e da reflexão sobre a realidade.

Este conjunto de elementos presentes no sistema educacional formal necessariamente não constitui em valores positivos, pois muitos não estão traduzidos em ações, mas, na medida em que são objetos do debate público, dentro e fora do sistema, desafiam a ambos (escola e sociedade) a desenvolverem iniciativas compartilhadas para superar os problemas, exigindo negociação, parcerias e empenho de transformar a realidade, suscitando relações de compromisso e cooperação, construindo assim a base do capital social. Há porém, aspectos ambivalentes e que podem causar danos à população. Muitos princípios, enunciados como normas e legitimados pela população, são distorcidos

por programas governamentais. Um exemplo é o da descentralização das políticas educacionais, com a transferência de encargos e recursos para os municípios, realizado sem a capacitação técnica do seu pessoal e sem o controle efetivo pela sociedade da gestão dos recursos, apesar da existência dos conselhos, em grande maioria, controlados pelas prefeituras.

Na realidade a municipalização tem-se traduzido na “prefeiturização”. Permanecem ainda a centralização na distribuição dos recursos, levando ao uso de critérios político-eleitorais clientelistas que agravam as desigualdades, a falta de coordenação, com multiplicidade de programas sem interrelação, a diretriz voltada à quantidade de escolas ou de vagas sem a preocupação com a qualidade do ensino, a não ser como afirmação da competência para a competitividade.

Em termos de conteúdo, está delineado um novo paradigma de educação voltado para estimular a competitividade, com um padrão de conhecimento menos discursivo e reflexivo, mais operativo e pragmático, com ênfase na operacionalidade, saber fazer, saber produzir resultados, manejar equipamento; negligencia assim a formação universalizante, a criação do conhecimento, a interpretação crítica da realidade. “A função da educação é prioritariamente cooperar para aumentar as possibilidades nacionais de articular-se ao intercâmbio mundial de produtos e gerar sujeitos capazes de competir entre si num mercado de trabalho cada vez mais restrito e em permanente mudança”.

• Elementos do “capital social” na educação não-formal

Nesta dimensão, procuramos identificar a presença de iniciativas organizadas de segmentos da sociedade, que utilizando estratégias diferenciadas, buscam não apenas transmitir conhecimento e informações, mas produzir conhecimento, conscientizar os cidadãos dos seus direitos e do seu papel transformador. Neste sentido, deve-se registrar

um acúmulo de experiências que precisam ser sistematizadas e que constituem um cabedal de práticas sistemáticas e inovadoras, de uma educação transformadora que se englobaria no que veio a chamar-se “Educação Popular”, com várias vertentes e desenvolvidas em diferentes momentos históricos, mas com alguns elementos comuns:

- constituição de redes com grande capilaridade territorial;
- destinatários e sujeitos da ação educativa: setores sociais marginalizados da população;
- metodologia participante e inserida na realidade vivida, tendo o aluno como agente na construção do conhecimento;
- motivação e estímulo à ação transformadora da realidade a partir da consciência crítica e da autovalorização como sujeito de direitos, respeito à identidade cultural, incentivo à criatividade, recriação e valorização da cultura popular;
- catalização de recursos da comunidade, de organizações da sociedade civil e da cooperação internacional, promovendo ações de solidariedade e de reciprocidade. Os recursos governamentais são utilizados de forma secundária;
- crítica ao ensino oficial, quanto ao conteúdo e à metodologia passiva e acrítica.

Dado à heterogeneidade das iniciativas e tendo em vista a recuperação de algumas diretrizes que estiveram e estão presentes, ainda hoje, em algumas das ações em execução, poderíamos agrupá-las da seguinte forma:

1) *Rede de Educação Popular* – voltada para a alfabetização e a escolarização de camadas marginalizadas, dentro de um projeto pedagógico mais amplo, com uma metodologia em grande parte inspirada em Paulo Freire. Se quisermos remontar às origens desse processo, teremos que nos referir a dois grandes movimentos que, na década de 60, tiveram grande impacto social: Movimento de Educação de Base – vinculado à CNBB, voltado para a alfabetização, utilizando o rádio e o trabalho de monitores selecionados na própria comunidade, treinados e com supervisão permanente. Além da grande capilaridade que teve este movimento, ele constituiu a base para o

movimento de sindicalização rural que se deu no período, inclusive para criação da CONTAG. Mantendo a alfabetização como base, ampliou-se depois para a educação política, sindical, cooperativista e para a animação cultural. O MEB mantém-se até hoje, com outra metodologia e outras formas de atuação, mas sem a mesma amplitude geográfica de atuação.

O outro movimento mais restrito em termos de área geográfica de atuação, porém, mais influente em termos de metodologia, foi o Movimento de Cultura Popular, baseado nas idéias de Paulo Freire, que se multiplicou em várias outras iniciativas, inclusive fora do país. As idéias centrais desse movimento tiveram a oportunidade de serem implementadas oficialmente na Prefeitura de São Paulo, na gestão Erundina, em torno de quatro prioridades: democratização do acesso à escola e da gestão escolar, nova qualidade de ensino e movimento de alfabetização de jovens e adultos.

Nessa categoria poder-se-iam incluir hoje duas grandes experiências:

- Escolas Comunitárias, desenvolvidas no Nordeste, voltadas para a escolarização de camadas da periferia urbana e articuladas em associações, desenvolvidas com o apoio pedagógico e institucional de ongs, hoje reconhecidas pelo sistema oficial de ensino.
- Experiência do MST que, em parceria com o Incra e o MEC, ministra um ensino a partir do “cotidiano rural” e de “transformação para uma sociedade humanitária”. Conta com professores especialmente preparados em universidades, atingindo 1.100 escolas no país e atendendo a cerca de 70 mil alunos.

Vários outros projetos, voltados para a alfabetização de jovens e adultos e para o ensino fundamental, são desenvolvidos por ongs em todo o país, tendo em vista preencher as lacunas da política oficial, sobretudo na área rural, onde o analfabetismo é mais grave e há carência de oferta de escolas. Não se trata de substituir meramente as escolas oficiais, mas de oferecer alternativas e propostas pedagógicas diferenciadas e

inovadoras, inseridas na realidade e com propostas transformadoras.

2) *Redes Populares de Escolas Profissionalizantes*: a) Escolas Família Agrícola, destinadas aos filhos de pequenos produtores, utilizando a pedagogia da alternância, com aprendizagem e experimentação de técnicas agrícolas, alternando sala de aula com novas práticas agrícolas. Há hoje várias redes deste tipo de ensino, com diferentes orientações, mas utilizando a chamada pedagogia da alternância e baseadas na participação, co-responsabilidade e integração na comunidade, com articulação estadual e nacional (Aecofaba e Unefab – 70 associações); b) Rede Refaisa, que usa a mesma pedagogia, porém com organização autônoma ; c) As-PTA – rede de tecnologia alternativa, envolvendo 24 entidades que pesquisam tecnologias agroecológicas e treinam pequenos produtores; d) Na área urbana, a Federação de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (Fenape), além do apoio creditício por meio de grupos solidários, treina pequenos empreendedores em técnicas gerenciais.

3) *Educação Rural Infantil* – exemplo de experiência de parceria de ong, universidade e prefeituras, desenvolvida pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC) de Feira de Santana, voltada para a qualificação de professores rurais e acompanhamento da implementação de uma metodologia de ensino adaptada à realidade rural e com proposta transformadora: Conhecer, Analisar e Transformar (CAT) oferece conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; adequação do calendário escolar ao ciclo agrícola e condições climáticas; adequação à natureza do trabalho rural. Princípios básicos: todos são aprendizes alunos, pais e professores; a pesquisa é um elemento fundamental para conhecer a realidade das famílias, da natureza, da vida da comunidade, do processo produtivo; desenvolvimento do senso crítico da criança; valorização do material disponível no meio rural; avaliação do aluno como processo.

4) *Rede de Educação Ambiental*: envolvendo 300 entidades ambientalistas que desenvolvem sob várias formas programas não-formais de educação ecológica.

5) *Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo* – análise de várias experiências de alfabetização e de educação básica no campo, reunindo diversas entidades e elaborando algumas diretrizes de ação: a) destacar a necessidade de construção de um projeto popular para o Brasil; b) resgatar e cultivar os valores de cooperação, solidariedade, justiça e o zelo pela natureza; c) valorizar as culturas do campo, mantendo viva a memória dos povos, valorizando os saberes e promovendo as expressões culturais; d) construir políticas públicas para implementar a educação básica do campo, formar educadores, priorizar ações massivas de educação. Desta Conferência surgiram vários fóruns estaduais e a tendência é constituir um fórum nacional.

6) Outro grupo com experiências de Educação Popular agrega entidades (ongs) que desenvolvem programas periódicos de formação política e assessoria a movimentos populares, dando sustentação metodológica, fundamentação ética e ideológica a centenas de organizações sindicais e populares; inculcando-lhes valores como “autonomia”, democracia de base, sustentabilidade, justiça etc. Além de metodologia participativa, desenvolvem conteúdos demandados pelas entidades e qualificam seus próprios instrutores, através de eventos específicos (Equip, Instituto Cajamar, Instituto Pólis, MOC, Escola Paulo de Tarso, Centro Josué de Castro etc).

7) *Escolas de governo* – mais recentemente, com o crescimento do número de prefeituras sob o domínio de partidos progressistas, e de vereadores, começaram a surgir escolas destinadas a preparar gestores de políticas, administradores populares e vereadores.

• **Desafios atuais de uma Educação para um Desenvolvimento Local Sustentável**

Diante da heterogeneidade e riqueza de experiências desenvolvidas, não só em termos de escolarização integrada na realidade e com propostas pedagógicas inovadoras, como também, de iniciativas no sentido de uma formação mais abrangente de caráter humanista e transformador, uma primeira tarefa se impõe: recuperar a memória e

sistematizar as principais conquistas alcançadas por estes programas, suas dificuldades e impasses, publicando suas inovações e o seu caráter emancipatório, extraíndo delas diretrizes que possam ser generalizadas e constituírem elementos de novas políticas públicas.

Não se pode conceber desenvolvimento sem mudança política: mudança de valores, de concepções, de métodos e até mesmo de composição de poder. E o eixo do desenvolvimento político centra-se na democratização real e participativa. Nesse sentido o papel da educação é fundamental em relação à sociedade, aos indivíduos, aos grupos sociais e aos agentes políticos. Este processo educativo não se realiza apenas pela transmissão de informações, mas pela ação coordenada e pela reflexão crítica sobre todo o processo, os métodos e os resultados. As escolas de governo poderão vir a ter papel importante desde que não assumam o caráter acadêmico e elitista, ou simplesmente partidário.

A democratização exige transparência nas informações e decisões e, em consequência, a permanente prestação de contas pelas autoridades. Esta prestação de contas não pode ser meramente contábil ou formal e dirigida apenas aos próprios órgãos governamentais de controle interno, ou mesmo externos (Legislativo, Tribunal de Contas) como acontece nas nossas democracias formais. Há necessidade do exercício do controle social, o controle realizado pela sociedade organizada de forma transparente e pública. Controle que não se reduz à mera fiscalização, mas que se traduz na avaliação da eficácia, dos resultados e dos processos. O controle pressupõe definição prévia de parâmetros de decisão que se deve dar não nos gabinetes tecnocráticos mas nos espaços públicos autônomos, com participação das organizações e dos cidadãos. O controle requer responsabilização daqueles a quem são atribuídas tarefas de governo: responsabilidade política (possibilidade de perda de cargo e de direitos políticos), criminal (crime de responsabilidade), econômica (restituição do prejuízo do dano). A sociedade e os agentes públicos precisam se educar neste processo a partir da ação responsável

e consciente das organizações e da aceitação do mundo público daqueles que exercem cargos. Há meios institucionais e jurídicos disponíveis para este exercício, basta utilizá-los. Para isso, é necessário vontade política dos governantes e disposição de luta da sociedade. Um mapeamento preliminar de ações coletivas desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil mostra que há potencialidades para isso, apesar das grandes barreiras institucionais e culturais. Já existe um pequeno estoque desse capital que é necessário ampliar, reproduzir, ativar.

A democratização exige participação cidadã, que supõe partilha de poder, no sentido de que o processo de tomada de decisão não pode ser mais efetuado nos gabinetes: envolve a discussão pública, negociações de interesses e demandas, interlocução dos atores. Mas a participação não anula a autoridade, a responsabilidade do poder público em atender a demandas públicas e de interesse social. Ao mesmo tempo, a sociedade não é mera cobradora, antes era pedinte ou reivindicante; ela é também co-responsável, co-participante, sem substituir o papel do Estado, mas exercendo a parceria em ações concretas. Para existir parceria é necessário que os parceiros participem em igualdade de condições de todo o processo. Parceria apenas na execução é dominação demagógica. A parceria não suprime o conflito, as diferenças, portanto, exige interlocução, compromissos claros, co-responsabilidades. Também não se há de alegar que nesse campo estamos em zero. Há experiências de êxito que precisam ser recuperadas. Há instrumentos institucionais, como os conselhos, consórcios, câmaras setoriais que precisam ser revitalizados e os seus agentes educados, política e tecnicamente.

Entendemos que o processo de desenvolvimento exige a democratização no sentido aqui definido: faz parte dele. Da mesma forma, supõe aquilo que se tem chamado de “empowerment”, os sujeitos têm de sentir com força, confiança, credibilidade, vontade política para vencer resistências, propor e realizar alternativas criativas. Para isso, constrói-se uma cultura, cujos valores e símbolos estão desenhados em algumas das experiências a que nos referimos em outras tantas que precisamos revelar e publicar.

• Propostas para ampliar o capital social na área de educação

1. Educação formal

- a) Promover debate público do Plano Nacional de Educação, envolvendo todos os segmentos da sociedade, por meio de uma Conferência Nacional de Educação, precedida de conferências estaduais e municipais, objetivando adequar as diretrizes educacionais à realidade do país e a aspirações da sociedade;
- b) utilizar, além das mobilizações sociais, os meios legais e judiciais para que as normas constitucionais sejam efetivadas;
- c) dinamizar os Conselhos Municipais nos diversos níveis, por meio de maior capacitação dos conselheiros, de ações coletivas próprias para garantir o exercício das suas funções legais, da publicação de suas ações, da busca de informações junto ao Poder Executivo e Legislativo. Especial atenção deverá ser dada aos Conselhos do Fundef;
- d) garantir a disponibilidade dos recursos definidos constitucionalmente destinados à educação e sua ampliação, nos três níveis de governo;
- e) participar da elaboração, implementação e acompanhamento da execução das leis orçamentárias, nos três níveis de governo;
- f) mobilizar organizações da sociedade civil, inclusive entidades de cooperação internacional, para a realização de programas de educação principalmente em relação ao combate ao analfabetismo;
- g) utilizar os meios de comunicação para divulgação dos princípios básicos que devem nortear as políticas de educação: integração a realidade do país e de cada região; valorização da cultura e do saber popular; concepção do papel ativo do educando como agente de construção do conhecimento e não mero receptor; respeito a valores de solidariedade, sustentabilidade, equidade, liberdade, democracia etc;
- h) fazer acompanhamento e fiscalização das contas, denunciando irregularidades e desvios de recursos, acionando o Ministério Público, o Tribunal de Contas e o Poder Judiciário.

2. Educação não-formal

Resgate da memória das experiências históricas de movimentos de educação popular ressaltando os valores e as inovações introduzidas e a sistematização de experiências atuais, identificando suas contribuições, dificuldades e limites. Estabelecer parcerias com universidades e institutos de pesquisa para consecução desse projeto. Seguem algumas recomendações:

- a) desenvolver programas específicos de capacitação e qualificação de membros das organizações e de agentes do poder público para a atuação nos Conselhos e na elaboração de políticas e programas educacionais;
- b) articular organizações que desenvolvem atividades de educação em fóruns permanentes, com intercâmbio e análise de experiências e publicação dos processos e resultados;
- c) elaborar cartilhas e manuais de orientação para os agentes de movimentos sociais sobre a sua atuação nas instâncias públicas e na sociedade civil, vinculadas à educação e ao desenvolvimento local;
- d) dinamizar os Conselhos e Fóruns de Educação, formulando planos periódicos, promovendo debates, e assessorando seus membros técnica e politicamente.

Bibliografia

CASTRO, Maria Helena G. de. *Avaliação do Sistema Educacional Brasileiro – Tendências e Perspectivas*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1998.

FRIEDMANN, John. *Empowerment*. Oeiras: Celta, 1996.

PUTNAM, Robert. *Making democracy work. Civic Traditions in Modern Italy*. New Jersey: Princeton University Press, 1993.

8.2.2 Eliane Dayse Pontes Furtado – UFC/IICA

Formação de Capital Social e Educação

• Introdução

Parece desnecessário repetir, mas é bom lembrar, que Theodoro Schultz ao colocar a educação, nos anos 70, numa posição possível de produzir capacidade de trabalho, considera-a um investimento em habilidades e conhecimentos, que propicia aumento de futuras rendas e que contribui para a recuperação do atraso econômico. Inúmeras tentativas de profissionalização dos trabalhadores foram implantadas de forma apressada, para atender à urgência do desenvolvimento. Mais de duas décadas passaram e a educação retorna ao palco com destaque, sendo agora apontada como instrumento de redução da pobreza, e, principalmente, como fator essencial para a formação de capital humano adequado aos requisitos do novo padrão de acumulação. Ela volta à cena, orientada ao projeto neo-liberal de competitividade e racionalização econômica, como fornecedor de “capital humano” para o setor privado e para possibilitar a implementação das políticas públicas compensatórias. O que dizer disso? Como analisar isso de forma crítica? Para Coraggio (1992), é preciso discutir o sentido do “rejuvenescimento da categoria ‘capital humano’ para se ter uma maior compreensão do processo de recomposição da economia mundial”.

Pensemos nisso sob a ótica da educação, começando pela visão negativa que se propaga da escola, responsabilizando seus problemas à má formação dos professores e ao gerenciamento inadequado. As escolas públicas, como ponderava Tomaz Tadeu em 1994, não estão no estado em que estão, simplesmente porque gerenciam mal seus recursos, porque seus métodos e currículo são inadequados ou porque os professores não são qualificados. Elas não têm os recursos que deveriam ter, porque servem a uma população que vive numa posição de subordinação e a questão da

qualidade não pode ser discutida fora de um contexto de falta de recursos e de poder. Há a intenção expressa nas políticas neo-liberais, de orientar a educação institucionalizada, para as necessidades de indústria, do mercado. Assim, ela é vista como uma combinação de insumos educacionais, à semelhança de uma empresa, onde os fatores do processo educativo são tidos como fatores de produção, os quais produzem taxas de retorno, em forma de bens e serviços.

Da mesma forma, a educação no seu sentido lato, tem sido incorporada “a um conjunto mais amplo de compromissos ideológicos” (do neoliberalismo), como ressalta Michael Apple (1994:182), “não é mais vista como parte de uma aliança social que combinava muitos grupos da ‘minorias’, de mulheres, de professores/as, ativistas comunitários, legisladores/as e dirigentes progressistas e outros grupos que atuavam juntos para propor políticas democráticas sociais”. Os programas de profissionalização marcados pela limitação do ajuste ao mercado, baseados em competências compatíveis com a lógica que o domina e a formação de “capital social” para o consumo das políticas compensatórias são exemplos claros das políticas atuais e que nos tocam de perto nesse momento, aqui neste fórum.

A nova forma capitalista de relações sociais apresenta um discurso de construção de sujeitos coletivos, como diz Ilse Sharen Warren (1998), em torno de identidades específicas e do reconhecimento das diferenças, mas na prática, pode gerar fragmentação do tecido social se não são levados em conta determinados princípios éticos comuns. É preciso conhecer seus limites e as contradições, para que, partindo delas, seja possível potencializar os interesses dos trabalhadores e novas formas de relações sociais. Assim, os novos processos interativos entre atores coletivos participantes das gestões de políticas sociais têm se caracterizado pela busca de articulações e horizontalidades, envolvendo a participação e a solidariedade. Permitem aos múltiplos sujeitos conectarem-se em redes e parcerias para o encaminhamento de suas decisões.

Entretanto, é preciso estar atento para que a dinâmica de trocas e interações entre os atores, as pessoas e as instituições, gere possibilidades verdadeiras, para o desenvolvimento da capacidade de auto-organização da sociedade civil e portanto, conduzam ao “empoderamento”. Porque, como alerta Pablo Gentili (1994:41), “a súbita redescoberta e valorização da dimensão humana do trabalhador está muito mais afeta a sinais de limites, problemas e contradições do capital na busca de redefinir um novo padrão de acumulação com a crise de organização e regulação fordista, do que a autonegação da forma capitalista de relação humana”.

Onde entra então o papel da educação? O que têm feito os movimentos sociais e a educação popular?

Ao longo dos anos, têm travado uma luta permanente para desenvolver valores e ideais no sentido da construção de uma esfera pública democrática, que se expressa, principalmente, por meio: da prática de uma educação política direta, organizativa e conscientizadora; da prática reflexiva produtora de novas compreensões e conhecimentos sobre a realidade social.

No contexto da “globalização” e considerando uma abordagem de desenvolvimento rural e local que é orquestrada pela política governamental, “Novo Mundo Rural”, pode-se concluir que as ações desenvolvimentistas, planejadas para o espaço rural, enfrentarão grandes desafios. Considerando a história do Brasil, desde sua colonização aos dias da chamada mundialização, e a cultura do seu povo, com seus valores, normas, atitudes e comportamentos.

No cenário dos múltiplos desafios, destaca-se, aqui, o de capacitar seu capital humano e social. Particularmente, no espaço rural, os atores diretos do processo de

desenvolvimento rural¹⁸, agricultores e técnicos, carecem de uma formação com vistas a adquirir novos conhecimentos para enfrentar as imposições do terceiro milênio. Daí pensar-se na formação baseada em um processo de reflexão e interação, que não leve a informação pronta acabada, estática, mas para ser problematizada por técnicos, agricultores, e comunitários, para a construção de um novo conhecimento e implementação de novas ações. Esse é o desafio a enfrentar, para que o Brasil possa conviver com autonomia no século que se avizinha.

Neste trabalho, destaca-se o papel da educação para a formação daqueles que vivem no espaço rural e que constituem o capital social do desenvolvimento sustentável, por meio da capacitação na perspectiva da formação continuada. Na introdução, foi situado o problema, destacando-se a oposição entre o que se pensa sobre o tema e a visão neoliberal hoje predominante nas políticas públicas do país. Discute-se, no item, seguinte os desafios a enfrentar no novo milênio para a formação dos técnicos e agricultores, sujeitos do desenvolvimento sustentável. Em seguida, apresenta-se a *Pedagogia da Capacitação*, pensada como um projeto formativo que envolve técnicos, agricultores e comunitários na reflexão dos paradigmas que condicionam sua prática, no sentido da construção de uma nova forma de ver a realidade para gerar ações que conduzam à sustentabilidade.

• A Capacitação e os Desafios do Novo Milênio

Em que bases se sustenta uma proposta de uma nova formação para que técnicos, agricultores e comunitários possam implementar uma proposta de desenvolvimento local, no seu verdadeiro sentido, com vistas à emancipação política, social e

¹⁸ Para um maior aprofundamento das políticas nacionais voltadas para o desenvolvimento rural, sugere-se a leitura do documento: Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural – Política de Desenvolvimento Rural com Base na Expansão da Agricultura Familiar e sua Inserção no Mercado, divulgado pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jugmann, que poderá ser encontrado na internet, no seguinte local (*site*): <http://www.incra.gov.br/serv/noticias>.

econômica dos assentamentos, das comunidades e dos municípios? Em outras palavras, quais as características desse novo profissional de desenvolvimento rural e desse novo agricultor?

Para responder a este questionamento, é necessário supor uma mudança nos relacionamentos sociais, uma maior participação dos atores nas estruturas do poder, uma aprendizagem que parte da reflexão social sobre a própria realidade; uma mudança que implica na ruptura do hábito e da rotina, na obrigação de pensar de forma nova sobre coisas do cotidiano e questionar antigos paradigmas. Isso porque, o cerne da formação profissional está no *saber fazer* e não apenas no *fazer*, para o qual a maioria dos profissionais que atuam no rural foi formada. Os projetos formativos a que se submeteram buscaram a acumulação do conhecimento e não seu manejo e produção em um processo construtivo contextualizado. Este profissional não deverá rotineiramente exercer uma atividade (ser um ativista) e sim reinventá-la no cotidiano, utilizando seu conhecimento em interação com o do agricultor, como uma alavanca para as mudanças. O profissional, aqui destacado, deverá ser dotado de um senso para a renovação que ultrapasse a prática mecânica, repetitiva. Com isso não se desvaloriza a prática, pelo contrário, ela se destaca como um exercício que se renova sempre, a prática que, além de *fazer*, significa *saber fazer*. Neste caso, ele retorna à teoria, numa relação dialética, prática-teoria-prática, como já sugeria Paulo Freire. O profissional deve renovar-se, pois esta renovação é o mais relevante em qualquer profissão. A experiência tem demonstrado que se torna mais fácil capacitar um profissional que sabe pensar do que os “práticos” ativistas. O *saber pensar*, como destaca Pedro Demo (1998), considera:

1. “a habilidade propedêutica, que é a do raciocínio completo e questionador, capaz de pesquisar e elaborar com mão própria; seria a face da qualidade formal;
2. a habilidade de intervir na realidade de modo crítico e criativo, introduzindo, de maneira permanente, a inovação; seria a face da qualidade política, que, com base na instrumentação apresentada pela qualidade formal, sustenta o sujeito

- histórico capaz de história própria e coletiva;
3. a habilidade emocional, no sentido do envolvimento subjetivo, capaz de traduzir-se em auto-estima, realização pessoal e social;¹⁹
 4. o *saber fazer*, como demonstração concreta do *saber pensar*” (Demo, 1998:207).

Um profissional com estas características é mais do que um técnico do desenvolvimento. É um educador para o desenvolvimento, um sujeito reflexivo e interativo. Não será um profissional tecnicista, com postura autoritária, que considera os trabalhadores como “objeto”, que não pensa interdisciplinarmente²⁰ e que admite valor científico, somente ao que é mensurável. Ele deve ter seus atributos e habilidades ampliadas para conceber uma nova ruralidade, trabalhar com a pluriatividade na agricultura, contribuir para inserção da mulher e do jovem no processo produtivo, ser competente para manejar conceitos e instrumentos que dizem respeito ao desenvolvimento sustentável, agronegócios, poder local, educação popular, participação, pesquisa/ação, representação social, construção do saber, espaço rural/territórios, atores sociais.

Dessa maneira, como então propiciar esta ruptura nos protagonistas que irão intervir no espaço rural em busca do desenvolvimento local, considerando que estamos todos ainda mergulhados em velhos postulados? Como implementar novas políticas públicas nas áreas de reforma agrária, considerando que os profissionais e os agricultores foram formados dentro dos paradigmas anteriores? Como esperar melhores repercussões da reforma agrária no desenvolvimento local, se os responsáveis pela elaboração e implantação das políticas públicas ainda não vislumbraram a radicalidade da mudança que esse processo exige?

¹⁹ Sobre o tema vide JARA, Carlos – Capital Social e Desenvolvimento Local Sustentável, mimeo, 1999.

²⁰ “O pensar interdisciplinar parte da premissa de que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma exaustiva. Tenta, pois, o diálogo com outras fontes do saber, deixando-se irrigar por elas. Assim, por exemplo, confere validade ao conhecimento do senso comum, pois é por meio do cotidiano que damos sentidos a nossas vidas. Ampliado pelo diálogo com o conhecimento científico, o senso comum tende a uma dimensão maior, a uma dimensão, ainda que utópica, capaz de enriquecer nossa relação com o outro e com o mundo” (Fazenda, 1991:15).

Urge pensar em uma nova formação do profissional e do agricultor, já que a abordagem do desenvolvimento local assim está a exigir. A capacitação poderá ser um caminho para formar sujeitos habilitados a refletir sobre a própria realidade e nela interagir. A capacitação proposta nesse trabalho é aquela que tem como fundamento pedagógico o “*saber fazer*” que é o *saber renovar o fazer*, ou *saber refazer* (Demo, 1998).

• A Pedagogia da Capacitação

a) Um Projeto Formativo

A natureza e a qualidade da atuação dos técnicos, no contexto atual, agravada pela influência das políticas públicas e do nível de educação dos agricultores têm sido questionadas. Um fator muito forte que influencia a qualidade do desempenho é a formação desses profissionais, já que tem sido considerada tecnicista e deslocada da realidade. Daí porque inúmeros cursos de formação média e superior em toda a América Latina estão, hoje, reformulando seus currículos, que, ao longo da história, têm permanecido distantes da realidade, descontextualizados.

Entretanto, o papel dos técnicos, ao contrário dos currículos, tem se amoldado às diferentes concepções de desenvolvimento. São freqüentes as metáforas desse profissionais como “modelo de comportamento”, como “transmissor de conhecimentos”, “difusor de tecnologias”, “executor de rotinas”, “planificador”, “projetista”, “educador”, como “sujeito” que tomam decisões ou resolvem problemas. Cada uma delas tem, subjacente, uma teoria do desenvolvimento, uma teoria da comunicação, uma concepção política sobre sua atuação.

É importante se refletir sobre a posição que vem sendo discutida pelos profissionais que trabalham na área de formação, tendo por base as idéias desenvolvidas por Donald Schön (1983,1987): a do profissional “como prático autônomo, como ‘artista’ que reflete,

que toma decisões e que cria, durante a sua própria ação”, em oposição a do profissional “como técnico especialista que aplica com rigor as regras que derivam do conhecimento científico”. Schön (1983) discute a prática subjacente ao trabalho do profissional formado numa concepção na qual predomina a racionalidade técnica em meio a uma crise de confiança e legitimidade, e propõe uma epistemologia da prática baseada na reflexão na ação. Discute, em suma, a concepção do profissional como prático reflexivo em oposição à concepção do profissional como técnico.

A concepção do profissional que atua no espaço rural, como um técnico que detém um saber aplicado, está respaldada na concepção tecnológica da atividade profissional (prática), que pretende ser eficaz e rigorosa, no quadro da racionalidade técnica. Ela considera que a competência do profissional é demonstrada pela aplicação de um conhecimento privilegiado, mediante a aplicação de teorias e técnicas científicas a problemas instrumentais da prática. Esta concepção tecnológica da atividade profissional, herdada do positivismo, tem predominado durante todo o século XX. Segundo este modelo, a atividade profissional é sobretudo instrumental, dirigida para a solução de problemas por meio da utilização rigorosa de teorias e de técnicas científicas.

Segundo Angel Gómez (1990:97), “a racionalidade técnica impõe, pela própria natureza da produção do conhecimento, uma relação de subordinação dos níveis mais aplicados e próximos da prática aos níveis mais abstratos de produção do conhecimento, ao mesmo tempo que as condições para o isolamento dos profissionais e para sua confrontação corporativa”.

Além disso, a redução da racionalidade prática a uma mera racionalidade instrumental obriga o profissional a aceitar a definição externa das metas de sua intervenção.

A consequência dessa concepção para a formação profissional não poderia ser outra senão a de se estabelecer, do ponto de vista teórico, os papéis e as competências dos

profissionais, assim como a natureza, os conteúdos e a estrutura dos programas de formação. Dessa maneira, ela despreza os fenômenos práticos da vida social que cada vez mais se tornam evidentes: “complexidade, incerteza, instabilidade, singularidade e conflito de valores” (Schön, 1983).

Assim, já que a racionalidade técnica ignora as competências práticas requeridas em situações divergentes, não cabe considerar a atividade prática do profissional como uma atividade exclusivamente técnica ou que considere a técnica como prioritária, embora nela ocorram situações concretas de caráter técnico.

Por isso, Schön (1983) considera que a intervenção dos profissionais na realidade é vista como uma atividade reflexiva e artística. Como tal, ela requer um projeto formativo específico, que considere os aspectos da prática, da realidade, na qual o profissional está inserido; um projeto formativo que o prepare para refletir “na” e “sobre” a ação.

Daí, resulta a importância de que:

- a formação do novo profissional seja permanente;
- a capacitação seja contínua;
- haja acompanhamento de suas ações na prática profissional;
- o profissional seja capaz de entender e analisar a realidade de forma crítica;
- atue sobre ela de forma interativa e solidária;
- sistematize conhecimentos e experiências, considerando a relação entre tecnologia, cultura e educação;
- seja um profissional comprometido com a sociedade.

Para tal, a capacitação deve ser entendida como um processo educativo e formativo, que abrange também mudanças na forma de ver a realidade, indispensáveis à compreensão e à efetivação das ações na prática profissional; visa à formação de um

profissional reflexivo e interativo, necessário à ação transformadora, requerida pela nova proposta de ação no desenvolvimento local.

b) Os Fundamentos da Capacitação para uma Nova Formação

A Concepção de Capacitação

O modelo de treinamento formulado na produção teórica na área de administração de empresas tem exercido grande influência nos últimos anos, nas diferentes áreas do trabalho humano. De acordo com Fontes (1980), a formação e o aperfeiçoamento têm sido metas visadas pelo treinamento, mesmo que, ao longo da história, este conceito tenha sofrido alterações. Na sua aceção mais tradicional, o treinamento era “entendido como um processo de desenvolvimento de aptidões do indivíduo, para a execução de determinadas tarefas ou atividades definidas” (Fontes, 1980:9) na empresa. A função principal era a de desenvolver atividades de “manuseio de ferramentas” e tornar conhecidas as máquinas e as operações que desenvolviam.

Ao longo dos anos, há uma mudança de concepção, o treinamento a ser realizado objetivava um aumento da produtividade por meio da capacitação e da integração (do operário) ao ambiente do trabalho, proporcionando-lhe maior satisfação e bem-estar. Assim, este passa a ser conceituado como “processo pelo qual se produz mudanças ou aperfeiçoamento de atitudes, padrões de eficiência, de comportamento etc” (Fontes, 1980:21).

Para Santos (1978), o treinamento equivale à “instrumentalização para os atos de trabalho, com o tempo e as condições bem definidas. Assim sendo, diz respeito aos processos operatórios para o exercício da profissão. Age no “aqui agora”, instrumentaliza o comportamento e abastece o indivíduo para agir” (Santos, 1978:129). Daí dizer-se que o treinamento objetiva produzir atitudes mecânicas no indivíduo, visão praticamente superada hoje.

A verdade é que se busca, na maioria das instituições, melhorar o processo de comunicação interna e entre os integrantes de equipes e grupos de trabalho. Por isso, a área de formação e de treinamento tem tido destaque e tem buscado melhorar: a qualidade do trabalho; as relações inter e intragrupo; a eficiência da equipe; e, a qualidade de vida no trabalho.

É comum que os treinamentos sejam realizados em oficinas ou seminários e variem quanto ao conteúdo e à abrangência, à forma e à dinâmica adotadas. Frequentemente, eles ainda se centram na figura do professor/instrutor, adotando uma forma tradicional de ensino, a de cursos, de transmissão teórica de conceitos e conhecimentos, em que os alunos passivamente 'absorvem' os ensinamentos advindos do especialista, com a mínima troca de informações e de diálogo.

A nova visão de formação e de capacitação empresarial enfatiza a participação dos alunos, na perspectiva de que "os processos de aprendizagem devem provocar mudanças substanciais não apenas no nível cognitivo (conhecimento), mas também no nível das habilidades (motor) e das emoções (emotivo)" (Morais, 1995:102). Daí a preocupação com as técnicas de motivação e comunicação.

Para o técnico que atua no rural, as competências requeridas pela prática são outras, para as quais os profissionais não estão preparados.

Assim, a capacitação deve:

- buscar a superação do aspecto meramente formal;
- transformar-se em um momento privilegiado de reflexão crítica e sistemática sobre a realidade dos atores;
- exercitar construção do conhecimento prático ou de habilidades;
- propiciar a ampla participação dos envolvidos; e
- fazer com que eles possam sentir-se sujeitos do processo.

Assim concebida, a capacitação ocorre por meio de trocas de experiências e de vivência de situações reais, da discussão conjunta valorizando as opiniões e o conhecimento individual, reduzindo sobretudo o individualismo na aprendizagem e enfatizando a construção coletiva do conhecimento.

A convergência dos esforços de capacitação ganha novos espaços, fortalece o trabalho dos atores, contribui para o alcance de resultados evidentes, propiciando a sustentabilidade das ações.

A implantação e o desenvolvimento dessa metodologia de trabalho de construção coletiva envolve os participantes, num amplo processo, que exige compreensão e interação de todos os tipos e em todos os níveis:

- Incluem o relacionamento social; a troca de idéias e informações; ligações entre pessoas; e, a dimensão institucional²¹.
- Levam em consideração as interações dos técnicos, agricultores, homens e mulheres, conhecimento científico e senso comum.
- Não se limitam a seguir estágios cronológicos estanques e seqüenciais.
- Lançam mão da reflexão sobre temas, trabalhos de grupo, leituras de textos teóricos, algumas técnicas e dinâmicas grupais, já usadas, algumas especialmente criadas, outras adaptadas (dependendo do grupo), para estruturar a integração, abandonando, o máximo possível, instrumentais metodológicos convencionais e autoritários.

Assim, pode-se dizer que essa teorização, a partir da prática, “é um processo de abstração e conceituação, até chegar à apropriação de um modelo de interpretação”²². Esse é um paradigma, de interpretação da história de cada um e da própria realidade, que

²¹ CHAMBERS, R. et all. (eds.) – Farmer first: farmer innovation and agricultural research. Londres, Intermediate Technology, 1989.

²² NUNEZ HURTADO, C. – Educar para Transformar. Transformar para educar: comunicação e educação popular. Rio de Janeiro, Vozes, 1992.

possibilitará encontrar as saídas para os problemas, no sentido da integração ao novo espaço rural que se impõe.

Trata-se de um modelo dinâmico e flexível, pois, cada vez que a pessoa se aprofunda mais no conhecimento da realidade e se ampliam os níveis de interpretação, quantitativa e qualitativamente fatalmente dar-se-á conta da necessária volta à prática.

O registro sistemático da prática levará à apropriação dos conteúdos, que se desprendem da prática e da realidade, para, então, chegar à formulação de ações ou projetos, que permitam a busca de soluções para os problemas detectados.

Assim, a capacitação direcionada a formar atores reflexivos e interativos permite a construção de uma abordagem pedagógica para a intervenção, que tenta desenvolver ações que possam encaminhar uma solução para os problemas crônicos do rural, tendo como referência o desenvolvimento local.

O Enfoque Conceitual

Vários são os aportes teóricos que fundamentam esta visão de capacitação. Tomam-se por base as idéias de Donald Schön, que, já nos idos de 1983, argumentava contra a racionalidade técnica, considerando que a competência do profissional era demonstrada pela aplicação de um conhecimento privilegiado a problemas instrumentais da prática. Ele clamava por uma “nova epistemologia da prática”, que levantasse a questão de que a competência e a arte, embutidas na prática de profissionais que usavam da “reflexão em ação”, os levavam a enfrentar situações de conflito e incerteza, com muito mais habilidade.

Àquela época, deixava, em seu livro *The Reflective Practitioner: how professionals think in action*, a pergunta: que tipo de educação profissionalizante seria apropriada a

uma epistemologia da prática baseada na “reflexão em ação”? A esta indagação ele responde mais tarde, em 1987, no livro: *Educating the Reflective Practitioner*. Neste momento, espousa a idéia de que muitos educadores que atuam em escolas de formação profissional percebem que os conteúdos acadêmicos que ensinam não correspondem à realidade daqueles profissionais que formam. As competências requeridas pela prática são outras para as quais não estão preparados. Este é hoje um problema claramente visível, detectado, inclusive, pelos próprios técnicos da área.

Por essa razão, as idéias de Schön, associadas à Concepção Metodológica Dialética da Educação Popular, servem de suporte ao processo de formação e capacitação que aqui se discute. Esta última, como a própria denominação indica, trata-se de uma “concepção” ou, como diz Domingos Corcione (1995: 209), “de um modo de articular filosofia de vida, prática pedagógica e visão sociológica”, ocupando-se principalmente de “processos educativos”. Embasada em princípios e categorias marxistas, para dar respostas às estruturas do poder econômico e político dominantes, essa concepção considera principalmente o projeto político, a relação prática-teoria e a construção coletiva de conhecimentos. Estes elementos “... revelam o modo de conceber a realidade, a lógica interna e a sua própria filosofia”.

Tal como a educação popular, a concepção metodológica dialética foi, ao longo de sua história, assumindo mudanças e acentuações relacionadas às peculiaridades de cada momento histórico, “deixando pouco espaço para a teorização dos problemas da vida cotidiana e dos processos de constituição da subjetividade dos atores sociais, privilegiando a leitura de problemas estruturais da sociedade” (Ibid:212).

Na década de 90, a partir da busca de reconceituação e de refundamentação da educação popular, ela vem incorporando novos questionamentos, novas temáticas e preocupações. Vem sendo desafiada a tentar interrelacionar pesquisa, pedagogia, comunicação, estratégias de mobilização, organização e cotidiano popular,

considerando a dimensão simbólica das práticas educativas.

Assim, a capacitação é vista, como a “dimensão relacionada à construção do conhecimento prático ou de habilidades que permitem ao sujeito agir sobre a realidade seja a próxima ou a mais distante” (Fundep, 1994: 49), sendo um profissional interativo, sujeito crítico, solidário e autônomo. São sujeitos que, ao longo de suas trajetórias, sistematizam conhecimentos e experiências, considerando a relação entre tecnologia, cultura e educação, no sentido da formação humana, como já pensava Paulo Freire (1972).

Também servem de base os pressupostos epistemológicos de construção do conhecimento, a partir das idéias de Piaget (1975) sobre a evolução e o funcionamento das estruturas cognitivas do sujeito, e dos estudos posteriores, de Vigotsky (1987), cuja concepção sóciointeracionista do desenvolvimento humano, inspirado nos princípios do materialismo dialético, considera que nas relações do homem com a sociedade ocorre a apropriação da experiência histórica e cultural.

Outros, ainda, contribuíram para o pensamento construtivista (Ferrero E., Theberoski A., 1984 e Azenha, 1995), no qual predomina a idéia de que o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo acabado. “Ele se constrói pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se constitui por força de sua ação e não por dotação prévia na constituição hereditária ou do meio” (Furtado e Furtado de Souza, 1998:156).

Assim, o processo de construção coletiva, por parte dos sujeitos socioculturais, representa o ponto de partida da formação de atores reflexivos e interativos. Ele deverá desenvolver-se, de forma permanente, no reconhecimento crítico e sistemático sobre a prática cotidiana.

• Conclusão

A formação do capital social supõe o desenvolvimento de uma metodologia de trabalho de construção coletiva, desde a capacitação, envolvendo os participantes num amplo processo que requer uma atitude de investigação, e exige compreensão e interação de todos os tipos e em todos os níveis.

Portanto, a proposta pedagógica baseada na concepção de capacitação discutida neste trabalho é uma proposta de capacitação formativa, reflexiva, interativa e continuada, na busca da interação do agricultor com um “profissional comprometido com a sociedade”, como dizia Paulo Freire (1979).

Ela oferece aos técnicos e aos agricultores possibilidades de descobrir as causas ou soluções dos problemas, de forma indutiva, e vislumbra uma transformação de uma visão do saber que se apoie em um discurso consciente, engajado e crítico (Barbier, 1996).

A reflexão das experiências vividas na construção dessa proposta pedagógica conduz, principalmente, à conclusão de que ela permite aos sujeitos locais analisar seus conhecimentos sobre si, sobre suas condições de vida, levantar dados para conhecer melhor sua realidade, elaborar o planejamento de ação dos territórios e agir de forma consciente para transformá-la. Tudo isso feito em conjunto com os técnicos que trabalham nas comunidades, que também refletem sobre sua prática e cuja participação, “(...) indica um engajamento pessoal, aberto, sobre a atividade humana, visando a autonomia onde o diálogo é importante nas relações de cooperação e colaboração” (Barbier, 1996:55) e constitui a base sobre a qual a capacitação vai atuar. A capacitação se dá, portanto, imbricada na intervenção no espaço rural, no sentido da formação de técnicos e agricultores de forma crítica e na busca da autonomia.

A ação conjunta entre os atores com diferentes visões de mundo, combinada com diferentes perspectivas analíticas e dinâmicas de grupos, age na capacitação, como a mola do processo de aprendizagem. Isso se dá, à medida que o grupo busca a compreensão dos seus problemas para atuar sobre eles de modos diferentes e a partir de novos conhecimentos teóricos, levantados e construídos coletivamente.

Implica, portanto, uma mudança na compreensão e na forma de trabalhar a capacitação. Esta mudança acontecerá de forma natural, pois será fruto de uma necessidade sentida pelo grupo, na sua interação ao buscar resolver problemas concretos advindos da realidade.

Ela foge ao seu caráter tradicional de verbalista, para se basear na construção do conhecimento a partir de situações concretas. Deixa de ser fechada para abrir-se à participação dos envolvidos e deixa de ter preocupação única com o conteúdo programático, para preocupar-se em oferecer possibilidades de conteúdos novos, nascidos da necessidade dos participantes.

Assim, a intervenção na realidade rural, considera o gerenciamento dos recursos naturais, da agricultura, da educação, da educação ambiental, dos programas sociais, da saúde e da segurança alimentar. Por meio dessa intervenção, dar-se-á o processo de formação e de capacitação do capital social, para um novo projeto participativo e solidário, com vistas ao desenvolvimento local, que, espera-se, garanta sua sustentabilidade.

Bibliografia

AZENHA, M. da g. – Construtivismo de Piaget a Emília Ferreiro. São Paulo, Ática, 1995.

BARBIER, Rent - La Recherche Action. Paris, Ed.Economica, 1996.

CORCIONE, D.. – A Concepção Metodológica Dialética da Educação Popular. IN: Introdução a Metodologias Participativas, Recife, SACTES/DED/ABONG, 1995.

DEMO, P. – Questões para a Teleducação. Petrópolis, Vozes, 1998.

FERRERO, E. e TEBEROSKY, A – Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.

FONTES, L. B. Manual de Treinamento na Empresa Moderna. São Paulo, Atlas, 1980.

FREIRE, P – Extensão ou Comunicação. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

_____ - Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

FURTADO, E. D. P. e FURTADO DE SOUZA, J. R. – A Intervenção Participativa dos Atores; uma metodologia construída no contexto dos assentamentos rurais do Ceará. IN: Educação em Debate, ano 20, No 30. Revista da FACED-UFC, Fortaleza, Edições UFC, 1998.

HABERMAS, J – Knowledge and Human Interest. Bacon Press, 1971.

_____ Legitimation Crisis. Bacon Press, 1975.

HURTADO, C. N. - Educar para Transformar, Transformar para Educar. Petrópolis, Vozes, 1992.

JARA, C. – A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local: desafios de um processo em construção. Brasília, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura-IIICA, 1998.

LÜCK, Heloísa - Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis, Vozes, 1994.

LUCKESI, C.C. – Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo, Cortez, 1994.

PÉREZ GÓMEZ, Angel – O Pensamento Prático do Professor. Madrid, mimeo, 1990.

PIAGET, J. - L'Équilibration des Structures Cognitives. Paris, PUF, 1975.

SANTOS, O. B. – Orientação e Desenvolvimento do Potencial Humano. São Paulo, Pioneira, 1978.

SCHÖN, D. - The Reflective Practitioner: How Professionals think in Action. USA, Basic Books, 1983.

VYGOTSKY, L. S. – Pensamento e Linguagem. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

VYGOTSKY, L. S. – A Formação Social da Mente. São Paulo, Martins Fontes, 1994.

8.2.3 Pierre Gilly – Pronaf/MDA/PNUD

Casa Familiar Rural – Aprendendo com a realidade

• Histórico

As Casas Familiares Rurais (CFR) tiveram origem na França em 1937, por iniciativa de um grupo de famílias do meio rural, propondo a adoção de uma formação profissional aliada à educação humana para seus filhos. Nascia, assim, a Casa Familiar Rural, com a estrutura da Pedagogia da Alternância.

Hoje, a Casa Familiar Rural expandiu-se para os cinco continentes, em 30 países, com a mesma concepção – responsabilidade e entrosamento das famílias na formação dos jovens, no sentido de provocar o desenvolvimento global do meio.

No Sul do Brasil, o processo de implantação das Casas Familiares Rurais teve início no Paraná, em 1987, nos municípios de Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, com

discussão dos agricultores e envolvimento das comunidades.

Já em 1991, as Casas Familiares Rurais estavam sendo implantadas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul e desenvolveram-se, também, nos outros estados do Brasil, sob a coordenação das Associações Regionais das CFRs (Arcafar), hoje Confederação Nacional (Conacafarb).

Em 1998, as Casas Familiares Rurais integram-se às ações, em nível federal, do **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**, possibilitando o crescimento de unidades implantadas no país. Os princípios do Pronaf são convergentes com os adotados pelas CFRs, facilitando assim o acesso à profissionalização dos jovens e de suas famílias, e contribuindo com o aumento de ocupações produtivas e da renda no meio rural.

• **Objetivos das Casas Familiares Rurais**

- Oferecer aos jovens rurais uma formação integral, adequada a sua realidade, que lhes permitam atuar, no futuro, como um profissional no meio rural, além de se tornarem homens e mulheres em condições de exercerem plenamente a cidadania.
- Melhorar a qualidade de vida dos produtores, dos rurais, por meio da aplicação de conhecimentos técnico-científicos organizados a partir dos conhecimentos familiares. Por meio da pedagogia da alternância, os jovens acima de 14 anos, com 4ª série, 1º ou 2º grau, nos três anos de curso recebem um diploma de formação profissional. O 1º grau é dado aos outros alunos.
- Fomentar no jovem rural o sentido de comunidade, a vivência grupal e o desenvolvimento do espírito associativo, e desenvolver a consciência de que é possível, por meio de técnicas de produção adequadas, de transformação de

comercialização, viabilizar uma agricultura sustentável, sem agressão e prejuízos ao meio ambiente.

- Desenvolver práticas capazes de organizar melhor as ações de saúde de nutrição e cultural das comunidades.

• Funcionamento e Metodologia

A duração das atividades nas CFRs é de três anos, em regime de internato, com a adoção do método de alternância onde os jovens passam:

—> **duas semanas na propriedade, no meio profissional rural, e**

—> **uma semana na Casa Familiar Rural.**

Durante as duas semanas na propriedade ou no meio profissional, o jovem realiza um **Plano de Estudo**, discute sua realidade com a família e os profissionais, provocando reflexões, planejando soluções, realizando experiências na sua realidade, disseminando assim novas técnicas nas comunidades.

Durante a semana na Casa Familiar Rural, os jovens **colocam em comum** com ajuda dos monitores os problemas as situações levantadas na realidade, buscam novos conhecimentos para compreender e explicar os fenômenos científicos.

Por meio dos **cursos** profissionais com **fichas pedagógicas**, que fazem parte da Pedagogia da Alternância, são integradas a formação geral (interdisciplinaridade), a educação social e humana, e o desenvolvimento do espírito de trabalho em grupo.

Assim a Pedagogia da Alternância, baseada na realidade profissional dos jovens, é a forma de vinculação do conhecimento teórico e prático, ou seja, **aprender a aprender**.

Uma equipe de monitores, ligados às áreas de Ciências Agrárias e Economia Doméstica, entre outras, é responsável pela organização, pela dinamização das atividades docentes, e pela elaboração, em conjunto com os pais da associação das CFRs e órgãos, de um **Plano de Formação**, sempre respeitando o calendário agrícola local.

Os monitores têm apoio e assessoramento técnico e pedagógicos das entidades locais e estaduais. Os monitores acompanham o trabalho, o **projeto pessoal** de cada jovem e, particularmente, por meio das **visitas nas famílias** durante os períodos de alternâncias.

Existe, também algumas Escolas Famílias Agrícolas que realizam a profissionalização com alternância.

• Administração e Manutenção

A Casa Familiar Rural é administrada por uma **associação** formada pelas famílias e pais de jovens que freqüentam a CFR. O **Conselho de Administração**, eleito pela Assembléia Geral, representa as comunidades.

A associação organiza a **pesquisa participativa** nas comunidades, para escolher os **temas** e poder elaborar com os monitores o **Plano de Formação**.

A associação mantém a CFR, por meio de um sistema de parceria, com o apoio dos **órgãos públicos e privados** do município e do estado. Cada família de jovem contribui, trazendo o que produz em sua propriedade, para sua própria alimentação na CFR. Os órgãos locais, prefeituras e instituições diversas apóiam o funcionamento. As secretarias da Educação e da Agricultura, principalmente, apóiam financeiramente e tecnicamente, dependendo dos estados.

A Associação regional, **Arcafar**, organiza o apoio no que se refere à Pedagogia da Alternância, capacitando os monitores e os responsáveis das associações.

A Arcafar de cada região tem a função de representar e de assessorar a implantação das CFRs, nos diversos estados. O objetivo é fazer com que as comunidades assumam a decisão consciente e participativa de criar a CFR, minimizando o oportunismo e influências diversas.

• Resultados

- A formação profissional dos jovens de 14 a 25 anos é organizada pelas CFR na maioria dos estados desde 1988. Os adultos são fortemente envolvidos por meio da formação dos jovens.
- 77 CFR, estão em funcionamento. Mais de 150 associações se preparam para criar outras CFR com apoio do Pronaf e de outras instituições.
- O impacto das CFR é importante, considerando que cada jovem envolve a sua família e 10 famílias vizinhas. Ou seja, 40 pessoas, cada CFR, reagrupando de 60 a 80 jovens, soma 3.000 pessoas. Atualmente, as 77 CFR envolvem 250.000 pessoas. Com as novas CFRs, a médio prazo, serão 850.000 pessoas envolvidas.
- Os resultados da profissionalização aparecem, por meio dos projetos que os jovens realizam durante as alternâncias, nas suas propriedades juntos com suas famílias.
- Os resultados, na área técnica, são progressivos no melhoramento da produção, com ênfase na diversificação desta produção nas propriedades e em particular, nos assentamentos.
- Muitos jovens envolvem-se na transformação dos produtos e na comercialização. A maioria dessas atividades vem sendo feita em grupos de forma associativa ou em pequenas cooperativas.
- Os resultados sociais vêm sendo alcançados com o desenvolvimento das

qualidades mais solidárias do jovem, trazendo uma sensível melhoria nas relações com as famílias, amigos e com as comunidades de que fazem parte.

- Os jovens das Casas Familiares Rurais desenvolvem a consciência crítica, a capacidade de entender melhor o mundo que o cerca, e passam a ser mais atuante dentro de sua família e das comunidades em que vivem.

• Desafios para o Futuro

Despertar as entidades, em todos os níveis, para a importância e a seriedade do Projeto Casa Familiar Rural, envolvendo-as no sentido de conseguir apoio para:

- Conscientizar os agricultores que, para ser profissional do futuro, é preciso ter uma formação.
- Investir na capacitação dos recursos humanos (associações e monitores) e ter reconhecimento da pedagogia.
- Criar condições de trabalho, com a construção de prédio, equipamentos didáticos, bibliotecas entre outros, adequados às Casas Familiares Rurais.
- Estimular a utilização do crédito para que os agricultores desenvolvam seus projetos de melhoria da produção por meio da agroindustrialização e da comercialização.
- Avaliar e registrar constantemente os resultados obtidos, fazendo um trabalho de divulgação com o objetivo de esclarecer as necessidades como orientação sobre pesca, turismo, artesanato e outros, considerando o desenvolvimento sustentável da região de atuação, preservando o meio ambiente.

8.2.4 Principais eixos e estratégias de ação articulada

1. No campo da educação não-formal

Articulação das experiências da educação popular

Formação e capacitação

- educação ambiental
- formação de lideranças
- educação política – capacitação para participação, acompanhamento e controle de políticas públicas

Financiamento das ações educativas

- parcerias
- pedagogia

2. No campo da metodologia (tanto para a educação formal, quanto para a educação não-formal)

- construção de escolas e material didático
- uso de multimeios
- gestão democrática
- amorização/afetividade
- identidade cultural
- construção de pedagogias de intervenção
- construção de metodologias que considere gênero, geração, etnia e raça com participação eqüânime
- considerar a diversidade e a pluralidade da agricultura em regime de economia familiar

3. No campo da educação formal

Escola como espaço de poder

- professores leigos
- classes multisseriadas
- qualificação profissional
- construção de escolas e produção de material didático
- financiamento da educação

Educação infantil e educação de jovens e adultos

Pedagogia

Conselhos Municipais (considerou-se que esse tema foi aprofundado em outras oficinas)

8.2.5 Forma de operacionalização das estratégias selecionadas

1. Relativa à educação não-formal

Articulação das experiências de educação popular

- mapear e sistematizar experiências significativas de educação popular
- promover encontros em níveis local, estadual e nacional
- divulgar as experiências de educação popular por meio dos veículos de comunicação da CONTAG (revistas, boletins etc)
- estimular a articulação das experiências por meio da formação de redes

Formação e capacitação

(temas transversais da formação e capacitação: educação ambiental, formação de lideranças e educação política)

- definir elementos conceituais e operacionais da formação da linha de formação da CONTAG

- desenvolver capacitações voltadas para atender às prioridades educacionais incorporadas nos planos de desenvolvimento local sustentável

Financiamento das ações educativas

- articular com as agências de cooperação técnica (IICA, PNUD, FAO, UNESCO, UNICEF etc)
- buscar apoio no Senar, FAT, Fundef, Pronera, Pronaf e outros
- articular com universidade e ongs
- articular e pressionar para inclusão de recursos nos orçamentos municipais, estaduais e federal, objetivando atender as demandas de capacitação e formação

2. Relativa à educação formal

Educação fundamental e média, educação infantil, educação de jovens e adultos, classe multisseriada

- informar, mobilizar e acionar juridicamente os municípios, preferencialmente por meio do Ministério Público, no cumprimento do dever constitucional de ofertar educação infantil e de jovens e adultos
- mapear os municípios que não estão ofertando a contento, ensino infantil e de jovens e adultos para fundamentar as ações das federações e da CONTAG
- a CONTAG, por meio da sua Secretaria de Políticas Sociais (SPS), organizará a atuação sobre a questão da educação infantil e de jovens e adultos
- distribuição pela CONTAG, de informações sobre direitos e deveres dos municípios, estados e governo federal, para os STRs

Qualificação e requalificação profissional de professores

(este item ficou contemplado por meio das propostas constantes no componente pedagogia)

Pedagogia

- Garantir a inserção na realidade, construção coletiva do saber, valorização e diversidade

- incluir na pauta dos encontros a discussão da pedagogia da escola para desenvolver o espírito crítico e o exercício da cidadania entre alunos e professores
- trabalhar a diversidade e pluralidade da economia familiar
- trabalhar o sentimento de oportunidade para os jovens, garantindo a sua participação na concepção, elaboração e implementação nos planos de desenvolvimento locais sustentáveis
- construir metodologias de ação que considerem as relações de gênero, gerações e etnias, possibilitando a participação cidadã nos diversos segmentos sociais
- é dever do Estado a oferta de ensino às crianças de 7 a 14 anos. A escola é um espaço fundamental para a aproximação com o mundo do trabalho

O *Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS)*, defendido pela CONTAG, deve ter como suporte um novo processo educacional que seja capaz de aproveitar, ampliar e consolidar os espaços já conquistados na educação formal, para transformá-la e utilizar a educação não-formal como instrumento para a ampliação do campo de atuação, experimentação e sistematização de novas pedagogias e metodologias. E, por fim, faz-se necessário definir instrumentos, metodologias e conteúdos que garantam a transversalidade de gênero, geração e etnia nessa proposta educacional.

8.3. Formação de Capital Social e Mecanismos de Gestão Participativa

8.3.1 Fausto Jordan – IICA

Programa de Desenvolvimento Local Sustentável (Prolocal)

Experiência no governo do Equador

Destaco alguns aspectos relevantes dessa experiência como, por exemplo, o esgotamento do modelo de gestão pública no Equador e a necessidade de se criar uma Agenda para o Desenvolvimento do Equador — Século XXI, na qual a redução da pobreza é o maior desafio a ser enfrentado pelo país. Esse desafio implicaria em resolver

quatro questões fundamentais:

- alcançar a estabilidade macroeconômica;
- reativar a economia nacional;
- cuidar da equidade social; e
- impulsionar a reforma estrutural do Estado.

A agenda focaliza quatro grandes diretrizes, sendo elas: enfrentar os desequilíbrios sociais; focalizar o esforço público nas zonas mais pobres do país; construir um novo sistema institucional a partir dos conceitos de descentralização, participação social, flexibilidade, concertação, mecanismos de gestão para o desenvolvimento local sustentável; políticas transversais: gênero e manejo sustentável do meio ambiente.

A estratégia adotada valoriza o local, incorpora propostas que contribuem para o alcance de objetivos relacionados com o bem-estar econômico, a competitividade, a equidade social, a sustentabilidade do meio ambiente e a governabilidade política. Para tanto, a proposta vincula quatro grandes componentes:

- a transformação produtiva com equidade;
- desenvolvimento do capital humano;
- desenvolvimento do capital social; e
- institucional e a estruturação de um sistema financeiro rural.

Alguns aspectos fundamentais da vertente do sistema financeiro rural: o acesso a recursos financeiros; a maior atividade de intermediários financeiros em cidades pequenas e rurais; o desenvolvimento econômico local; o financiamento de projetos prioritários e específicos e os recursos reembolsáveis e não-reembolsáveis.

A proposta inclui ainda o fortalecimento das capacidades de gestão para o desenvolvimento local, o fomento de investimentos para o desenvolvimento local sustentável, a formação de capital humano em gestão para o desenvolvimento local e

projetos geradores de emprego e o manejo sustentável de recursos naturais.

8.3.2 Horácio Martins Carvalho – IICA

A concentração da renda e da riqueza, o desemprego e o subemprego estruturais crescentes, a crise fiscal dos governos, o desmantelamento dos organismos públicos sociais, o enfraquecimento generalizado da sociedade civil e a corrupção crônica generalizada são elementos de contextualização do momento atual. Levando, como consequência, a um crescente empobrecimento da maioria da população, a uma redução das políticas públicas compensatórias, a uma desconfiança na autoridade pública e nas instituições, ao nomadismo social intenso, a uma perda das identidades sociais anteriores, a um estado de anomia, a uma luta pela sobrevivência (provocando o imediatismo e o individualismo) e as novas formas e processos de participação social, a organização da sociedade civil e a gestão do espaço e da coisa pública. Neste contexto, é preciso repensar o desenvolvimento sob novas formas de relações, observando que o poder local deve ser compreendido dentro do espaço global com suas relações.

As novas formas de organização da sociedade e os novos mecanismos de gestão participativa contêm alguns paradoxos que devem ser considerados: a lógica do desenvolvimento é centralizada, a exemplo das políticas de crédito rural, saúde etc, a relação público e privado, pessoa/família e os coletivos sociais. A união descentraliza o dever, mas não descentraliza o poder. Isto leva a casuísmos, a programas efêmeros (programas que nascem e são substituídos em curto espaço de tempo). São programas compensatórios, sem a preocupação de se construir coisas duradouras.

Questões levantadas pelo painalista

- A constituição, em nível local, de um terceiro espaço de poder que seria os setores populares e a sociedade civil organizada, superando com isto a idéia de paridade

na participação e admitindo a noção de assimetria na participação. Superar a idéia de PARIDADE e introduzir a idéia de ASSIMETRIA, na qual a grande maioria seja de representação popular. Paridade é democrática? Para quem?

- A superação da idéia de consenso pela de administração possível do conflito social explícito ou latente. Superar a idéia de consenso, pois este só pode se estabelecer dentro dos espaços populares, onde não há diferentes interesses concorrendo (Ex.: patrão e empregado).

- A luta pelas estratégias de sobrevivência exige ajuste no conceito de sustentabilidade: no efêmero (dialeticamente), possibilidades potenciais de sustentabilidade; a introdução da idéia contraditória de sustentabilidade dependente; e a superação da idéia subjacente de auto-sustentabilidade. O que há é uma realidade insustentável, doentia, um desmantelamento geral. A sustentabilidade vai se dar nas lutas concretas no âmbito nacional e que se reproduz até chegar à base.

- Como resolver a cidadania ativa? Como superar as dificuldades das pessoas que precisam dar esse passo, se a cada momento ela é cooptada pela sociedade?

- As pessoas vivem nos vários planos sociais: sexual, familiar, econômico, da religião etc, só que a sociedade é extremamente punidora e cobra a participação ativa, independente dos planos pelos quais se está passando.

8.3.3 Osvaldo Russo – IICA

A gestão participativa pressupõe, em relação às políticas públicas, o resgate da *credibilidade* das instituições públicas, o *compromisso* com o interesse público, a *desprivatização* dos serviços públicos, o *combate* aos mecanismos que favorecem à corrupção e a *democratização* das relações entre agentes estatais e sociais.

Alguns comentários sobre o tema:

- Um elemento necessário de discussão é o resgate da cidadania, na criação de espaços públicos de intervenção, feito de fora para dentro e com a participação direta dos interessados.
- É fácil falar da democratização dos espaços em que outros atores estão atuando, não no espaço próprio.
- Com relação ao funcionamento dos Conselhos, cito a dificuldade da participação e a representatividade que se têm quando a entidade designa a mesma pessoa para participar de vários Conselhos ao mesmo tempo.
- É necessário trabalhar com questões concretas como, por exemplo, participação direta nas decisões sobre o orçamento participativo.
- A concentração de poder e de recursos financeiros na União constitui um fator de inibição do desenvolvimento local. A reforma previdenciária é necessária para fortalecer o poder local e não para reforçar o refinanciamento do Estado (União).
- A participação da população em Conselhos não pode se restringir a viabilizar, de forma mais democrática, a eficiência das políticas públicas. A sociedade tem de participar nas definições dessas políticas, das prioridades e dos recursos.
- A multiplicação dos Conselhos limitam a sua operação. É preciso encontrar mecanismos que favoreçam a eficácia dessas instâncias.
- Do ponto de vista conceitual, tem-se que fortalecer a cidadania em todas as suas dimensões.

Questões levantadas pelo painelistas

- Como mudar esta ótica para ampliar a participação popular nos espaços públicos?
- A Bolsa-Escola é uma questão concreta ao combate à pobreza, fornecendo

uma fonte de renda mínima e, ao mesmo tempo, cumprindo com um direito universal de formação escolar da criança.

- No Brasil, é preciso enfrentar o combate à pobreza com ações concretas.
- Como pode um governo (gestão Cristóvam Buarque), que tinha 80% de aprovação popular, perder as eleições? O governo falhou ao priorizar a cidadania, os interesses coletivos, ao invés dos interesses pessoais?
- Como fazer com que os Conselhos operem políticas de fato?

8.3.4 Questões centrais do debate

- Como estrutura de poder popular, o Conselho é um processo final. Didaticamente, o Conselho é um espaço secundário, pois há uma série de etapas no processo de construção da gestão participativa para chegar a ele (a igreja, a família, a comunidade etc).

- A escolha de representantes não é algo simples. Grande parte dos Conselhos, no Brasil, foram instituídos de *cima para baixo*, onde o Conselho é convocado e não é formado.

- Há uma tensão permanente entre o imediato e a construção de um espaço emancipado. A decisão deve ser tomada pelos próprios atores interessados e com base nos mesmos objetivos; além disso, é preciso identificar os intelectuais orgânicos locais. Estes são as verdadeiras referências para a comunidade.

- Outro aspecto a ser observado encontra-se na verificação dos “tempos” e das “velocidades” em que as mudanças devem ocorrer, para não atropelarmos nem acharmos que nada está acontecendo ou que nada vai mudar.

- É preciso observar a “lei da evolução da sociedade”. A sociedade vai tornando-se cada vez mais complexa. Entretanto, precisamos compreender que, para trabalhar a complexidade, não necessariamente precisamos prescindir da simplicidade.

- O que aqui começou com capital social deve ser compreendido como capital

social popular. “É preciso compreender que o pequeno ou o próximo é o local” (Carlos Jara).

- Compreender melhor a contabilidade da prefeitura para melhor intervir nos espaços de elaboração do orçamento participativo.
- Os interesses no local com relação à sustentabilidade. Ex.: Os Conselhos sob a ótica dos prefeitos e sob a ótica dos conselheiros.
- A mobilização é uma ação concreta para fazer os instrumentos democráticos funcionarem.
- O custo (financeiro) da participação popular pode inviabilizar o efetivo cumprimento do papel dos conselheiros. Nesse sentido, é preciso prover (nos próprios projetos aprovados e/ou que demandam acompanhamento permanente) 1% do valor dos projetos para cobrirem as despesas do Conselho.

8.3.5 Respostas dos painelistas às intervenções do público

- O LOCAL não é o GLOBAL. Não se confundem, mas se entrelaçam. Uma escola, por exemplo, tem interferência do LOCAL, no caso das relações interpessoais (alunos, professores, associação de bairro, comunidade etc), mas também mantém uma relação com o GLOBAL, no caso do sistema público de ensino brasileiro. Os direitos fundamentais (cidadania, democracia etc) são universais.
- Há uma identidade de origem que marca as pessoas. Essa identidade, no meio rural, é muito mais profunda quando as pessoas se identificam com o local onde nasceram e passaram a infância. A dificuldade evolutiva também está na superação do sentimento do local. A classe dominante faz com que, uma vez estando no local, não se compreenda o global.
- A educação é um processo revolucionário e precisa ser fomentado a qualquer custo. É fundamental que seja uma educação que forme cidadãos não alienados. Portanto, o conhecimento não necessariamente é libertador. É preciso qualificá-lo. A descoberta do mundo tem que ser vista de maneira crítica. Pode-se fazer uma reprodução

alienada de alienadores. Às vezes, pensamos estar no caminho certo, entretanto, verifica-se que o processo é de dominação e manipulação. Hoje, a formação se dá via pacotes, há um certo tempo (15 a 20 anos) havia capacitação mais intensa, na qual se formava massa crítica. Isso precisou ser aniquilado. Hoje, os cursos são de dois ou três dias, para que as pessoas não consigam compreender a lógica sistêmica de dominação que existe por não criarem consciência crítica.

- No caso do endividamento externo brasileiro, o problema não está apenas no pagamento dos juros. Esse é um grave problema porque trata-se de uma situação distorcida.

- O individualismo nas instituições tem raízes na formação e nas relações individualistas. Vivemos no cotidiano, a partir de nossas próprias famílias.

- Para se ter uma permanente ação de desenvolvimento sustentável, é preciso que sejam criados sistemas alternativos de financiamento.

- Metodologia participativa não é estanque. Precisa ser permanente e evolutiva, senão não é participativa. E, se não é participativa, não é real. É preciso dar provas que se está comprometido.

8.3.6 Principais eixos e estratégias de ação articulada

	Reaproximação do MSTR da base	Gênero e Geração Interiorizar a discussão	Capacitação de agentes locais	Parcerias	Democratização dos espaços de gestão
			<ul style="list-style-type: none"> • Democratização dos espaços de gestão • Capacitação articulada com ações concretas • Articular e resgatar valores culturais • Parceria na capacitação a partir das necessidades da base • Capacitação para interferir no poder político (controle social do poder) 	<ul style="list-style-type: none"> • Pontos comuns mais identidades • Autonomia • Auto-suficiência • Diálogo entre diferentes • Parcerias para o fortalecimento de uma projeto comum de desenvolvimento sustentável, a partir das demandas da base 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunitário e familiar • Entidades e organizações • Município • Estadual, regional e nacional
				<ul style="list-style-type: none"> • Modelos de gestão estético • (Concepção) Metodologia de Assessoria / Capacitação • Fóruns e Redes de poder popular • Intervir na política pública, respaldado nas ações de base 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar espaços de inclusão de mulheres e jovens • Monitoramento /avaliações mútuos • Articulações/ Coordenação das ações dos Conselhos • Fóruns/Redes políticas de geração de trabalho
					<ul style="list-style-type: none"> • Banco de informações • Política municipal de geração de trabalho e renda

8.4 Formação de Capital Social e Políticas Públicas

8.4.1 John Garrison – Banco Mundial

O tema capital social também é novo para o Banco Mundial. Só agora é que algumas pessoas envolvidas com o Banco Mundial passaram a falar sobre isso. Lembro, também, que essa expressão não nasceu no Banco Mundial. Sociólogos e cientistas políticos, na Europa e nos Estados Unidos, já falavam há alguns anos sobre isso, mas só mais recentemente é que o tema vem despertando a atenção. No Banco Mundial, o referencial capital social vem sendo usado por cientistas sociais para valorizar toda essa área ligada a organização comunitária e à mobilização social. Esse termo é usado para valorizar esse fenômeno na sociedade, colocando-o como mais uma forma de manifestação de capital.

Pessoalmente, gosto do termo capital social por gerar conflitos em sua interpretação: os militantes da esquerda não gostam da palavra “capital” e a direita não gosta da palavra “social”. Debatem o mesmo tema sem, contudo, chegar a alguma conclusão. O que se tem que fazer é unir essas duas forças para aprofundar a questão.

De acordo com textos produzidos internamente pelo Banco Mundial, capital social tem como definição “normas e relações sociais embutidas em estruturas da sociedade que permitem às pessoas coordenarem ações e alcançarem objetivos propostos”, assim, é aquela organização comunitária que ocorre num projeto, a mobilização que ocorre em uma sociedade. Toda sociedade possui um capital social, porém, ele não é neutro. O capital social pode ser usado para libertar ou oprimir, para construir ou destruir, citando como exemplo as castas na Índia, que embora apresentem uma solidariedade interna, refletem alto grau de preconceitos.

Muitos teóricos vêem uma relação entre capital social e democracia, e concluem que onde existe capital social a democracia tem mais êxito. Reproduzindo os argumentos utilizados pelos textos do Banco Mundial e já apresentados por Antônio Rocha Magalhães na conferência de abertura deste fórum, alego que quando se tem um governo fraco e um capital social também fraco, tem-se ampliação de conflitos e pior situação social. O importante é que o capital social é visto pelos cientistas políticos como elemento essencial ao desenvolvimento da democracia.

Também é de importância destacar que o capital social ou a sociedade civil é complementar ao Estado e não podem substituí-lo. Essa afirmação vai de encontro ao que muitos dizem ser a intenção do Banco Mundial. De acordo com esta interpretação, o Estado tem um papel de regulador e deve ser forte. Embora o Banco não assuma também uma postura estadista, que esmaga a sociedade civil, ele reconhece a importância do Estado em todo o processo. O Estado deve ser forte. A sociedade civil também deve ser forte, complementando o Estado. Esta diferença se apresenta na concepção de democracia representativa, que não dá conta de todos os interesses da sociedade. Muitas vezes, a segunda é vista como ameaça à primeira, quando, na realidade, isso não acontece. A sociedade civil cria instrumentos para participar, e isso é capital social.

Sobre a relação do capital social com as políticas públicas, foi afirmado que, primeiro, é necessário que se tenham políticas públicas que fortaleçam o capital social, de forma direta e consciente. Uma política pode fortalecer ou enfraquecer o capital social, pode consolidar a sociedade civil ou fortalecer o paternalismo e a dependência e a cultura eleitoreira, pois, assim como o capital social, a política pública também não é neutra.

Destaco, a seguir, quatro estratégias de políticas públicas que podem levar à construção de capital social:

1- Informação

2- Diálogo, consulta

3- Organização da sociedade civil

4- Participação

Informação é poder. As políticas públicas que visam informar sobre tendências do governo, por exemplo, levam ao fortalecimento do capital social, tais como a divulgação do orçamento.

O diálogo deve acontecer desde a consulta a formas de resolução de conflitos à construção de projetos. São vistos como estratégias para que as políticas públicas funcionem bem. Necessita-se de planejamento e vontade política para o diálogo. Precisa-se de metodologia e, também, de tempo, pois, não se pode queimar etapas. É necessário tempo para consultar as bases que, muitas vezes, se chocam com o tempo estabelecido pela burocracia das entidades envolvidas. Também tem que se ter recursos, pois a consulta requer dispêndios com transporte, reuniões, consultorias etc.

Existe política pública que leva à organização da sociedade civil, pois tem várias áreas que a sociedade civil precisa de incentivos de políticas para se desenvolver. Outras vezes, porém, a sociedade civil ajuda o governo. A condução do processo de organização tem que estar na própria sociedade civil, por meio de suas entidades, garantindo, com isso, a autenticidade do processo e evitando-se a cooptação. Mas, muitas vezes, a sociedade precisa de recursos, de ajuda financeira, por exemplo.

A estratégia de participação é concebida como elaboração e gestão da coisa pública e faz parte do processo de descentralização política, que tem crescido bastante no Brasil, nos últimos anos. Ainda há, contudo, muito questionamento sobre as formas de

participação promovidas pelas políticas públicas, especialmente o funcionamento e a composição dos Conselhos. No entanto, de forma geral, ela tem sido um instrumento muito importante e se manifesta de diversas formas, como por exemplo, os conselhos de gestão de fundos, como o FAT, que conta com a participação de representantes da sociedade civil. O próprio Banco Mundial tem 16 fundos, nos quais há representação da sociedade civil nos conselhos de gestão.

Para estimular o debate, pergunto ao público presente como é possível um conceito que, por um lado, aproxima capital social a sociedade civil e, por outro, oferece tanta divergência em sua aplicação? Como pode haver visões tão antagônicas, com tantas discordâncias, sobre as mínimas coisas que apresenta. Concluo afirmando acreditar ser o fórum um bom começo de diálogo sobre estas questões.

8.4.2 Francisco Urbano – PRONAF/MDA

Peço desculpas por não desejar falar em um assunto no qual não acredito: o tema capital social. Esse termo esconde profundos interesses, em que o grupo do poder econômico tenta diminuir o trabalhador, igualando-o a uma peça, em que gente vira produto de troca, mercadoria. Prefiro tratar o tema como políticas públicas e a relação que é estabelecida com a sociedade civil, os verdadeiramente interessados.

O Brasil é um país onde predominou regimes políticos autoritários, o que dificultou profundamente a construção de uma organização permanente de sua sociedade civil. Assim, a organização social vive no “sobe/desce” característico da vida política nacional.

A solidez da sociedade civil só veio a se manifestar nesses últimos anos, após a Assembléia Nacional Constituinte.

Se esta base política consolidou-se, tornou-se perfeitamente possível – e isto pode se dar a curto prazo – transformar as organizações sociais em solidez, não apenas institucional, mas também na solidez que se pode manifestar na influência sobre as políticas públicas. No entanto, hoje, as instituições, as organizações civis brasileiras estão em crise. Esta crise pode se caracterizar, até, pela dificuldade de uma organização em perceber a sua própria identidade. Esta crise pode ter sido originada em dois motivos: primeiramente, percebe-se uma mudança muito grande na estrutura econômica do país, seja provocada pelo modelo liberal, seja pela globalização, seja pela reestruturação produtiva. Isso obriga os trabalhadores, que são os interessados diretos do conflito com o capital, a se organizarem, a se reestruturarem também, para que possam enfrentar as principais perversidades do sistema, quer do ponto de vista da tecnologia, quer das políticas salariais.

Hoje, novos questionamentos se apresentam. É possível se fazer uma política nacional de salários por categoria profissional? Pode-se tomar, ainda, uma unidade de produção por modelo? Por outro lado, as organizações não-sindicais cresceram muito nos últimos anos. O Brasil ainda é uma sociedade desorganizada. Ora, se a maior parte de sua história foi vivida sob o regime autoritário, o Brasil só pode ser uma sociedade desorganizada. O exemplo disso é que nunca se conseguiu fazer uma greve geral. Os partidos políticos passam também por uma total desqualificação. Tudo isso se reflete nas políticas de governo.

Para que a sociedade civil possa interferir diretamente na elaboração e realização das políticas públicas – como acontece em alguns países democráticos – é necessário mais tempo. É preciso criar mecanismos para que o município decida diretamente o que é melhor para seu desenvolvimento. O local é o setor mais competente para dizer o que é que se deve fazer e como se deve fazer. O governo federal só deveria intervir para coordenar os programas. Há alguns exemplos bem-sucedidos desse processo de descentralização, como a recente Lei do Terceiro Setor, que foi resultado de um amplo processo de negociação, com participação da sociedade e que obteve unanimidade no Congresso Nacional.

O Pronaf também tem a sua execução totalmente descentralizada. Os conselhos, também, embora muitos critiquem, vêm desempenhando um papel muito importante no processo de descentralização. É claro que esses conselhos não servem para substituir outras organizações em determinadas atividades, nem são as únicas organizações que podem sofrer manipulação política. Os conselhos têm um papel na descentralização e representam um potencial de organização da sociedade.

O importante é que essas organizações da sociedade civil precisam se desenvolver e se qualificar. Se o governo também acha que existe a necessidade de implementar políticas públicas com a participação, tem que investir na qualificação das organizações.

A questão da intervenção popular nas políticas públicas depende, em grande medida, da capacitação das organizações, para participar devidamente na concepção e na elaboração dessas políticas, desde a formulação das propostas, para que a participação não fique apenas no discurso, na manipulação política. A organização tem que saber fazer a pressão da rua, mas tem que estar bem preparada para a formulação de propostas, para o enfrentamento da negociação e, para isso, é importante o treinamento, a capacitação.

8.4.3 Eugênio Peixoto – CONTAG

No início da história do movimento sindical, o que caracterizava a sua organização era a luta por direitos trabalhistas e pela reforma agrária. Esses eram os dois principais eixos que orientavam as reivindicações dessa organização. Depois, vieram o golpe militar e todo um retrocesso na participação democrática. Mesmo assim, houve uma resistência, e o movimento sindical continuou a reivindicar.

Hoje, defende-se uma política agrícola diferenciada, com crédito adequado aos agricultores familiares. Os grupos sociais foram criando um discurso mais amadurecido,

no qual começam a aparecer as suas especificidades. Do conflito direto e imediato com o proprietário da terra, com o empresariado, começa-se a enfrentar as questões que são intermediadas pelo Estado. Passa-se a cobrar desse Estado o reconhecimento da necessidade de uma política diferenciada. Esse é um primeiro salto. Além do enfrentamento direto com o patrão, com o latifúndio, faz-se necessário cobrar a intermediação do Estado.

Um segundo salto qualitativo: a luta pela implementação do **Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Sair da ótica do específico, e começar a formular uma política mais global para a sociedade. Passa-se a defender um projeto mais geral, ampliando a interlocução com a sociedade. Esse é o pensamento que já se manifesta de forma clara no 6º Congresso da CONTAG. Nesse momento, além de definir um projeto mais político, o movimento começa a traçar uma estratégia para levá-lo de maneira mais eficiente e eficaz à base. Elaboramos um programa de formação de lideranças e de técnicos em desenvolvimento local sustentável.

Há que se lembrar sempre que o movimento sindical é plural, na sua base várias posições políticas se fazem presentes. Então, é necessário que se planeje a melhor forma como o discurso estratégico pode ser levado para a discussão na base, rompendo os limites do corporativismo e ampliando o debate com os diversos segmentos que compõem a sociedade. É dessa forma que se pode ter uma influência decisiva na definição das políticas públicas. É esse o diferencial concreto que se apresenta na prática sindical, hoje. Acrescentar novos eixos, novas preocupações às antigas questões.

Reconhecemos que ainda não temos conseguido influenciar na definição das macropolíticas nos grandes projetos. O movimento sindical está começando a exercer essa influência no planejamento local, mas nem sempre conseguimos imprimir a nossa “linha”. Afinal de contas, ainda não temos um governo que represente os interesses dos trabalhadores. Existe, assim, um diferencial entre o que se quer e o que se pode fazer.

Por meio de uma participação efetiva dos setores populares nesse processo, a democracia vai se consolidando e começa-se a pensar na construção de uma sociedade democrática de fato.

Hoje, por exemplo, as questões de gênero e de geração estão sendo incorporadas às discussões, na perspectiva da ampliação dessa democracia. Essas questões devem ser tratadas de forma política. A sociedade é formada por grupos diferentes, com interesses diversos e a política é um espaço de consultas e de confronto entre esses interesses. É um processo que administra conflitos e reafirma a hegemonia de determinados interesses.

O Estado brasileiro sempre foi identificado com interesses dos grupos dominantes e as políticas públicas são o reflexo disso. Onde não se tem capital social, a dominação é mais forte, onde existem processos organizativos, há meios para impedir tal fato.

O importante para o movimento social é ver como pode intervir nas políticas públicas, ampliando o seu espaço de influência, a sua capacidade de intervenção. Articular a luta política na base, com a ampliação da sua influência nos espaços de formulação de política mais geral. Para isso, é importante perceber que existem novos espaços e que é necessário avançar para transformar o Brasil em um país democrático. Em vez de se pensar em capital social como algo apenas relacionado à produção de riqueza, devemos pensá-lo como um processo de “empoderamento”, de maior articulação política, como espaço de conquista para fazer valer um projeto político.

8.4.4 Questões centrais do debate

- Por se tratar de um tema de difícil compreensão, ainda não é um tema para ser priorizado nos debates e nas ações de base.

- Para a classe trabalhadora existem programas que não saem do papel, para os ricos, existem as políticas efetivas. Os setores que administram o Estado acabam abocanhando a maior fatia e o que chega para o trabalhador não dá para nada.
- A participação é sempre limitada, como por exemplo a que é feita nos Conselhos do Fumac que chega de última hora. Ou o conselho é formado ou se perde acesso aos projetos. Ele já vem com um modelo padrão e a sociedade não pode interferir. As associações, na maioria das vezes, são formadas pelos proprietários de terra, que pegam a assinatura dos trabalhadores só para legitimarem o processo, e depois fazem o que querem. Assim também, acontece com a Cédula da Terra.
- As políticas públicas precisam ter uma maior participação das entidades populares, em parceria com as organizações governamentais. Aqui no Maranhão, pode-se perceber, por exemplo, que o conselho estadual tem algum controle sobre o Papp. No Pronaf, não acontece a mesma coisa e no Projeto Lumiar já se tem alguma discussão a respeito da assistência técnica. Vários projetos já estão em andamento. A ampliação desse processo pode ser também uma questão de tempo.
- O capital social é para o trabalhador uma questão nova e, como tal, deve ser esclarecida. Se significa a mesma coisa que organizar, fortalecer o sindicato, então, por que mudar de nome?
- A crise do movimento sindical deve ser vista como resultado da evolução dos processos globais. A sociedade está mudando e o sindicato está dentro da sociedade e vai mudando com ela.
- É mais fácil organizar o capital social em torno de um projeto. Entendendo-se que cada projeto tem vários atores e alguns deles se unem. Muitas vezes, o capital social fica sozinho, lutando contra todos, e isso faz com que seja difícil se fortalecer. Como pode acontecer o contrário?
- Confrontos que aconteceram no início da criação do sindicato ainda são os mesmos hoje. As outras lutas têm menor importância e devem ser “empurradas com a barriga”?
- Para o capital social se tornar forte, relevante, tem que se globalizar. Essa grande rede de cooperação tem que se estender para o mundo todo. Caso contrário, o capital

social vai ficar apenas em nível local e para se contrapor ao capital financeiro tem que ser global. Ao mesmo tempo, ele também tem que desenvolver uma infra-estrutura material, naquela concepção marxista. O problema é que capital social está sendo entendido apenas como superestrutura e ele tem que ter uma base material. Para isso, tem que criar os seus mecanismos de produção de riqueza. Introduzir a geração alternativa de riqueza é fundamental e um dos mecanismos é o fundo atual, fonte alternativa e autônoma. Quem gere o fundo é a sociedade, e não o banco. A sociedade discute as prioridades e o banco apenas atende às demandas de cada município.

- Se o Estado é o poder organizado, constituído, a “cara” desse Estado é a “cara” da força hegemônica e o domínio político econômico da sociedade. O Estado, como poder, tem obrigação de formar, regular, institucionalizar políticas públicas que nascem do diálogo com a sociedade. E aí, têm-se políticas boas e más. Nesse diálogo com a sociedade percebe-se que historicamente predominaram as políticas para as forças hegemônicas. No campo, o diálogo que o Estado estabeleceu com a sociedade prevaleceu uma política que privilegiou o dono da terra, em detrimento de toda uma classe trabalhadora que a CONTAG procura representar. Pergunta-se se está pondo em xeque toda esta política, agora?

- Se o Banco Mundial percebeu que existem políticas voltadas para o capital social, que tipo de política teria para o Brasil?

- Aqui, no Maranhão, 15 prefeituras resolveram se unir e criar um Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento. Isto é, um fundo comum, com a constituição de um conselho de prefeitos, um conselho de secretários de Agricultura e uma secretaria-executiva. A agricultura é uma atividade sem prestígio e o capital social teria que ter um trabalho de recuperação do valor da agricultura. Zelar pela agricultura não é tarefa da administração municipal. Foi observado no último censo agrícola que 1,8% dos estabelecimentos rurais no Maranhão tinham assistência técnica. Como estes trabalhadores vão se levantar sozinhos?

- Existe também a questão do meio ambiente e do extrativismo. Os movimentos sociais não levam em consideração a renda familiar, nem a questão da preservação.

- Existem diferenças regionais quanto à questão das condições estratégicas para o desenvolvimento do capital social.
- Hoje se pode constatar que o Estado está desregulamentado e que quem regulamenta tudo é o mercado.
- É preciso se pensar, também, na questão de gênero, para garantir autonomia e autodeterminação dos participantes dos movimentos sociais. A agricultura familiar, por exemplo, é altamente conservadora com relação à questão de gênero, pois não vê a mulher como ator efetivo do processo.
- Se deve ter cuidado com a utilização de conceitos, pois não dá para “engolir” o discurso da antipobreza. O problema não é a pobreza, mas a distribuição de renda. Também a “eficiência” é a capacidade econômica do processo e isso exclui aqueles que estão fora do processo, como a criança, o adolescente e a mulher, assim como “eqüidade” pressupõe justiça social, e isso é pouco. O que se deseja é “empoderamento”.

8.4.5 Respostas dos painelistas às intervenções do público

John Garrison

De acordo com a visão do Banco Mundial, há um paradoxo que todos reconhecem. A questão da reforma agrária está na agenda política por pressão popular. O Banco Mundial resolveu apoiar o Programa Cédula da Terra. Normalmente, o Banco Mundial é cauteloso e dificilmente entra em questões políticas. No entanto, no Brasil, o Banco apóia o programa. Por outro lado, o movimento sindical o critica. Há um choque de informações e uma necessidade de se estabelecer um diálogo. Não é intenção do Banco Mundial desestruturar os movimentos sociais, nem acabar com a reforma agrária. É possível que na prática possam existir problemas, mas não é o Banco Mundial o executor que dos programas. O Banco não pode, muitas vezes, avaliar esses problemas.

Para sair dessa crise, os movimentos sociais devem buscar influenciar cada vez mais as políticas públicas. Esses problemas políticos e administrativos não são desejados pelo Banco Mundial. Só com um capital social forte, interagindo com o Estado, pode haver um controle da situação.

O capital social é um termo utilizado para ajudar a analisar a sociedade. É uma forma de colocar o social no patamar do capital econômico, do capital físico e do meio ambiente. Está se procurando valorizar o social, comparando-o a outras áreas que já estão aceitas na discussão, e isto facilita o diálogo com os economistas, e ajuda, em muitos casos, até a conseguir financiamento.

A economia está globalizada e a sociedade civil também tem que se globalizar. Tem que haver um intercâmbio entre as entidades, as organizações não-governamentais. Um termo mais globalizado, como capital social, é importante.

O Banco Mundial tem normas claras sobre manipulação, e jogo político, embora não tenha regras claras para outras coisas. É só enviar denúncias que elas são encaminhadas e isso pode ajudar a melhorar essas práticas. O importante é que o Banco Mundial está mudando e já não há tanta dificuldade em se discutir outras formas de apoio. Hoje, existem pequenas brechas nas instituições, que foram obtidas a partir da participação das organizações da sociedade civil. Estes espaços devem ser ampliados. Existe pouco equilíbrio entre o desenvolvimento e o meio ambiente, e também com relação à questão de gênero. Isto remete à capacidade das organizações de representarem, de defenderem esses interesses.

Francisco Urbano

Declaro que há um equívoco brutal com relação à avaliação do Programa Banco da Terra, que não pode ser responsabilizado diretamente por problemas como o do preço da terra.

O maior problema na capacidade de intervenção das organizações está no baixo nível de qualificação dos seus representantes. Ou se aumenta o nível de qualificação para negociar, ou não se faz nada. Ou se organiza com capacidade, ou não se consegue influenciar. Os trabalhadores não possuem outros instrumentos, nem outras formas de enfrentar o sistema financeiro, bancário. Até que se encontre outra forma de quebrar este sistema perverso, não se conseguirá avançar de forma justa na reestruturação da produção rural.

Reconheço ser um avanço que as organizações internacionais, como o Banco Mundial, aceitem e queiram dialogar com os movimentos sociais, pois eles estão reconhecendo nessas organizações um interlocutor, reconhecendo a importância desses atores. Porém, o fato de se estar falando insistentemente em capital social pode significar que esses mesmos atores já estão se convencendo de que não possuem capital social.

O Brasil está fazendo uma revolução silenciosa, o problema é que o país tem pressa. É preciso acabar com o corporativismo e que todos estejam dispostos a renunciar a privilégios. O que é conservador não é a agricultura familiar, e sim, a sociedade brasileira.

Eugênio Peixoto

Como se consegue de fato fazer um programa de crédito fundiário que atenda realmente aos interesses dos trabalhadores? O real é que o trabalhador precisa de financiamento, mas, com os juros praticados pelos bancos, é impossível. Se, realmente, o Banco Mundial deseja dialogar com as organizações de trabalhadores, o movimento tem uma proposta. Pode ser que, em meio às discussões, percebamos que a proposta inicial precisa de ajustes, e pode até ser que o Banco Mundial contribua para melhorar a proposta. O importante é que se possa conversar e é o que se está tentando fazer a partir de encontros desta natureza.

Em primeiro lugar, na CONTAG, a idéia predominante é a ampliar o espaço de interlocução com as agências de cooperação. Foram feitos avanços, mas ainda falta muito e não se pode deixar de lutar para ampliar a área de intervenção e a própria capacidade de intervir. Em segundo lugar, a necessidade de articular o local e o global. Uma das nossas principais preocupações é como articular as duas esferas, de forma que a ação local esteja articulada com o projeto político estratégico.

E, por fim, resta um sentimento muito bom de perceber que esta coisa de capital social, foi introduzida nos debates das organizações de trabalhadores por este fórum e vem revestida de novidades. Tradicionalmente, a formação que chegava ao militante dos movimentos era deformada, viciada por preconceitos e idéias simplistas. O importante é que o militante se liberte disso e cresça na capacidade de inovar, entender, dominar o discurso e, de fato, poder construir a sociedade que interessa a todos.

8.4.6 Principais eixos e estratégias de ação articulada

Eixos	Ações / Estratégias
<p>1. Informação (rede)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma rede de parcerias (IICA, FAO, PNUD, BIRD/BID, ongs, movimentos sociais e Estado) • Utilização dos meios de comunicação de massa disponíveis em cada local • Formação de um banco de dados • Implementação de um programa de comunicação e intercâmbio em todos os níveis do MSTR, fortalecendo o sistema CONTAG de comunicação • Viabilização da divulgação, pelo Estado, de forma permanente e atualizada dos mecanismos de acesso aos programas e projetos governamentais • Capacitação do MSTR para difusão rápida e eficiente das informações • Divulgação do fórum para ampliação das entidades participantes • Articulação dos fóruns regionais e estaduais, envolvendo também as universidades • Produção de uma "home page" que viabilize a troca de informações
<p>2. Participação (empoderamento)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Consecução de recursos para a promoção da participação (mobilização, articulação etc) • Criação de mecanismos para que o MSTR participe na formulação de projetos e programas financiados por agentes nacionais e internacionais e/ou apoiados pelos órgãos multilaterais de cooperação técnica • Criação de coletivos para discutir políticas públicas específicas e outros temas de interesse do MSTR (fórum permanente) • Garantia do orçamento participativo dos governos estaduais e municipais • Garantia da representatividade do MSTR nos Conselhos e Câmaras Municipais
<p>3. Educação (capacitação, formação, extensão rural, pesquisa agrícola, diálogo e consulta)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento e ampliação de parcerias com as universidades e os centros de pesquisa • Manutenção das parcerias com as secretarias estaduais de Trabalho de modo a assegurar recursos do FAT para a qualificação profissional • Mobilização de recursos financeiros e materiais para desenvolver programas de capacitação e formação política para dirigentes, assessores, conselheiros e lideranças de base • Capacitação dos dirigentes, assessores e técnicos para trabalhar com metodologias participativas com enfoque de gênero

Eixos	Ações / Estratégias
	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de ações no sentido de contribuir para diminuir o analfabetismo • Estabelecimento de parcerias com o poder público para a criação de escolas alternativas (Exs.: Casa Familiar Rural, Escola Família Agrícola e escolas profissionais) • Pressão no poder público para garantir escolas de ensino fundamental de qualidade para todos os filhos de trabalhadores e trabalhadoras • Atuação nas escolas públicas por meio dos seus Conselhos no sentido da adequação dos calendários e do currículo à realidade e no controle da aplicação dos recursos • Estímulo à adequação da pesquisa às demandas da agricultura familiar • Estímulo à geração e à difusão de tecnologias adequadas à agricultura em regime de economia familiar
<p>4. Organização (cooperação, associativismo, conselhos, sindicalismo, movimentos sociais, terceiro setor)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de foruns de cooperação técnica com o MSTR e entidades afins • Promoção de políticas de alianças • Influência nas políticas públicas, objetivando garantir a comercialização da produção agrícola familiar • Promoção da discussão da Lei 5764/71 (Lei do Cooperativismo), com vistas a sua alteração • Fortalecimento dos diversos mecanismos de organização dos trabalhadores e trabalhadoras
<p>5. Gênero/Etnia/ Geração</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação dos impactos diferenciados das políticas e programas sobre homens e mulheres • Aprofundamento do debate sobre essas temáticas • Identificação das necessidades estratégicas das mulheres

* Subjetivo/Emocional

9. Síntese das Oficinas Temáticas

Concluídos os trabalhos das oficinas temáticas, a equipe de sistematização do evento elaborou uma síntese dos eixos e estratégias definidos pelas quatro oficinas que irão compor a **Agenda Comum** a ser adotada pelo Fórum CONTAG de Cooperação Técnica.

9.1 Grandes Temáticas

Tema 1 – Formação de Capital Social e Processos de Organização de Base

Tema 2 – Formação de Capital Social e Educação

Tema 3 – Formação de Capital Social e Mecanismos de Gestão Participativa

Tema 4 – Formação de Capital Social e Políticas Públicas

9.1.1 Formação de Capital Social e Processos de Organização de Base

Eixos

- Fortalecimento e Qualificação da Ação Sindical
- Formação e Ampliação de Redes
- Capacitação/Educação

Estratégias

1. Fortalecimento e Qualificação da Ação Sindical

- Fazer uma análise crítica da estrutura de poder no MSTR
- Planejar as atividades dos STRs
- Fortalecer os STRs por meio de um processo contínuo de formação e troca de experiências, buscando aliados e trabalhando objetivos comuns
- Implantar mecanismos de gestão participativa, incluindo orçamento participativo
- Desenvolver metodologia de formação e trabalho em equipe

2. Formação e Ampliação de Redes

- Potencializar e qualificar as ações de desenvolvimento local sustentável
- Estimular processos de cooperação nas comunidades
- Interação das ações das Fetags/STRs/ongs, que trabalham com a concepção de desenvolvimento sustentável
- Formar grupos de trabalho para mapear as ações visando unificá-las
- Envolver as igrejas, movimentos sociais e poder público
- Identificar aliados, capacitá-los e criar condições de trocas, parcerias e formação de redes
- Acompanhar as ações dos conselhos, socializar as informações e dar suporte para as discussões
- Estimular a organização da produção e comercialização para fortalecer as associações, cooperativas e STRs

3. Capacitação/Educação

- Capacitar as lideranças para participarem dos conselhos, realizando cursos, seminários, treinamentos, com a participação dos STRs, Fetags e ongs
- Capacitação dos agentes de desenvolvimento para ampliar a ação do Programa de Capacitação em Desenvolvimento Local a mais parceiros e para o intercâmbio entre grupos de trabalho que participam do processo de desenvolvimento local
- Melhorar a compreensão dos conceitos de capital social e desenvolvimento sustentável por meio de programas de capacitação das Fetags, STRs, ongs e de seminários, campanhas e meios de comunicação
- Estimular programas de formação sobre gestão, gerência e administração, envolvendo os associados dos STRs, comunidades, entidades parceiras e poder público
- Realizar ações de educação formal, promovendo mudanças nos currículos escolares, fazendo mutirão de alfabetização e promovendo cursos de profissionalização

9.1.2 Formação de Capital Social e Educação

Eixo

- Elementos fundamentadores de uma proposta educacional para o *Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável* defendido pela CONTAG.

Estratégias

1. No campo da educação não-formal

- Articulação das experiências da educação popular
- Formação e capacitação
- Educação ambiental
- Formação de lideranças
- Educação política – capacitação para participação, acompanhamento e controle de políticas públicas
- Financiamento das ações educativas
- Parcerias
- Pedagogia

2. No campo da educação formal

- Educação infantil
- Educação de jovens e adultos
- Professores leigos
- Classes multisseriadas
- Qualificação profissional
- Conselhos municipais
- Escola como espaço de poder
- Contrução de escolas e produção de material didático
- Financiamento da educação
- Pedagogias

3. No campo da metodologia

- Construção de escolas e material didático
- Uso de multimeios
- Gestão democrática
- Amorisação/afetividade
- Identidade cultural
- Construção de pedagogias de intervenção

9.1.3 Formação de Capital Social e Mecanismos de Gestão Participativa

Eixos

- 1. Reaproximação do MSTR da base**
- 2. Gênero e geração (interiorizar a discussão)**
- 3. Capacitação de agentes locais**
- 4. Parcerias**
- 5. Democratização dos espaços de gestão**

Estratégias

1. Capacitação de agentes locais

- Resgatar valores culturais
- Capacitação para gerar autonomia
- Capacitação articulada com as ações concretas
- Articular parceria de capacitação a partir das necessidades da base

2. Parcerias

- Pontos comuns mais identidades
- Autonomia diferente de auto-suficiência
- Diálogo entre diferentes

- Parcerias para o fortalecimento de um projeto comum de desenvolvimento sustentável, a partir das demandas da base

3. Democratização dos espaços de gestão

- Comunitário e familiar
- Entidade e organizações
- Municipal, estadual, regional e nacional

9.1.4 Formação de Capital Social e Políticas Públicas

Eixos

- 1. Informação (rede)**
- 2. Participação (empoderamento)**
- 3. Educação (capacitação, formação, extensão rural, pesquisa agrícola, diálogo/consulta)**
- 4. Organização (cooperação/associativismo e conselhos, sindicalismo, movimentos sociais, terceiro setor)**
- 5. Gênero/Etnia/Geração**

Estratégias

1. Informação (rede)

- Criação de uma rede de parcerias (IICA, FAO, PNUD, BIRD/BID, ongs, movimentos sociais e Estado)
- Utilização dos meios de comunicação de massa disponíveis em cada local
- Formação de um banco de dados
- Implementação de um programa de comunicação e intercâmbio em todos os níveis do MSTR, fortalecendo o sistema CONTAG de comunicação

- Viabilização da divulgação pelo Estado, de forma permanente e atualizada, dos mecanismos de acesso aos programas e projetos governamentais
- Capacitação do MSTR para difusão rápida e eficiente das informações
- Divulgação do fórum para ampliação das entidades participantes
- Articulação dos fóruns regionais e estaduais, envolvendo também as universidades
- Produção de uma “home page” que viabilize a troca de informações

2. Participação (“empoderamento”)

- Consecução de recursos para a promoção da participação (mobilização, articulação etc.)
- Criação de mecanismos para que o MSTR participe na formulação de projetos e programas financiados por agentes nacionais e internacionais e/ou apoiados pelos órgãos multilaterais de cooperação técnica
- Criação de coletivos para discutir políticas específicas e outros temas de interesse do MSTR (fórum permanente)
- Garantia de orçamento participativo dos governos estaduais e municipais
- Garantia da representatividade do MSTR nos Conselhos e Câmaras Municipais

3. Educação (capacitação, formação, extensão rural, pesquisa agrícola, diálogo/consulta)

- Fortalecimento e ampliação de parcerias com as universidades e os centros de pesquisa
- Manutenção das parcerias com as secretarias estaduais de trabalho de modo a assegurar recursos do FAT para a qualificação profissional
- Mobilização de recursos financeiros e materiais para desenvolver programas de capacitação e formação política para dirigentes, assessores, conselheiros e lideranças de base

- Capacitação dos dirigentes, assessores e técnicos para trabalhar com metodologias participativas com enfoque de gênero
- Implementação de ações no sentido de contribuir para diminuir o analfabetismo
- Estabelecimento de parcerias com o poder público para a criação de escolas alternativas (Exs: Casa Familiar Rural, Escola Família Agrícola e escolas profissionais)
- Pressão no poder público para garantir escolas de ensino fundamental de qualidade para todos os filhos de trabalhadores e trabalhadoras
- Atuação nas escolas públicas por meio dos seus conselhos no sentido da adequação dos calendários e do currículo à realidade e no controle da aplicação dos recursos
- Estímulo à adequação da pesquisa às demandas da agricultura familiar
- Estímulo à geração e à difusão de tecnologias adequadas à agricultura em regime de economia familiar
- Viabilização do financiamento da assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, estatal e não-estatal para os agricultores familiares nos projetos financiados pelos organismos e/ ou apoiados pelas agências multilaterais de cooperação técnica

4. Organização (cooperação/associativismo e conselhos, sindicalismo, movimento sociais, terceiro setor)

- Implementação de Fóruns de Cooperação Técnica com o MSTR e entidades afins
- Promoção de políticas de alianças
- Influência nas políticas públicas, objetivando garantir a comercialização da produção agrícola familiar
- Promoção da discussão da Lei 5764 / 71, com vistas à sua alteração
- Fortalecimento dos diversos mecanismos de organização dos trabalhadores e trabalhadoras.

5. Gênero/Etnia/Geração

- Identificação dos impactos diferenciados das políticas e programas sobre homens e mulheres
- Aprofundamento do debate sobre essas temáticas
- Identificação das necessidades às estratégias das mulheres

10. Agenda Comum

10.1 Entidades Envolvidas

CONTAG, IICA, PNUD, FAO e Banco Mundial

10.2 Introdução

Após três dias de discussões em painéis, oficinas temáticas e plenárias, os promotores e participantes do fórum definiram a seguinte Agenda Comum:

10.3 Temáticas Centrais

Tema 1 – Formação de Capital Social e Processos de Organização de Base

Tema 2 – Formação de Capital Social e Educação

Tema 3 – Formação de Capital Social e Mecanismos de Gestão Participativa

Tema 4 – Formação de Capital Social e Políticas Públicas

10.4 Principais Temas para Cooperação Técnica

Tema 1 – Formação de Capital Social e Processos de Organização de Base

1. Fortalecimento e Qualificação da Ação Sindical
2. Formação e Ampliação de Redes
3. Capacitação/Educação

Tema 2 – Formação de Capital Social e Educação

4. Elementos fundamentadores de uma proposta educacional para o *Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável* defendido pela CONTAG.

Tema 3 – Formação de Capital Social e Mecanismos de Gestão Participativa

5. Reaproximação do MSTR da base
6. Gênero e geração (interiorizar a discussão)
7. Capacitação de agentes locais
8. Parcerias
9. Democratização dos espaços de gestão

Tema 4 – Formação de Capital Social e Políticas Públicas

10. Informação (rede)
11. Participação (empoderamento)
12. Educação (capacitação, formação, extensão rural, pesquisa agrícola, diálogo/consulta)
13. Organização (cooperação/associativismo e conselhos, sindicalismo, movimentos sociais, terceiro setor)
14. Gênero/Etnia/Geração

10.5 Principais Formas de Cooperação

- Apoio à montagem de **eventos nacionais, regionais, estaduais e locais** que organizem a análise crítica da estrutura de poder do MSTR e facilitem a divulgação de processos de gestão participativa.
- Apoio à montagem de **eventos nacionais, regionais, estaduais e locais** para patrocinar discussões conceituais e metodológicas, trocar experiências e difundir informações que estimulem a promoção do desenvolvimento local sustentável, com ênfase na promoção do desenvolvimento do capital social.
- Apoio à **montagem e à operação de redes de articulação e banco de dados** para as entidades envolvidas na cooperação, alimentando um processo contínuo de informação e troca de experiências.
- Apoio à **realização de cursos, seminários, treinamentos** (com a participação dos STRs, Fetags e ongs) a fim de **capacitar** os agentes organizadores do MSTR, comunidades e entidades parceiras, visando a ampliação da autonomia.
- Apoio à **produção e à circulação de material didático e de divulgação** dos princípios que orientam uma pedagogia de intervenção.
- Apoio à **realização de pesquisas e à difusão de tecnologias adequadas às demandas da agricultura familiar**.
- Apoio às **atividades que busquem influenciar as políticas públicas**, objetivando garantir a comercialização **da produção agrícola familiar** e processos de cooperação nas comunidades.
- Apoio à **formação de grupos de trabalho para mapear as ações estratégicas para o desenvolvimento local sustentável**, desenvolvidas pelas diversas entidades públicas e privadas, visando unificá-las.

10.6 Estratégia Geral para a Cooperação

A estratégia geral indica que todas as formas de cooperação deverão incorporar uma visão de “amorização”, afetividade, contemplando as necessidades estratégicas de gênero e geração, raças/etnias.



• **LISTA DE PARTICIPANTES**

11. Lista de Participantes

Participantes	Instituição	Telefone	E-mail
Abraão dos Santos Oliveira	STR/MA		
Adonira de Sousa	FETAG/PI	(86) 222-8640	
Aécio Gomes de Matos	UFPE	(61) 268-3364	aeciomatos@uol.com.br
Alberto Ercílio Broch	CONTAG	(61) 321-2288	alberto@contag.org.br
Alberto Renault Adib	IICA/INCRA	(61) 328-1406	diadib@incra.gov.br
Alejo Lerzundi	IICA	(86) 233-5769	alerzundi@munet.com.br
Amarildo Carvalho de Souza	CONTAG	(61) 321-2288	amarildo@contag.org.br
André Lima	Secr. de Agr. e Abast/RS	(51) 232-1913 / 231-2994	andrerl@portoweb.com.br
Andréa Aymar	NEAD	(61) 328-8661	aymar@nead.gov.br
Anselmo de Jesus Alves	FETAG/RO	(69) 421-5985	
Antônio da Silva	FETAG/MA	(98) 232-6721	
Antonio Fernandes Ribeiro	Banco do Nordeste	(98)218-9631 Fax:232-8011	
Antonio Rocha Magalhães	Banco Mundial	(61)329-1055 Fax:329-1010	amagalhães@worldbank.org
Antonio Rosa Filho	STR/PINDARÉ – MA	(98) 852-1002	
Aurelúcia Bacelar Teixeira	GDS/MA	(98) 232-3722 r - 205	fabiana@zaz.com.br
Aurora Amélia Brito	COOSERT	(98) 221-0745	coosert@elo.com.br
Benedito Gama Muniz Filho	ITERMA	(98) 223-3868	
Carlos Augusto Furtado	Soc Maraenhense de Dir. Hum.	(98) 231-1601	
Carlos Jara	IICA/Equador		espurel@iica.satnet.net
Carlos Miranda	IICA	(61) 248-5477	miranda@iica.org.br
Carlos Volpato	FETAG/SC	(48) 246-8011	fetaesc@matrix.com.br
Célia Cristina da Silva Pinto	STR CURURUPU – MA	(98) 391-1160	
Cleia Anice da Mota Porto	CONTAG	(61)321-2288 Fax:321-3229	nicinha@contag.org.br
Cosmo Rodrigues de Araújo	STR/JOÃO LISBOA	(98) 725-1537	

II FÓRUM CONTAG DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Domingos Albuquerque Paz	FETAEMA	(98) 243-9766	
Domingos Gomes	STR	(98) 351-1699	
Edson Martins	FETAG/SP	(15) 232-2414	
Elenaldo Celso Teixeira	UFBA/MOC	(71) 335-5364	elenmac@e-net.com.br
Eliane Dayse Pontes Furtado	UFC/IICA	(85) 271-1563	efurtado@ufc.br
Elias Rodrigues Martins	STR/B. do CORDA – MA	(98) 643-1932	
Eliniário Santos	STR/Fortuna – MA	(98) 574-1353	
Espedito Rufino	CONTAG	(81) 221-2116	dabaruf@elogica.com.br
Ester Maria Aguiar de Souza	IICA	(61) 268-7905	sbuarque@truenet.com.br
Eugênio Conolly Peixoto	IICA/CONTAG	(61) 321-2288	epeixoto@contag.org.br
Euter Paniago Junior	Fundação Lindolpho Silva	(61) 340-6900	euter@bnafe.org.br
Evandro José Morello	CONTAG	(61) 321-2288	evandro@contag.org.br
Fausto Jordan	IICA/Equador		jordan@uio.satnet.net
Francisco Eufrasino	STR	(98) 631-1169	
Francisco Rodrigues	STR	(98) 382-1166	
Francisco Sales de Oliveira	FETAEMA	(98) 232-6721	
Gerino Xavier Filho	FETAG/PE	(81)423-7374 Fax:423-4573	gerino@bisa.com.br
Gerson Pinheiro de Souza	PC do B	(98) 221-5053	
Hilário Goitselig	CONTAG	(61) 321-2288	hilario@contag.org.br
Hildemar P. de Vasconcelos	AACC/RN	(84) 948-0001/211-6131	aacc@eol.com.br
Horácio Martins de Carvalho		(41) 335-7793	horaciom@uol.com.br
Hugo Jorge	FETAG/MS	(67) 784-1327	
Ivan de Souza	FETAG/MA	(98) 248-4843	
Ivana César	UFMA e CPT/MA	(98)236-0807/222-4243	ilvanacesar@zipmail.com.br
Ivanilson Guimarães	PNUD	(61) 321-6773	ivanilsong@incra.gov.br
Jane Carla Garcia Lindoso	A. Agroecológica Tijupá	(98)231-5740 Fax:232-0473	tijupa@elo.com.br

A Formação de Capital Social para o Desenvolvimento Local Sustentável

Januário Moreira da Silva	FETAG/PE	(81) 421-1222	
Jasseir Alves Fernandes	FETAG/ES	(27) 223-3677	
João Batista da Cruz Rios	STR/Caxias	(98) 521-2356	
João Matos Filho	UFRN/PCPR	(84) 217-4321	jmatos@summer.com.br
João Pedro Martins	FETAG/MA	(98) 232-6721	fetaema@elo.com.br
Jorge Roberto T. de Lima	UFRPE	(81) 268-3193	jtavares@elogica.com.br
José Correia	STR/B. do CORDA	(98) 643-1932	
José de Arimatéia de Lima	FETAG/PB	(83) 477-1092/1118	
José Domingos Cantanhede	PLANTO	(98) 222-7259	jeantanhede@zipmail.com.br
José Humberto Oliveira	ASSOCENE	(81)231-2666 Fax:221-1380	holiveiras@uol.com.br
José Luís dos Santos	STR	(98) 661-1355	
José Mário da Silva Cunha	CPT/MA	(98) 381-1448	
José Mendonça	FETAG/MA	(98) 247-7098	
José Pereira dos Reis	FETAG/TO	(63) 214-5580	
José Rêgo	Pólo Sindical	(98) 621-3938	
José Ribamar Furtado	IICA	(85) 271-1563	ribamar_furtado@uol.com.br
José Salvador Costa	FETAG/MA	(98) 232-6721	
José Wilton Ferreira Costa	Agrotécnica São Luis – MA	(98) 241-1418	
Joseane Silveira de Moraes	FETAG/CE	(85) 231-5887	fetraece@secrel.com.br
Josemar Sousa	Instituto do Homem	(98) 246-2611	inshom@hcg.com.br
Léa da Silva Oliveira Lopes	PCPR/RN	(84)211-5444 Fax:211-7786	papprn@summer.com.br
Léo Costa	CINPRA	(98) 232-6820	
Lualdy Damasceno	FETAG/SE	(79) 215-1801	
Luciani Nascimento	INCRA	(61) 411-7483	lucianin@incra.gov.br
Luís Antônio Valois Moraes	A. Agroecológica Tijupá	(98)231-5470 Fax:232-0475	
Luis Lopes	STR/Chapadinha – MA	(98) 984-1015	

II FÓRUM CONTAG DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Luiz Gonzaga de Araujo	CONTAG	(61) 321-2288	contag@contag.org.br
Luiz Vicente Facco	CONTAG	(61) 321-2288	facco@contag.org.br
Manoel Areolino	FETAG/AM	(92) 633-2916	
Manoel Cândido da Costa	FETAG/RN	(84) 211-4688	
Manoel dos Santos	CONTAG	(61) 321-2288	
Marcelo Duncan	IICA	(61) 342-1595	mduncan@iica.org.br
Marcelo Magalhães	IICA/NEAD/ UNICAMP	(19) 242-6930	mmagalhaes@excite.com
Marcelo Melo	Fund Quinteto Violado – FQV	(81) 462-6507	fqv@novaera.com.br
Maria Alice Alves	INCRA	(61) 244-8006	malice@incra.gov.br
Maria da Conceição Oliveira	ITERMA	(98) 232-3664	castro@zipmail.com.br
Maria da Graça Amorim	CONTAG	(61) 321-2288	
Maria de Fátima da Silva	CONTAG	(61) 321-2288	
Maria Denise B. Leal	CENTRU/MA	(98) 722-3128	centru@jupiter.com.br
Maria do Socorro de Souza	CONTAG	(61) 321-2288	
Maria José Costa Arruda	CONTAG	(61) 321-2288	contag@contag.org.br
Maria Lucila Bezerra	IICA	(81) 268-3311	lucila@truenet.com.br
Maria Magnólia Belfort	STR/MIRINZAL–MA	(98) 399-1328	
Maria Selma A. de Arruda	STR/CAXIAS – MA	(98) 521-2356	
Mariana Rodrigues	FETAG/MA	(98) 231-1938	
Nagibe Alves da Rocha	FETAG/GO	(62) 225-1466	
Naildo dos Santos	FETAG/MT	(65) 623-4722	
Netto Costa	NEAD	(61) 328-8661	nettocosta@nead.gov.br
Nicodemos Paz de Oliveira	STR/São Domingos - MA	(98) 578-1328	
Nilton César dos Santos	STR/MIRINZAL – MA	(98) 399-1328	
Osmar Ribagamonte	FETAG/AC	(68) 225-8132	
Osvaldo Russo de Azevedo	NEAD	(61) 328-8661	russo@nead.gov.br

A Formação de Capital Social para o

Paulo Poleze	CONTAG	(61) 321-2288	poleze@contag.org.br
Paulo Roberto Lopes	PRONAF	(98) 222-4297	gdspronaf@bol.com.br
Pedro Aurélio Carneiro	SUDENE	(98)222-6683 Fax:232-6867	
Pedro da Costa Marinho	CPT/MA	(98) 222-4243 Fax:232-8763	
Pedro Rodrigues	STR/MA		
Pierre Gilly	PRONAF/PNUD	(61) 9968-8590	
Raimundo de França Dutra	FETAEG/MA	(98) 521-4782	
Raimundo Monteiro	CUT	(98) 232-0911	
Raimundo Nonato	Banco Mundial	(81) 453-1644	rcaminh@worldbank.org
Raimundo Nonato Cardoso	Pólo Sindical	(98) 471-1520	
Raimundo Rodrigues	FETAG/MA	(98) 232-6721	
Raimundo Ronaldo Costa	COOSERT	(98) 221-0745	coosert@elo.com.br
Raimundo William Lobo	Gerência de Qualidade de Vida e Meio Ambiente/MA	(98) 222-7020 Fax: 232-0924	
Reinilton de Souza	FETAG/BA	(71) 242-9011 Fax: 243-9927	
Ricardo Abramovay	FEA/USP	(11) 818-5880 Fax: 818-6070	abramov@usp.br
Ronaldo Augusto Guimarães	Comunidade Solidária	(61) 411-4746 Fax: 226-1615	ronaldoguimaraes@planalto.gov.br
Roseane Gomes Dias	Soc. Maranhense de Dir. Hum.	(98) 231-1601	
Rosirene Martins Lima	UFMA/PRONERA	(98) 721-6923	rrosirene@uol.com.br
Sebastião do Carmo Lisboa	FETAEMA	(98) 232-6721	
Sebastião Menezes	IICA e PCT/RN	(84) 214-2313	menezes@summer.com.br
Tânia Divina C N. Brandão	FETAG-DF	(61) 322-9898	
Tânia Melo	NEAD	(61) 328-8661	tania@nead.gov.br
Teresinha de J. de S. Vasconcelos		(98) 733-1419	
Valdimiro Alves	Pólo Sindical	(98) 382-1166	
Valente José Puhl	FASE/MT	(65) 223-4615	fasecac@zaz.com.br
Vera Lúcia Costa da Silva	PLANTO	(98) 22-7259	planto@elo.com.br

II FÓRUM CONTAG DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Walkíria Gomes de Matos MAFRA/PNUD

(81) 268-3364

valkiriamatos@uol.com.br

Zander Navarro UFRGS

(51) 3317035

znavarro@portoweb.com.br



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO**

